



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO PUC SP**

Edilene Machado Pereira

**Marias que Venceram na Vida:
Uma Análise da Ascensão da Mulher Negra Via
Escolarização em Salvador/Ba.**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANTROPOLOGIA

São Paulo

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ERRATA

Onde se lê na pag. 16 TABELA (9.4) leia-se TABELA 1-(9.4) e 2-(9.4/2)

Onde se lê na pag. 16 tabela 9.5 e gráfico 9.2), leia-se TABELA 3 (9.5).

Onde se lê na pag. 16 TABELA (9,6 e gráfico 9.3), leia-se TABELA 4 (9.6).

Na pag. 19 onde se lê Reitoras, leia-se Reitora.

Na pag. 28 onde está escrito SCOTTt, leia-se SCOTT.

Na pag. 56, onde se lê Tabela 1, leia-se tabela 8.

Na pag. 56, onde se lê Tabela 2, leia-se tabela 9.

Na pag. 57, onde se lê Tabela 3, leia-se tabela 10.

Na pag. 63, onde se lê tabela 3, leia-se tabela 11.

2008

Edilene Machado Pereira

**Marias Que Venceram na Vida:
Uma Análise da Ascensão da Mulher Negra Via
Escolarização em Salvador/Ba.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais na área de Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa, Dora – Terezinha Bernardo.

São Paulo

2008

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Edilene Machado Pereira

**MARIAS QUE VENCERAM NA VIDA:
UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DA MULHER
NEGRA VIA ESCOLARIZAÇÃO EM SALVADOR/BA**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM
CONCENTRAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**Deserdação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Antropologia pela Universidade
Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa.
Doutora Terezinha Bernardo.**

SÃO PAULO

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

A ---- Pereira, Edilene Machado

**MARIAS QUE VENCERAM NA VIDA:
UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DA MULHER NEGRA VIA
ESCOLARIZAÇÃO EM SALVADOR/BA**

Pereira. – São Paulo: E. M. Pereira, 2008.
---- f.

Orientadora: Terezinha Bernardo
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Faculdade de Filosofia e Ciências Sórias, 2008.

1. Mulheres negras – análise 2. Escolarização e mercado de trabalho I.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. II. Bernardo, Terezinha

CDD-----

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Terezinha Bernardo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC
Orientadora

Profa. Dra. Delcele Mascarenhas
Universidade Estadual da Bahia – UNEB

Profa. Dra. Eliane Hojay Golveia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC

Banca Examinadora

Dedicatória

A Deus meu Senhor que me sustenta e aos meus pais, Edezio Pereira (in memory) e Guilhermina Machado da Silva, pelo amor incondicional e confiança na minha capacidade. À todas as mairas desse mundo que vencem diariamente as diversidades da vida.

Agradescimentos

São tantos agradecimentos.

As mulheres negras, em especial a aquelas que mesmo não me conhecendo tiveram confiança em prestarem seus depoimentos, pelo acolhimento e generosidade de compartilharem seus sonhos e frustrações e vitórias.

Aos professores e professoras da Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC, especialmente a minha orientadora, Profa. Dra. Terezinha Bernardo pela confiança e estímulo.

À minha família pelo incentivo e crença na minha capacidade, pelo amor dedicado.

À minhas amigas e amigos, Graça, Eliene, Rosana, Iraídes, Carminha, Marcos, Silvio, Gledson, Muciano, Ailton, Mauricio e Paulo, que muito me incentivaram durante o período dos meus estudos.

A minhas amigas, Tereza e Denise, Márcia, Joanice e Paulo que muito me acolheram na terra da garoa durante o período do mestrado.

À Leonardo pelas leituras e sugestões à dissertação.

À Kadja pela minúcia e dedicação na revisão gramatical.

À Gisana pelo belo trabalho de transcrição das minhas entrevistas.

À FORD, pela concessão da bolsa que não só possibilitou uma dedicação exclusiva aos estudos por vinte e quatro meses, mas oportunidades diversas com o mundo acadêmico, que sem ela seria quase impossível.

Aos funcionários do Programa Bolsa da Fundação Carlos Chagas, Fúlvia, Maria Luisa, Meire, Márcia e Raquel que tanto trabalharam para viabilizar totais condições aos meus estudos.

RESUMO

Neste trabalho investiga-se A trajetória da mulher negra nascidas na cidade de Salvador/Ba, portanto soteropolitanas dentre elas algumas nasceram em outras cidades, mas adotaram Salvador como sua residência. Objetiva dar visibilidade às trajetórias de sucesso de mulheres negras na cidade do Salvador-Bahia. Ao buscar a compreensão das trajetórias de sucesso destas mulheres e também, de como esses processos influenciam na construção de suas identidades étnicas, procura-se mostrar a luta incansável na busca da cidadania plena, na construção de uma outra história. Portanto, o trabalho se insere no campo das relações raciais, perpassando as relações de gênero e os processos de constituição de identidade e subjetividade da mulher negra. Ao trilhar esse caminho procuramos discutir teoricamente, conceitos como: sucesso, representação social imaginária, identidade e raça. Ao buscar compreender a trajetória de vida destas mulheres (entre as quais me incluo), este trabalho situa-se no campo da produção intelectual-ativista que vai além do discurso denunciante das situações de discriminações vividas por elas. O foco central é dar visibilidade aos processos positivos de lutas e conquistas, bem como o significado político do ser mulher negra em uma sociedade marcadamente desigual no acesso deste grupo social aos espaços de poder. Além disso essa dissertação tem por objetivo não só enumerar as situações de discriminações vividas pelas mulheres, mas, sobretudo, dar visibilidade aos processos positivos de lutas e conquistas das mesmas. Procuramos ouvi-las com intuito de entendermos o processo de construção de sua identidade, de ser mulher negra com sucesso profissional e social, que reinventaram suas vidas e hoje servem de exemplo para as novas gerações. Essa experiência caracterizou-se pela visualização oral da vivência dessas mulheres, mairias vitoriosas, em uma sociedade machista, racista e sexista.

Palavras-chaves: Gênero, Raça; Mulheres negras; Representação Social; Trajetórias de sucesso.

ABSTRACT

In this work It is investigated trajectory of the soteropolitana black woman, women born in the city of salvador/Ba, or that to they had adopted. Objective to give visibility to the trajectories of success of black women in the city of the Salvador-Bahia. When searching the understanding of the trajectories of success of these women and also, of as these processes influences in the construction of its ethnic identities, is looked to show the untiring fight in the search of the full citizenship, in the construction of one another history. Therefore, the work if inserts in the field of the racial relations, perpassando the relations of sort and the processes of identity constitution and subjectivity of the black woman. When treading this way we look for to argue theoretically, concepts as: success, imaginary social representation, identity and race. When searching to understand the trajectory of life of these women (between which I include myself), this work places in the field of the production intellectual-activist who goes alem of the denunciata speech of the situations of discriminations lived for them. The central focus is to give to visibility to the positive processes of fights and conquests, as well as the meaning politician of the being black woman in a marcadamente different society in the access of this social group to the spaces of being able. Over there of this this paper has for objective to not only enumerate the situations of discriminations lived for the women, but, over all, to give to visibility to the positive processes of fights and conquests of the same ones. We look ouviz them with intention to understand the process of construction of its identity, of being successfully professional woman black and social, that reinventaram its lives and today they serve of example for the new generations. This experience was characterized for the verbal visualization of lives deeply of these women, victorious Marias, in a maxista society, racist and sexcista.

Word-keys: Sort, Race; Black women; Social representation; Trajectories of success.

Lista de Siglas

CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento humano

IPEA – Instituto de Pesquisa e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PED – Pesquisa de Emprego e Deemprego/DIEESE

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/IBGE

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

FAT – Fundação de Amparo ao Trabalhador

LISTA DAS TABELAS

TABELA 1 – Analfabetos e Taxa de Analfabetismo por gênero e cor/raça 2003.	58
TABELA 1.2 - Taxa de analfabetos.....	58
TABELA 2 - Total de pessoas ocupadas nas 6 principais regiões brasileiras no perfil de escolarização em porcentagem 2001/2.....	59
TABELA 3 - Perfil dos Participantes.....	77
TABELA 4 - Classificação dos Estados Brasileiros segundo IDH.....	132
TABELA 5 - Evolução da matrícula por nível de Ensino – Brasil/1970-1998.....	133
TABELA 6 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade, total e ocupação, por grupos de Idade e gênero.....	134
TABELA 7 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais idade, ocupadas, com rendimento de trabalho (R\$).....	135

SUMÁRIO

Introdução

CAPÍTULO I. Conceitos e Definições.

1.1 – Racismo

1.2 - Raça

1.3 - Preconceito racial no Brasil

1.4 - A Discriminação racial no Brasil

1.5 - Etnia e Etnicidade

1.6 – Gênero

1.7 - Identidade

1.8 - A mulher negra sua jornada

CAPÍTULO II. Desigualdade social e Escolarização

2.1 – Processos de Inclusão

2.2 - Democracia Racial - Processo de Exclusão

2.3 - Educação e Ascensão no Século XX

2.4 - Mulher Negra e Mercado de Trabalho Qualificado

2.5 - A Situação das Trabalhadoras Negras em Salvador

CAPÍTULO III. As Marias

3.1 – Seleção das Participantes

- O Perfil das mulheres pretas entrevistadas

3.2 - Análise dos dados coletados

3.2.1 – Trajetória de Vida das Marias – Como construíram suas vidas; de onde vinheram; quem são suas famílias.

3.3 - Como se inseriram no nível superior; seu processo de escolarização no terceiro grau.

3.3.1 - A importância da entrada no Universidade.

3.4 - Racismo e discriminação de Gênero, Raça e Social. Conscientização e embate.

3.5 - Inserção no Mercado de Trabalho, vencendo preconceito de gênero, ascensão social e racial.

3.5.1 - Relacionamento com os colegas de trabalho brancos.

3.5.2 - Família como base de apoio

3.5.3 - Trajetória de sucesso e opção de moradia.

3.5.4 - Engajamento político perante a construção da identidade da nova geração de mulheres negras.

3.5.5 - Ascensão Solitária.

4. - Considerações Finais.

5. - Referências Bibliográficas.

6. - Anexos.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da mulher negra que está se inserindo no mercado de trabalho pelo seu alto grau de escolarização. Este tema instigou-me desde a infância, pois articulava várias questões que envolviam os meus pensamentos. Não encontrava referencial positivo de mulheres negras, nem nos livros didáticos, nem nas escolas que freqüentei no fundamental. Inquietava-me a ausência delas no setor público. O aprofundamento dessa temática teve início durante a graduação em Sociologia (1992-1998) na Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde meu interesse pela temática da discriminação racial foi sendo aperfeiçoado, na experiência como bolsista de iniciação científica ao participar do projeto¹ que abordava a discriminação contra os negros nos jornais. Prossegui no aprofundamento do tema das relações raciais no trabalho de conclusão de curso do bacharelado (Pereira,1998), estudei diferentes formas de seleção e contrato, constatando intensa exclusão de mulheres negras na área do comércio.

O tema da exclusão e discriminação contra as mulheres negras no mercado de trabalho continuou a instigar-me durante a especialização em "Metodologia do Ensino". O texto monográfico² (PEREIRA, 2003), resultante deste curso levou-me a atentar, com especial interesse, para o segmento das mulheres negras com instrução superior, sendo este o foco desta dissertação.

A presente proposta de pesquisa justifica-se a partir dessa condição da mulher negra e pretende contribuir teoricamente para a compreensão da exclusão a que elas vêm sendo submetidas ao longo dos anos. Pretende também investigar mecanismos de exclusão que têm sido gestados e perpetuados ao longo do nosso processo histórico-social.

Com o projeto "Marias que venceram na vida: Uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/Bahia" procurei investigar a hipótese de

¹ "Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial publicitada".

² "Os obstáculos enfrentados pela mulher negra na busca de ascensão social".

que, embora a educação superior permita a essa mulher certa ascensão social, profissional, o curso universitário por si só não é suficiente para a eliminação do racismo que as mulheres negras, mesmo ocupando cargos qualificados no mercado de trabalho, continuam a ser alvo.

Esta dissertação investigou a trajetória de mulheres negras, pobres, oriundas de escolas públicas da cidade de Salvador que, apesar das adversidades, conseguiram freqüentar e concluir o curso superior, alcançando posições de prestígio no mercado de trabalho em diversas áreas. Ao examinarmos os mecanismos utilizados por estas mulheres visando á ascensão social, pretendemos compreender como tais processos influenciaram a construção de suas identidades sócio-raciais.

Mais especificamente, esta dissertação tratou do estudo de um tema que marcou sua importância a partir de meados da década de 70, quando a participação feminina nas lutas pelos direitos humanos, tornou-se mais expressiva, embora ainda bastante invisibilizada, principalmente no tocante à mulher negra.

Paralelamente almejamos compreender as dificuldades que enfrentaram para entrar na universidade, para concluir um curso superior e, ao sair, para inserir-se no mercado de trabalho - um espaço marcado por barreiras raciais e de gênero.

Que obstáculos interpuseram-se nas suas trajetórias no sistema de ensino, na família e no mercado de trabalho? São questões que pretendemos responder.

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria³. Na sociedade brasileira, o processo de abolição da escravatura, avinda do imigrante gerou uma situação perversa para africanos e descendentes, de modo que ainda hoje é perceptível uma quase ausência da população negra em setores valorizados do mercado de trabalho, especialmente no tocante a cargos de chefia e em profissões tidas como “brancas”, tais como a medicina e a engenharia. E

³ Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005. Disponível em : <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005b.zip> . Acesso em : 10 de outubro de 2007.

estes dados tornam-se ainda mais contundentes ao focar as mulheres negras baianas.

Os estudos sobre mobilidade social dos negros no Brasil, como o clássico “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil” (1979), de Carlos Hasenbalg, mostram que esta parcela da população enfrenta maiores barreiras que os brancos em todas as áreas, sejam elas educacionais ou profissionais. Em contrapartida, esses mesmos estudos deixaram de privilegiar a questão do ponto de vista de gênero. Esta afirmação é corroborada pelo suplemento especial da publicação da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (de 1996), que analisou a mobilidade social, investigando apenas a ocupação da figura masculina.

A situação das mulheres em geral (negras e brancas) apresenta uma peculiaridade instigante no plano educacional: os estudos vêm mostrando que mulheres apresentam melhores indicadores educacionais que os homens nos diversos níveis de escolaridade no Brasil; com efeito, o Censo Demográfico do IBGE de 2000, indicou que 43,8% de mulheres brancas, 38,5% de homens brancos, 8,3% de mulheres negras e 7,1% de homens negros haviam completado o ensino superior no Brasil. Este mesmo Censo, quando analisado por região, aponta um quadro semelhante em relação à Bahia, onde havia 30,6% de mulheres brancas, 26,3% de homens brancos, 23,4% de mulheres negras e 19,0% de homens negros com nível superior completo.

No Censo de 2005 é perceptível que as taxas de frequência escolar apresentam sensível melhoria no período compreendido entre 1995 e 2005, apesar de ainda subsistirem importantes diferenças entre as populações de brancos e as de pretos e pardos - à exceção do grupo etário de 7 a 14 anos, onde as políticas públicas em educação básica conseguiram alcançar praticamente a universalização.

Entretanto o grupo de 20 a 24 anos de idade ainda apresenta substantiva diferença entre as taxas de escolarização de pretos e pardos de um lado e de brancos de outro, sendo 29,5% maiores para os últimos no ano de 2005. Há de se assinalar que este quadro é ainda mais desfavorável à população de pretos e pardos nas regiões de melhores condições educacionais, como na Região Sul, onde a

diferença de escolarização entre os dois grupos raciais aqui estudados alcança 70,3% para as pessoas entre 20 e 24 anos (Tabela 9.4).

Para a população estudante entre 18 e 24 anos, no entanto, a escolarização referida ao nível de ensino freqüentado oferece uma percepção mais acurada dos graus da desigualdade racial no País. Para esta faixa da população pode-se constatar que, em 2005, enquanto mais da metade dos brancos está cursando o ensino superior (pouco mais de 51%), praticamente a mesma proporção de pretos e pardos ainda cursa o ensino médio (quase 50%) e apenas 19% cursa a graduação (Tabela 9.5 e gráfico 9.2).

O indicador de anos médios de estudos da população de 15 anos ou mais mostra que brancos possuem em média mais anos de estudo (7,9) que pretos e pardos (pouco mais de 6,0) no País como um todo e também em todas as regiões do país. Entretanto, o ganho alcançado pela população total de 1,5 anos de estudo entre 1995 e 2005 apresenta ligeiras variações por grupos de cor: 1,5 anos para brancos, 2,2 anos para pretos e 1,7 anos para pardos (Tabela 9.6 e Gráfico 9.3).

Dados divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 Racismo, Pobreza e Violência, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 18-11-2005, informam que aumenta o enorme fosso entre brancos e negros, mostrando que os efeitos da escravidão persistem na sociedade brasileira, concluem que em todos os indicadores sociais os afro-descendentes estão em desvantagens.

O documento observa que “se de cada um desses dois grupos [o grupo branco e o grupo negro] formasse um país à parte, a distância entre eles seria de 61 posições. A população branca teria IDH alto (0,814) e ficaria na 44ª posição no ranking mundial – semelhante à Costa Rica e superior à da Croácia. Já a população negra, (pretos e pardos) teria um IDH médio (0,703) e ficaria em 105º lugar, equivalente ao de El Salvador e pior que o Paraguai”. (Pnud. apud Oliveira, 2007, p.62).

Este estudo do PNUD constata que a desigualdade no IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano médio) é persistente, embora tenha diminuído entre 1980

e 2000. Assinala que nestas duas décadas o índice brasileiro passou de 0,645 para 0,766, significando um aumento de 18,8%. Observou-se que entre pretos e pardos o salto foi de 24,9%, onde de 0,562 passou para 0,702. Entre os brancos 16,5%, de 0,699 para 0,814. No entanto o PNUD afirma que apesar da maior evolução do IDH-M dos negros, a diferença entre os dois permanece relevante, pois em 1980 o IDH-M dos brancos era 24,4% maior que o dos negros e, em 2000, 16% maior.

Em 2004, o IBGE nos apresenta a média de anos de escolarização referentes ao ano de 2003 onde, no quesito taxa de escolarização, o homem branco tem a taxa de 14,9 anos e a mulher branca 18,2, o homem negro 3,7 e a mulher negra, confirmando estudos anteriores, estuda mais que o homem negro, com a taxa de 5,24.

Apesar dos dados acima e de observarmos que atualmente as mulheres negras com maior escolaridade apresentam uma trajetória ocupacional bem diferenciada das com pouca escolaridade, ainda assim encontramos-la bem diferenciada em relação à trajetória das mulheres brancas do mesmo nível educacional. Para tentarmos entender a situação atual da mulher negra é necessário elencar alguns fatores que a tornam sujeito de particularidades diferentes das mulheres brancas.

A mulher negra foi reduzida à condição de escrava no período colonial trabalhando de forma forçada em vários setores: dentro de casa, nas minas, no comércio, cozinhando na casa grande, servindo de ama de elite para os filhos dos Senhores, etc.

Diferentemente da mulher branca – sobretudo aquelas pertencentes aos estratos altos e médios da sociedade – mantida sob rigorosa vigilância, guardada para a função de esposa e mãe, vivendo enclausurada no espaço privado, a mulher pobre, em sua maioria negra, andava pela cidade lavando roupa. (BERNARDO, 2003, p. 97).

Em nosso estudo pudemos constatar que a trajetória dessas mulheres negras foi pautada por lutas e lideranças mesmo dentro da própria família, diferentemente

⁴

Fonte: site PNUD Brasil: http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh2005/rdh205b_idh.pdf.

da relação convencional de dominação e subordinação social da mulher não-negra na qual o homem era o provedor.

As mulheres negras escravizadas tiveram experiências históricas diferenciadas, marcadas pela perda de poder de dominação do homem negro em função de sua situação de escravo, pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. (CARNEIRO, 1985, p. 43).

Mostramos assim, como a formação sócio-educacional pôde transformar suas trajetórias diretamente reportadas à cor de suas peles e a diferenças de origem racial e social, onde verificamos os conflitos e as experiências de suas lutas. Conflitos não apenas entre elas e outras mulheres, especialmente as brancas, mas também entre homens brancos e negros.

Considera-se pertinente a investigação da temática não apenas do ponto de vista acadêmico, pois, ao buscar conhecer as estratégias utilizadas por este grupo de mulheres para vencer as barreiras sociais, raciais, predominantemente oriundas de famílias de baixa renda, cujos pais não concluíram seus estudos, também pode-se contribuir para a ampliação do campo de conhecimento a respeito das complexas relações raciais no Brasil, de maneira a permitir dimensionar e melhor compreender as barreiras que separam mulheres negras e não-negras. Além disso, acredita-se que o estudo pôde ampliar a reflexão em torno das políticas públicas e educacionais para as mulheres negras.

Para pensar-se as relações raciais no Brasil assumiu-se as perspectivas já enunciadas por estudiosos como Guimarães (1997), Bernardo (1998), Guimarães (1998), Agier (1996), Oliveira (1992), Bairros (1995), Sansone (1993), Telles (1997), Barreto (2000), Damasceno (1997), Seyferth (2002), Queiroz (2000), Carneiro (1995), Bento (1995), Lima (1995) e Hasenbalg (1990).

E para análise da articulação entre raça e educação tomou-se como referência estudiosos como Hasenbalg (1987), Hasenbalg e Silva (1991), Rosemberg (1991), Barcelos (1992) e Queiroz (2001).

Para a discussão em torno de gênero e raça, utilizou-se estudos desenvolvidos por Maria Aparecida Bento (1995), Elizabeth Souza Lobo (1991), Verena Stolcke (1991) e Mary G. Castro (1992). Na discussão das questões que se referem a gênero e trabalho, buscou-se dialogar com Rosemberg (1987), Castro (1992), Castro e Lavinias (1992), Castro e Sá Barreto (1992), Bairros (1992 e 1995), Stolcke (1991), Saffioti (1969) e outros. Esses autores deram suporte teórico à pesquisa empírica.

A pesquisa abrangeu um grupo de mulheres negras entre profissionais liberais ou não, atuantes em hospitais ou clínicas particulares (como nutricionistas, médicas, enfermeiras), nos fóruns (como advogadas, juízas), em universidades (como professoras, reitoras) e outras áreas como engenheiras, arquitetas, farmacêuticas, etc. A metodologia utilizada desenvolveu-se em três etapas: a primeira foi dedicada à busca de um referencial bibliográfico que nos auxiliasse na compreensão de dois aspectos do fenômeno em estudo – discriminação racial e de gênero no Brasil – fornecendo elementos para a abordagem empírica do objeto da investigação. Na etapa da coleta de dados, foi lançado mão de entrevistas semi-estruturadas e histórias de vida de mulheres negras que apresentavam o perfil definido acima, visando recolher dados cujas análises pudessem responder às indagações levantadas. A terceira etapa foi de análise dos dados colhidos.

No procedimento metodológico utilizou-se a abordagem comparativa para demonstrar a continuidade temporal da desigualdade e os pontos comuns dos recursos utilizados pelas mulheres negras entrevistadas em suas trajetórias individuais no processo educacional de ascensão e não meramente os pontos comuns entre as próprias.

O presente trabalho procura mostrar a mobilidade social das mulheres negras na cidade de Salvador no período de 1980 a 2000, com reunião de 20 histórias de vida de mulheres de 30 a 55 anos, negras, com o ensino superior completo. Foram desprezadas 4 histórias devido ao fato de estarem um pouco acima da faixa etária e também porque os dados das 20 histórias de vida já se repetiam, o que significa que havíamos alcançado o ponto de saturação. Cada entrevista gravada durou em

média 1 hora e 30 minutos, de modo que esta pesquisa contém 1800 minutos de material coletado.

No primeiro capítulo definimos os conceitos de raça, etnia, gênero, racismo, preconceito e identidade que serão debatidos ao longo dos capítulos subseqüentes, além de discutir as especificidades da entrada da mulher negra no mercado de trabalho.

No segundo capítulo procuramos abordar a desigualdade educacional enfrentada pelas mulheres negras brasileiras, destacando as estratégias utilizadas por elas para alcançar um alto grau de escolarização. Neste capítulo, a ênfase recai sobre a análise dos conceitos de racismo, de mobilidade social, de preconceito racial e sua importância para a questão da ascensão social da mulher negra.

No terceiro capítulo, a partir do referencial teórico referente ao mercado de trabalho, abordamos a temática de ascensão social e econômica, elencando as estratégias utilizadas para vencer as barreiras educacionais impostas a seus antepassados; aos quais não foi possibilitada uma vivência digna, mesmo após o fim do regime escravagista.

Através das histórias de vida coletadas, mostramos as várias estratégias empregadas pelas participantes da pesquisa em suas lutas por ascensão social, através da educação, bem como o processo de entrada em um mercado de trabalho tão concorrido e de difícil acesso para essas mulheres que, além da problemática de gênero, deparam-se também com a questão racial. Analisamos, ainda, o papel de suas famílias em suas trajetórias de sucesso, tornando evidente o modo como conseguiram vencer barreiras, superando as adversidades e a marginalidade que suas mães e antepassadas viviam.

Nas Considerações Finais procuramos discorrer acerca dos aspectos relevantes que surgiram através do contato direto com as entrevistadas em nossa pesquisa de campo, a saber, suas vivências individuais e o modo como estas influenciaram a coletividade nas quais estão inseridas: o meio familiar, profissional e social e as representações sociais de negritude que as participantes assumem para

si. Representações estas que estão entrelaçadas em suas emergências históricas, que atualmente vivenciamos através dos movimentos sociais que estão evidenciando e procurando desmascarar a nossa “democracia racial” e a exclusão da população negra, além da persistência diária dessa população para não desaparecer do cenário brasileiro e renegar toda a trajetória de lutas e vitórias dos seus antepassados africanos no Brasil.

CAPÍTULO I

CONCEITOS E DEFINIÇÕES.

Racismo, raça, preconceito, discriminação, etnias e etnicidade, gênero, identidade

1.1- Racismo

Com base na teoria darwinista pesquisadores como o francês Joseph-Auguste de Gobineau e o alemão Richard Wagner transpuseram a teoria de seleção natural para explicar a sociedade humana e justificar que alguns grupos humanos encontravam-se situados em posições inferiores a outros reproduzindo cientificamente a fórmula básica da hierarquia entre grupos humanos sendo o racismo uma das suas justificativas.

O biólogo Charles Darwin em 1859 publicou sua famosa obra A origem das espécies, na qual, a partir de estudos realizados em plantas e animais, desenvolveu a teoria de seleção natural, segundo a qual as espécies fortes sobrevivem e dominam as mais fracas. (BENTO, 2006, p. 25).

No Brasil, o racismo ocorre de maneira contraditória, a sua existência é negada e a “cordialidade e a democracia racial” enfatizada, perpetuando, assim, a invisibilidade social e política da população negra. Se agregarmos à questão racial o elemento gênero, teremos, então, uma dupla segregação social, visto que raça e gênero são elementos geradores de desigualdades sociais, principalmente no mercado de trabalho para a população negra. Este tema vem sendo alvo da atenção dos estudiosos do campo das Ciências Sociais nas últimas décadas.

Durante séculos, as desigualdades oriundas das diferenças de gênero e raça atingiram profundamente as mulheres, em especial as mulheres negras, que por força de circunstâncias amplamente conhecidas viram-se obrigadas a trabalhar muito cedo para a manutenção do lar. Na realidade, a mulher negra sempre

trabalhou, seja na condição de escrava, seja na condição de liberta/livre, envolvida pelo preconceito.

Grin (2005), especificamente diz a partir dos anos de 1970, opera-se no Brasil uma mudança nas formas de se considerar o racismo como categoria para fins analíticos. O racismo é uma importante variável para se explicar entre outras coisas as desigualdades sociais. Se os negros (compostos pelos pretos e pardos) encontram-se na sua quase totalidade na base da pirâmide social com salários menores que os brancos, que exercem as mesmas funções, com escolarização igual, então fica patente a exclusão dos negros dos processos de cidadania e modernidade no Brasil.

O racismo é a ideologia mais arraigada no colonialismo, consiste em uma justificação do devir colonial a superioridade técnica, proveniente de processos históricos diferenciados acaba por tornar-se – ideologicamente – “superioridade biológica”. Para Santos (2002) “o racismo é uma ideologia e, como tal, também foi concebido como uma estratégia de poder em acordo com as expectativas de parte de uma determinada sociedade”. Já que as potências coloniais defendem o ideário burguês de que “todos os homens nascem iguais” e, portanto, todos têm direitos naturais em comum, fabrica-se o sub-homem que não partilha desses “direitos inalienáveis”. A inferiorização do outro é a condição básica da ideologia racista, sub-humanos merecem a escravidão já que não são parte da cultura e sim da natureza. O racismo é um pré-conceito que, geralmente, se pretende científico, o racista acredita piamente que é superior ao outro. Ele coloca o biológico como determinante do desenvolvimento humano. (apud LIPPOLD – 2005). Penalizar atitudes racistas é necessário, entretanto não é suficiente para eliminar o racismo.

Guimarães (2002) deduz que o racismo pode ser definido em dois tipos: extrínseco e intrínseco. O extrínseco traça distinções morais entre membros de diferentes raças, porque acredita que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. Estes se baseiam na crença de que os membros de raças diferentes se distinguem em certos aspectos que permitem automatizar um tratamento diferenciador, como, por exemplo, a inteligência.

O racismo intrínseco, inerente, é praticado por pessoas que, por definição, fazem distinções de natureza moral entre pessoas de raças diferentes porque acreditam que cada raça tem um status moral diferente, independentemente das características morais implicadas em sua essência racial.

Guimarães (1992, p.6) comenta que:

essa dupla definição de racismo (...) permite considerar todas as possibilidades em que a idéia de raça empresta um sentido subjetivamente visando à ação social, cobrindo aquele campo que pode ser definido, estritamente falando, como campo das relações sociais.

Na linguagem diária, nos jornais e até mesmo na literatura especializada, a palavra racismo tem significados diferentes (Guimarães, 1998). Em um momento é referido como sendo uma doutrina “pseudocientífica”, pregando a existência de raças humanas dotadas de diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que constituem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. Em outro momento é entendido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instituídos pela idéia de raça e de superioridade racial de um determinado grupo. O autor considera também como racismo o sistema de desigualdades de oportunidades (idem, p.17).

As atitudes, preferências e gostos de que fala Guimarães em sua definição de racismo serão usados nesta dissertação para mostrar de que forma elas atingem as mulheres que ascenderam socialmente, evidenciando que o racismo manifesta-se, no caso da mulher negra, tanto em relação às que ocupam altas posições quanto às que estão em lugares inferiores no mercado de trabalho.

1.2 – Raça

Queiroz (2001, p.19), citando Michel Banton, diz que a construção da idéia de raça está pautada na crença da existência de uma relação entre características biológicas e atributos morais e culturais; que até o século XVIII, o termo raça era

empregado com o sentido de linhagem, descendência comum partilhada por um conjunto de pessoas.

Guimarães, com a idéia de que é possível adotar um conceito de raça que não tenha por base nenhuma realidade objetiva e biológica, assegura que um conceito de raça plenamente sociológico deve levar em consideração outros aspectos, tais como o social e o cultural, uma vez que, normalmente, o termo raça é utilizado considerando apenas o seu caráter normalista, tendo existência apenas enquanto conceito. O conceito utilizado por Guimarães procura evitar o paradoxo de se empregar o conceito dentro de uma única perspectiva. Portanto, o que justificaria o uso de maneira normalista é uma ordem acrítica e ideológica (GUIMARÃES, 1995, p.46). É desta forma que se entende a raça neste estudo.

1.3 – Preconceito

O preconceito racial, para Guimarães (1998, p.18), é uma crença prévia baseada em valores e qualidades presentes na idéia de raça. Para este autor, o preconceito pode manifestar-se de modo verbal – público ou reservado – e de modo comportamental, sendo que só neste último caso é referido como discriminação. Na visão de Bento também (1995, p.53-4), a discriminação implica em ação. O preconceito racial é, no entanto, anterior ao processo colonial. Na Idade Média europeia, já se criavam imagens negativas do continente africano e do negro que era associado ora ao exotismo, ora ao mal e ao pecado.

Fanon em seu livro “Os deserdados da terra” (1967), criticava preconceito racial que levava a um nível tal de irracionalidade que dava ensejo a pesquisar-se o cérebro dos negros, como se faz com o das mulheres, buscando encontrar nele uma base que provasse sua inferioridade diante do cérebro (inteligência) dos brancos. O autor, segundo Bhabha (1991:193) constrói essa dicotomia quando relata um episódio da menina branca diante do Negro: “Veja, um negro, mamãe, olha o negro! Tenho medo”. Para Fanon, o preconceito contra o negro é reforçado sempre no discurso colonial onde a cor negra é relacionada com o mal, o errado e o negativo,

enquanto a cor branca sempre é relacionada à pureza, à bondade e à verdade. Como consequência “as crianças se deparam com esses estereótipos raciais e culturais nas ficções infantis, onde heróis brancos e demônios negros são oferecidos como base para a identificação psíquica e ideológica.

Acreditamos que o preconceito causa feridas incuráveis na mente e no corpo da população negra, que ao longo de sua vida necessita de mecanismos psicológicos para cicatrizar essas feridas e melhorar sua estima, étnica, pessoal e física, para assim conviver com barreiras do preconceito racial e serem vitoriosos.

O direito brasileiro pune o preconceito racial pela voz da CF, art. 3º, IV e art. 5º, XLII, que consideram o racismo crime insuscetível de fiança. No campo da legislação ordinária cabem os preconceitos raciais. O preconceito é uma das piores formas de violência, pois encoraja muitas outras formas, especialmente a discriminação.

Discriminação contra a mulher significa:

(...) toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou o exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdade fundamental nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (Convenção da ONU/1979 sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a mulher).

1.4 - A Discriminação

Joaquim Nabuco afirmou em seu livro “O Abolicionismo” (1883) que a “maldição da cor desapareceria com o fim da escravidão e a educação desbastaria as áreas de 300 anos de cativeiro”. Essa afirmação partia da crença de que um ato político como a abolição seria suficiente para transformar o escravo em cidadão, e, por conseguinte parte integrante do povo brasileiro acreditava também que o regime escravocrata brasileiro seria abrandado com a miscigenação. Idealizava-se na

época a formação de um povo brasileiro branqueado por meio da miscigenação seletiva (TEIXEIRA, 2003, p.4).

Donald Pierson, em sua pesquisa realizada na Bahia em 1935 e 1937 juntamente com um conjunto de trabalhadores resultantes do projeto da UNESCO implementado no início da década de 1950, chamou a atenção para a realidade do preconceito de cor e das barreiras que ele produz procurando explicar sua origem no passado escravista. No entanto esse grupo procurou minimizar o racismo brasileiro usando para isso a situação dos negros nos Estados Unidos e a ausência de conflito abertos entre brancos e negros brasileiros e a falsa cordialidade nas relações raciais no Brasil (idem, p.5).

Tales de Azevedo em 1953 procurou mostrar os estereótipos que atingem pretos e mulatos em ascensão, os antagonismos que marcam as relações entre eles neste processo, estratégias utilizadas para ascenderem socialmente e a percepção tardia da negritude. Dados obtidos estatisticamente mostram ao escritor que a ascensão dos brasileiros classificados como mulatos de pele clara confirma a discriminação brasileira com base na cor.

1.5 – Etnia e Etnicidade

Poutgnat e Streiff-Fernat (1998, p.27), apontam que para alguns pesquisadores “etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, de expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados - nações” Para eles etnicidade se baseia na atribuição de categorias, classificando as pessoas em função de sua origem suposta, que se encontra validada na interação social pela ativação dos signos culturais socialmente diferenciadores.

1.6 – Gênero

O conceito de sexo foi sendo paulatinamente substituído por gênero, termo que surgiu no mundo acadêmico no momento em que pesquisadoras feministas buscavam desnaturalizar a condição da mulher na sociedade. Simião ressalta que:

Nesse momento era necessário encontrar conceitos que permitissem diferenciar aquilo que as mulheres tinham de normal, permanente e igual em todas as épocas e culturas (o sexo) daquilo que dava margem para discriminação e por ser socialmente construído, variava de sociedade para sociedade e podia mudar com o tempo (o gênero). (SIMIÃO,2000, p.4-5).

O uso do termo gênero, também na opinião de Scott (1990), constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 80. Entre as várias definições, a autora destaca que gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Ressalta a freqüência com que a incompatibilidade entre os sexos, como relação inevitável, é perpetuada por diversos teóricos, contribuindo para a consolidação do caráter preciso e conjugado da oposição entre significados masculinos e femininos. Sua discussão sobre o gênero é compreendida como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTTt .1990),

Saffioti (2004, p.45), acredita que o conceito de gênero é aberto. Este conceito não se resume, segundo ela, a uma categoria de análise. Gênero também diz respeito a uma categoria cuja investigação tem demandado muito investimento histórico. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, entretanto, existe o consenso de que o gênero é uma construção social do masculino e do feminino. É dessa forma que será tratado o conceito de gênero nesta dissertação.

Gênero aqui é entendido como uma categoria. Bento (1995 p.17) tem razão em que a mulher negra é a que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, a maioria dos estudos raramente leva em

consideração a variável cor, ponto importante no estudo para saber a posição da mulher negra que concluiu o nível universitário.

Essa dupla determinação cor e gênero provocam um aprofundamento das desigualdades, colocando essas mulheres em posição desvantajosa em relação aos outros grupos populacionais. Ao traçar um quadro de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, deve-se considerar que tal inserção está marcada pelas conseqüências de três séculos de regime de trabalho forçado e pelo estigma que associa estas mulheres ao trabalho braçal e desqualificado.

O negro no Brasil, ainda hoje carrega o fardo dessa imagem estereotipada imposta pela sociedade. A luta para alcançar a ascensão social envolveu anos de busca de valorização dos elementos étnicos e de luta contra a desigualdade.

Em todo o mundo, algumas características específicas demarcam a fronteira entre as estratégias de ascensão dos negros e dos demais grupos étnicos. A ascensão social da mulher negra tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais. No mercado de trabalho, os profissionais negros não encontram predileção na hora da seleção por indivíduos da mesma cor.

A ascensão social dos negros tem sido abordada de forma maniqueísta, enfatizando-se sempre a problemática do 'embranquecimento', ou o drama psicológico a que estão submetidos os negros que ascendem, sugerindo sempre uma contradição entre ser negro e ocupar melhores posições na estratificação social. (FIGUEIREDO, 2002:97).

Os negros no Brasil foram sempre tratados de forma preconceituosa e estereotipada, essa população sofreu e sofre na pele o peso do preconceito. Foi retirado, por força da lei, o requisito de "boa aparência" ou similares que apareciam espontaneamente nos anúncios de jornais, denunciando, assim, a forma mascarada com que se trata a questão racial no Brasil. Mesmo com esse avanço, a segregação espacial não foi resolvida, estratégias para perpetuar esse comportamento foram infelizmente recriadas.

O movimento negro procura manter viva a luta de seus ancestrais no intuito de coibir e exterminar essa doença que é o racismo.

Vale ressaltar que ser mulher em qualquer grupo étnico é complicado, e a situação agrava-se quando se é negra. Esta última sofre no mercado de trabalho pela sua aparência, que não condiz com o padrão de beleza branco valorizado, assim como pelas dificuldades enfrentadas no avanço escolar em virtude da sua baixa renda familiar, sendo muitas vezes obrigadas a abandonar os estudos. Para quebrar essas barreiras raciais, parece que a mulher não-branca procura, pela escolaridade, fugir da posição desfavorável em que se encontra (Queiroz, 1997).

1.7 - Identidade

No referencial teórico utilizado não poderia faltar o conceito de identidade de Hall. Para esse autor a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura o sujeito à estrutura. (Hall, 1992, p. 11-12).

A questão da identidade está sendo extensamente discutida através do seguinte argumento: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno; até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 1992, p.7).

Identidade cultural não é, portanto, um padrão sólido capaz de nos dar um sentido único de pertença – à cultura, à nação –, mas, antes, configurações móveis, formadas e transformadas continuamente em relação às formas com que somos representados nos diferentes sistemas culturais que nos rodeiam, o que permite conceituá-la como transterritorial e multilingüística. "A identidade [cultural] passa a

ser concebida como um foco de um repertório fragmentado de minipapéis, mais do que como o núcleo de uma hipotética interioridade.” (HALL, 1992, p. 89).

As sociedades contemporâneas globalizadas, ao conceberem as nações como híbridas culturais, trazem esta nova configuração para as identidades culturais em que o vínculo mais forte parece ser o que é constituído em âmbito local – facilmente visto na proliferação de grupos minoritários ou em associações comunitárias – e que, no limite, pode apontar para o apagamento da própria idéia de nação ou de nacionalidade.

Podemos observar essa identidade cultural nas mulheres sujeitos desta pesquisa que, ao resgatarem suas origens de luta, perseverança na sobrevivência e na superação de obstáculos culturais, sociais e econômicos, reafirmam suas heranças identitárias herdadas de suas antepassadas escravizadas.

No momento em que são discutidas aqui questões sobre identidade das mulheres negras, torna-se importante explicitar como alguns conceitos referentes a esse tema foram usados neste trabalho. No Brasil, não existe um sistema de classificação único. No censo demográfico, por exemplo, o IBGE refere-se às categorias brancas, pretas, pardas e amarelas. Moura (1988) mostra que existe uma classificação popular de 136 cores.

Vários são os fatores que tornam complexo o processo de identificação racial brasileiro, por exemplo, fatores ideológicos, como a busca da afirmação da negritude, que interfere na definição racial. Em função desta definição será utilizado neste trabalho, em alguns momentos, o termo afro-descendente, que significa: os pretos unidos aos pardos, e em outros, negros.

Tanto o termo “negro” quanto “branco” serão utilizados neste trabalho como construções sociais, assim como o termo raça. Uso o termo negro com o mesmo sentido que é utilizado pelo Movimento Negro, que, de certa forma, procura ressignificar o papel dos negros na construção do seu processo histórico, situando-os como sujeitos que constroem suas histórias. É assim utilizado num sentido político, como o faz Gomes (1995), que, ao empregar o termo negro, refere-se não

simplesmente à cor de pele, mas a sujeitos que constroem a história. Também Munanga (1990, p.110) procura desvincular o termo negro de fatores biológicos, pois, como afirma Gomes:

(...) o conceito de 'negro' nos Estados Unidos deixa de ser biológico quando 'mestiços' e indivíduos fenotipicamente brancos são considerados simplesmente como negros até no censo oficial. Da mesma maneira no Brasil, quando os negros incorporam os mestiços de negros e brancos na categoria de 'negros'. (...) Às vezes, as ditas diferenças biológicas são imaginárias, como no caso do judeu alemão que não é diferente do alemão não judeu, que deixou de ser um conceito lingüístico para se transformar numa raça. (GOMES, 1995, p.47).

Munanga (1990, p.177) aponta que outros termos são utilizados para tratar do pertencimento racial do brasileiro, entre eles etnia, que, para alguns, é mais adequado no sentido de enfatizar que os grupos humanos não são marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mas, sim, por processos históricos e culturais.

São justamente esses aspectos, isto é esses processos que serão tratados no 2º capítulo.

CAPÍTULO II

A MULHER NEGRA E SUA JORNADA

A mulher negra, ao sofrer dupla discriminação, não teve, na pós-abolição, direito à educação. A elas foram negados os direitos sociais básicos. Durante décadas elas foram impedidas, através de uma lógica perversa que tinha como princípio o padrão branco de beleza, de ocupar cargos que adotavam como critério de admissibilidade, a “boa aparência”, um eufemismo para o negro e principalmente para a mulher negra.

Ramos e Nogueira (1984) foram os primeiros intelectuais brasileiros a apontarem para uma questão que somente nos anos 70 seria trabalhada com dedicação: a autonomia relativa da condição racial em relação à classe. A mudança ocorrida nesses anos teve como base os dados estatísticos obtidos pelo IBGE (1976), em que a variável cor/raça foi levada em consideração.

São ainda raros os estudos que tratam das experiências e da ascensão das mulheres negras no mercado de trabalho. Ausência que funciona como barreira invisível à construção de uma identidade das mulheres não-brancas no Brasil. A inserção social das mulheres negras é traduzida pela sobreposição de duas situações: a ausência de equidade entre os sexos e a discriminação presente no tratamento dado pela sociedade à população negra. Essa dupla situação criada provoca um aprofundamento das desigualdades, colocando essas mulheres em posição desvantajosa em relação aos outros grupos populacionais.

Ao traçar um quadro de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, deve-se considerar que tal inserção está marcada pelas conseqüências de três séculos de submissão ao trabalho forçado e ao estigma de trabalhadoras braçais e desqualificadas.

Os escravos eram postos para trabalhar em várias atividades; em primeiro lugar, nas plantações de cana-de-açúcar, plantação de café, minas, criação

de gado. Certamente uma parte dos escravos trabalhou em serviços domésticos, enquanto outros em atividades como pesca e comércio ambulante. (SANSONE, 2002).

O negro no Brasil carrega esse estigma imposto pela sociedade, fazendo-o perceber a necessidade de desassociar-se do seu grupo racial e algumas vezes do grupo familiar para não se tornar algo estereotipado, abandonando assim suas origens. A luta para alcançar a ascensão social envolveu anos de busca do valor étnico. Observa-se, porém, que ainda falta muito, pois: “as pessoas negras têm maiores problemas do que grande parte das outras minorias étnicas [...]” (SANSONE, 2002).

Em todo o mundo, algumas características específicas demarcam a fronteira entre as estratégias de ascensão dos negros e dos demais grupos étnicos. A ascensão social da mulher negra tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais:

A ascensão social dos negros não pode ser analisada seguindo a mesma lógica da ascensão das minorias étnicas. Essas minorias usam estratégias comuns de ajuda mútua e de solidariedade étnica que no caso dos negros não extrapolam o limite familiar (FIGUEIREDO, 2002 p.53).

Essa limitação das estratégias de ajuda mútua no convívio familiar dos negros realmente não aconteceu no Brasil, diferente dos grupos de imigrantes europeus, que puderam contar com elas o que auxiliou muito no processo de ascensão social.

Sem contar com a ajuda familiar, a mulher negra escravizada ou liberta teve como base de apoio “a negra de tabuleiro”, elas infernizavam autoridades de aquém e de além-mar. Bernardo cita Cecília Moreira Soares que relata o sucesso das ganhadeiras que se dedicavam à venda de peixe e de diversos gêneros, com renda diária de até 4 mil réis, em 1849, o que faz crer que souberam desempenhar seu papel muito bem. O sucesso se refletia, sobretudo, no controle que as ganhadeiras vieram a ter sobre o comércio varejista de produtos perecíveis (BERNARDO, 2003, p.41).

As mulheres negras, comparadas com seus parceiros, tiveram melhores oportunidades de trabalho, construindo brechas no mercado de trabalho livre que então se formava. Continuaram a ser ótimas comerciantes, foram também amas, lavadeiras, cozinheiras; chegaram a ser também operárias das primeiras fábricas no início do processo de industrialização em São Paulo (idem, p.44).

As habilidades culinárias, aperfeiçoadas nas cozinhas das casas grandes, foram utilizadas pelas mulheres negras em prol do sustento de sua família alforriada, nos tempos das colônias, com a venda de quitutes. Era a mulher nas ruas, com roupas coloridas, vendendo alimentos (RUFINO, 2005).

Após a libertação dos escravizados, com a assinatura da Lei Áurea, os negros foram preteridos pelos imigrantes europeus, que passaram a ocupar o seu lugar nos postos de trabalho na agricultura, indústria e comércio. Mesmo não tendo se acomodado e criado alternativas de inserção e sobrevivência, em geral não reconhecidas pela lógica do trabalho formal, ficaram a cargo das mulheres negras a responsabilidade pelo sustento da família, levando-as a assumirem o papel de chefes do lar.

Além de continuarem a trabalhar nas casas das suas ex-senhoras, encontraram na produção e venda de alimentos nos mercados e praças opções de sobrevivência. Esse era o lugar da mulher negra, da trabalhadora negra. Todo lugar onde houve um escravizado, houve uma mulher negra na rua vendendo, trabalhando informalmente.

Tanto em épocas passadas como nos tempos atuais, as mulheres negras sempre tiveram que “ir à luta”. Lutando pela sua sobrevivência e dos seus entes. São filhas da luta, fortes, aprendendo a sobreviver. Quando o feminismo nos anos 30 intensificou sua atuação, incentivando as mulheres a trabalharem fora em decorrência da mudança no padrão de vida das famílias devido, dentre outros fatores, à quebra da bolsa de valores de Nova York (1929), ocorreu a integração paulatina das mulheres brancas baianas, pertencentes à classe média, no mercado de trabalho.

Enquanto as mulheres brancas entraram no mercado de trabalho já escolarizado, as mulheres negras, mesmo tendo desde sempre trabalhado, não contaram com o benefício da escolarização. Mesmo sem esse benefício, sempre estiveram presentes na história do comércio brasileiro, embora não se perceba.

O destaque da presença negra no comércio concentrava-se nas mulheres que eram chamadas de negras de tabuleiro. Elas infernizavam autoridades de aquém e de além-mar. Todos os rios de tintas despejados na legislação persecutória e punitiva não foram capazes de diminuir o seu ânimo (...) pelo Brasil afora. (BERNARDO, 2003, p. 40).

Há vários estudos, como o de Verger (1992), mostrando a presença e a importância das “mulheres de tabuleiro” e das comerciantes femininas na Bahia. Neste estudo, ele traça comparações entre as redes de feiras da África a as das Américas, mostrando que na Bahia as “baianas de turbantes, camisas rendadas etc. vão se instalando num canto da feira local, ou numa calçada; ela senta num banquinho, põe ordem no tabuleiro e vende...”. (idem, p.41). O trabalho sempre esteve presente na vida da mulher negra, tanto na África como no Brasil. Escravizadas ou libertas, elas marcaram presença no comércio, garantindo seu sustento e sobrevivência.

A mulher negra continua a trabalhar após 1888, quando a Lei Áurea oficializou a libertação dos escravizados, como serviçal ou empregada doméstica. Só foram consideradas legalmente trabalhadoras, nos termos do artigo 3º da CLT, cem anos depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

O perfil médio do empregado em serviços subalternos, sem especialização e domésticos é o do negro pobre, semi-analfabeto, independentemente do gênero. Observa-se que a raça discrimina mais do que o gênero, portanto a raça ainda determina a ocupação dos postos de trabalho.

Analisando o avanço das mulheres negras em postos outrora inacessíveis a elas, podemos observar que a escolarização parece que para uma parte dessas mulheres vem gradativamente rompendo a barreira da raça, possibilitando uma ascensão profissional e social através do estudo elevado. A escolarização tem

gerado outra condição profissional e de vida para essas mulheres, transformando a formação e preservação de sua identidade étnica e profissional.

São justamente esses aspectos, isto é desigualdade social e escolarização, que serão tratados no 3º capítulo.

CAPÍTULO III

DESIGUALDADE SOCIAL E ESCOLARIZAÇÃO

Gênero, raça e classe social compõem no Brasil um importante tripé e a escola se constituiu como o espaço onde ele é constantemente ratificado. Nos processos de exclusão social os mais atingidos são os negros e as mulheres, e em maior porcentagem quando eles são simultaneamente, quando são discriminados pelo gênero, pela raça e pela condição sócio - econômica que os exclui de uma escolarização de qualidade.

Apesar de ser utilizado aqui o termo raça, como indicado na introdução, não há consenso entre os teóricos de que este seja um melhor conceito que etnia, é consensual apenas que tanto raça quanto etnia sejam construções sociais, históricas e culturais, onde as diferenças sejam constituídas nas relações inclusive com o poder. Poder de construí-las e de usá-las contra ou a favor de grupos sociais. Se as diferenças são construídas, é importante saber como se dá esta construção e como ela é atualizada cotidianamente, formando-se desiguais e ainda, como as diferenças usadas para discriminar as pessoas e excluí-las da participação democrática, dos modos de produção, intencionalmente ou não, tendo como demolidor o racismo.

3.1 - Processos de inclusão

Os processos de exclusão na educação brasileira, segundo pesquisadores como Rosemberg (1987; 2007) e Hasenbalg (1987), ou colocam alunos e alunas não-brancos fora do sistema escolar na 1ª ou 2ª séries, ou impõem uma trajetória mais longa para sua permanência. Segundo Rosemberg, todos os indicadores sociais mostram que crianças e adolescentes negras e indígenas têm pior condição

de acesso, permanência e sucesso no sistema educacional que a branca de classe média.

Favero (2000), como Intelectuais, procuram discutir a questão da exclusão social e da pobreza. Apesar da teoria de democracia racial continuar vigente no Brasil, perpetuando o “Homem Cordial”:

A sociedade brasileira apresenta práticas racistas, apesar de ser ideologicamente contrária ao racismo. Apesar de maltratado, o negro(a) brasileiro(a) não sente que a cultura brasileira o expulsa, levando-o a buscar seu “lar” original (Sorj apud FAVERO, 2000).

Entretanto, na prática diária, esbarramos com outra realidade onde o enfrentamento não é feito de uma forma direta como nos Estados Unidos, por ocorrer o escamoteamento paulatino. Observa-se que a sociedade brasileira foi dominada durante muito tempo por essas idéias universal que dificultam a produção de novos paradigmas e a realização de pesquisas sobre negros e mestiços e sua ascensão social.

Ao fazermos uma análise bibliográfica compreendemos que a mestiçagem e a “boa aparência” cumpriram, sem dúvida, um papel muito importante na superação das contradições e conflitos de caráter racial durante a travessia de um tipo de organização para outro. Freyre procura traduzir esse paradigma exprimindo-o em termos de mudanças de valores, pela transferência da casa grande e da senzala rural para o sobrado durante o século XIX, tomando como exemplo a ascensão do bacharel e do mulato (FREYRE, 1951[1936]). Acreditava que a falta da “boa aparência” dificultava a ascensão profissional do negro ou mestiço, pois o padrão aceito era o europeu. A escolarização do bacharel serviu para começar a mudar o panorama da época.

O preconceito racial, segundo Munanga (2002, p.9) é um fenômeno de grande complexidade que ele compara a um iceberg cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através dos comportamentos sociais e individuais - que podem ser analisados e explicados pelas ferramentas teórico-

metodológicas das Ciências Sociais em uma abordagem diacrônica. A parte submersa corresponderia metafisicamente os preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e as conseqüências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas.

O valor da obra de Florestan Fernandes “*A integração do negro na sociedade de classes*” (1965) é incalculável, pois revela, segundo Bento (2003, p.48), uma sociedade profundamente desigual.

Tivemos diversos governos após a república, entretanto só na década de 90 sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso que o governo brasileiro reconheceu publicamente que o Brasil é um país racista (Idem, ibidem).

Piza (2003, p.68), relata que a batalha pelos direitos civis nos Estados Unidos durou pelo menos dois séculos, mas entre os anos de 1950 e 1960 eclodiu em um movimento organizado, intenso e extenso, de visibilidade nacional e mundial, no qual negros de todo país e de todas as condições sociais engajaram-se e até mesmo alguns brancos dispuseram-se a ajudar. Os resultados mais expressivos foram os estabelecimentos das escolas integradas, a não separação racial em espaços públicos e o início de uma política educacional universitária compensatória para negros que foi o sistema de cotas em universidades brancas, que ocorreu durante o governo Kennedy.

No Brasil em 2002 iniciou-se uma mudança na política de seleção para as Universidades públicas comandada pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) através da Reitora Ivete Sacramento, instituindo o sistema de cotas para alunos negros oriundos das escolas públicas. A reitora da UNEB enfrentou muita pressão pelos meios de comunicação e acadêmico, entretanto serviu de exemplo para outras universidades. Posteriormente em 2005, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) implantou o sistema de reserva de vagas para alunos que tenham cursado os três anos de ensino médio e mais um ano do ensino fundamental no sistema público de ensino.

O sistema de cotas implantado por essas duas universidades mudou de forma significativa o quadro racial estudantil universitário. Enfrentou resistências da comunidade assim como do corpo docente. Argumentavam, entre outras coisas, que estavam copiando o modelo dos Estados Unidos que não se aplica à realidade brasileira, que a raça não é um conceito científico, que o sistema de cotas diminuiria a qualidade da universidade. Já as professoras favoráveis ao sistema de cotas apontaram que serviria para dar acesso a população negra e indígena na universidade (QUEIROZ & SANTOS 2007).

Dados obtidos no programa “A cor da Bahia”, possibilitaram aos dois pesquisadores supracitados a análise do significado da introdução das ações afirmativas, seu desempenho e o que isto significou para o acesso aos cursos considerados de maior prestígio como Engenharia, Medicina, Direito, Arquitetura, Odontologia e Psicologia.

Analisando os dados tornou-se claro que as ações afirmativas possibilitaram a inserção de estudantes negros e índios oriundos das escolas públicas, que pelo tradicional sistema universal não teriam logrado êxito em grande escala nestes cursos mais competitivos; e que cada um demonstrou condições de obter um bom desempenho nos referidos cursos. Acreditamos que aos poucos estamos conseguindo sair da senzala de fato e de direito, necessitamos, contudo ressaltar que as nossas escolas públicas precisam ainda percorrer um longo caminho para efetivar uma educação básica e fundamental de qualidade.

Guimarães ao escrever a respeito da trajetória de Abdias Nascimento cita um depoimento que para nós é imprescindível no tocante à trajetória dos negros e sua resistência prolongada na luta contra as discriminações raciais e culturais sofridas no Brasil:

Que valor invoca a revolta do negro? Seu valor de Homem, seu valor de Negro, seu valor de cidadão brasileiro. Quando a Abolição da escravatura em 1888 e a Constituição da República em 1889 asseguram teoricamente que o ex-escravo é um cidadão brasileiro com todos os direitos, um cidadão igual ao cidadão branco, mas, na prática, fabrica um cidadão de segunda classe já que não forneceu ao negro os instrumentos e meios de usar as franquias legais - atingem profundamente sua condição de homem e plantam nele o germe da revolta. As oligarquias republicanas responsáveis por sua abolição de fachada atiraram os quase cinquenta por cento da população do

país - os escravos e seus descendentes – à morte lenta da história, dos guetos, do mocambo, da favela, do analfabetismo, da doença, do crime, prostituição... (GUIMARÃES.2005, p.160).

É essa resistência que nos referimos neste capítulo sobre a escolarização da mulher negra brasileira, histórica, ao trilhar na voz das suas antepassadas africanas que chegaram aqui no Brasil como escravizadas e deixaram entre outras coisas o exemplo de luta, resistência e sobrevivência, trilhando o caminho da superação, da inserção no aprendizado das letras, da alfabetização e alcançando graus acadêmicos não pautados para elas.

3.2 - Democracia racial – Processos de exclusão

No Brasil, ao longo do século XX, observou-se a construção da imagem de um país onde imperava a “democracia racial”; imagem derivada da forma como ocorreu nossa colonização ibérica, contribuindo para a formação de uma nação mestiça. Partindo deste ponto, o preconceito de cor sempre foi visto de forma atenuada e disfarçada, mostrando a convivência passiva reinante entre as diferentes cores/raças existentes em nosso país, gerando assim a nossa “democracia racial”.

O mito da “democracia racial” foi forjado nos anos de 1930 e já foi amplamente comentado e criticado por diversos autores em diversos momentos ao longo das décadas seguintes, como exemplos Fernandes (1979) e Hasenbalg (1979). A força desse mito foi retirada, segundo Paixão (2003), da falta de informações estatísticas e demográficas sobre a realidade das desigualdades raciais no Brasil associada à baixa vontade política das autoridades para levantar tais indicadores e de uma melhor compreensão sobre a sorte de dezenas de milhões de descendentes de escravos que viveram e vivem atualmente no Brasil. Apesar destes indicadores existirem, eles não têm uma ampla divulgação, contribuindo para a permanência do mito da democracia racial.

Segundo Bernardo (2006, s/d), o mito da democracia racial ao invés de restaurar, encobre; ao invés de revelar o invisível, esconde, cria ilusão, disfarçando

as relações raciais no Brasil, fragmentando a etnicidade, impossibilitando que o grupo atue coletivamente. Em outras palavras, de acordo com a autora, esse mito disfarça as causas reais que dificultam a vida da população afro-brasileira.

Por pressão do movimento negro essa realidade mudou. Foi incluída em 1987 a variável cor/raça no corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ocorrendo o mesmo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), tornando possível com isso um aprofundamento dos estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil. Como consequência, os anos 90 foram marcados por um profundo recuo do mito da democracia racial brasileira (Idem, p. 68). Mas ele continua existir.

A situação perversa que vive essa população inicia-se na África, na escravidão e se perpetua após a abolição devido ao fato das elites brancas – nos primeiros trinta anos do século XX – adotarem medidas que resultaram na exclusão da população negra, como, por exemplo, a promoção das políticas de imigração majoritariamente de países europeus baseada no pressuposto de que esta população teria uma genética superior. A intenção, com a chamada política de branqueamento, era a eliminação gradual de pretos e mestiços da população brasileira. Esta parcela da população sempre foi vista como incompetente, degenerada, nociva e geneticamente desprovida de qualidades produtivas. Florestan Fernandes, em seu livro “O negro na sociedade de classes”, revelou essa sociedade bastante desigual.

O escravismo brasileiro, segundo Bento, foi definido por alguns estudiosos, entre eles Gilberto Freire, como suave e ameno, e os negros como dóceis e passivos. A “mãe negra” foi descrita romanticamente, tentando com esses dois exemplos mascarar a realidade racista e discriminatória brasileira. A partir de meados do século passado, outros estudiosos, como Florestan Fernandes, comprovaram em suas pesquisas a situação de desvantagem em que se encontravam e se encontram os negros brasileiros em relação aos brancos.

Aos escravizados africanos trazidos para o Brasil e aqui mantidos não foi permitido o acesso à instrução formal, nem antes nem depois da abolição. Eles foram totalmente excluídos da sociedade, sendo-lhes negada especialmente a apreensão de conhecimentos básicos como leitura e escrita, habilidades que possibilitariam a ascensão individual e coletiva do cidadão negro, iniciando-se assim uma mobilidade social justa. Além disso, o racismo tornava inacessível, para a maior parte dos negros, às altas posições no mercado de trabalho.

No final do século XIX, o Brasil tentava moldar-se aos níveis europeus de civilização. Para alcançar este objetivo foi necessário investir em educação, instrumento extremamente necessário para o progresso de uma nação. Entretanto, negros e índios eram vistos como entraves para que essa modernidade fosse alcançada.

Em 1878, os negros ainda não tinham amparo legal que lhes facultasse o acesso aos estudos. Este fato foi modificado pelo Decreto de Leôncio de Carvalho, que tratava da criação de cursos noturnos para livres e libertos. Entretanto, o veto que permanecia para os negros só caiu em algumas províncias em 1879. Algumas delas, como a do Rio Grande do Sul, continuaram ainda por um bom tempo, vetando a presença de negros escravos ou até mesmo libertos em suas escolas.

Em 1870, período anterior à libertação dos escravizados, criou-se um projeto de lei que obrigava os senhores de escravos a criar e tratar as crianças nascidas de mães escravas. Esta lei causou uma reação contrária por parte dos senhores, por acreditarem que a escolarização traria um sentimento de liberdade entre os cativos. Foi criada, em setembro de 1871, a Lei nº 2.040, que isentava os senhores de oferecer instrução educacional às crianças livres nascidas de mães escravas. As crianças educadas seriam apenas aquelas que fossem entregues ao governo pelos seus proprietários.

Recursos disponibilizados pelo Ministério da Agricultura eram enviados aos estabelecimentos públicos que assistissem educacionalmente esses escravizados. Entretanto, em sua grande maioria não o foram. Infelizmente, apenas

a partir da Reforma do Ensino Primário e Secundário a população negra obteve o direito ao ensino público. Como veremos, a história da população negra é marcada pela luta, permeada por resistência e assim foram instituídas diferentes estratégias para obter conhecimento, conseguindo aprender a ler e escrever, vencendo essa primeira etapa rumo a sua cidadania e à diminuição da distância educacional e social brasileira.

A partir do século XIX, com a abolição e, posteriormente, com a República, surgiram estabelecimentos de ensino misto em algumas cidades brasileiras. Entretanto, nas principais escolas femininas de elite continuou rara a presença de estudantes negras. Nos anos subseqüentes, outras ações foram surgindo no intuito de escolarizar a população afro-descendente, embora de forma lenta (Schumacher, 2007, p.219).

Luiz Alberto e Petronilha Beatriz (2000) relatam que os documentos e estudos atestam que os proprietários de escravizados não cumpriram a lei, entregando as crianças ao Estado e, também, não as escolarizaram. Observe que mesmo criando-se uma lei com objetivo de escolarizar as crianças negras, ela não teve grande expressão. O Estado compactuou com o não cumprimento da lei que poderia ter iniciado uma mudança na condição educacional dos negros escravizados e libertos. Com isso, os negros entraram no século XX em uma situação de abandono, totalmente à margem da sociedade.

No início do século XX as crianças negras estavam afastadas das escolas. As que tiveram acesso à escolarização no início deste século já estavam na idade adulta. Os movimentos sociais e as entidades negras, percebendo que a educação era um instrumento de ascensão social, passaram a oferecer escolas para alfabetizar os adultos e as crianças.

O magistério significou uma grande oportunidade de profissionalização da mulher brasileira, independentemente da raça. Em meio a nossa “democracia racial” a segregação existia e, portanto poucas mulheres negras tinham acesso à escolarização, conseqüentemente ao magistério. Algumas venceram esta barreira e se destacaram.

Na colônia, a educação feminina foi direcionada, na maioria das vezes, para as funções domésticas e ao aprendizado dos cuidados com a casa e a família. As mulheres, independentemente da etnia, não eram alfabetizadas, com exceção dos casos onde as famílias com melhores recursos financeiros enviavam suas filhas para conventos portugueses. Com a criação, em 1678, do convento de Santa Clara do Desterro, na Bahia, e outros correspondentes, foi abrandando o envio para Portugal de mulheres para receberem educação adequada (SCHUMACHER, p.211).

Ao analisar criticamente o século XIX, no tocante à mulher brasileira, observamos que essas mulheres, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas em uma rígida indigência cultural. Data de 1827 a primeira legislação que autorizava a abertura de escolas públicas femininas. Até então, as opções resumiam-se a alguns poucos conventos, que guardavam as meninas brancas para o casamento, e raras escolas particulares mantidas por professoras em suas próprias casas.

Na Bahia, a mulher branca começou a ser escolarizada nas primeiras décadas do século XX. A escola Normal era praticamente a única opção em termos de profissionalização para as mulheres. Tanto que em 1920, 85,55% dos professores eram mulheres (Bernardo, 2003 p.93). No final dos anos 20, mais precisamente em 1929, foi fundada a Escola Comercial Feminina da Bahia, que passou a atender as filhas das famílias dos estratos médio e médio-baixo da população.

A Educação subentende um endereçado, educa-se alguém: ela supõe sempre a comunicação, a transmissão, a aquisição de conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores que constituem, segundo Forquin (1993, p.10), um conteúdo da educação.

Datam de 1820 os primeiros anúncios a respeito de experiências educacionais da população negra que viveu a situação colonial. Neste momento foi permitido à mulher negra o acesso a essas instituições que eram de uso exclusivo das mulheres brancas e abastadas, onde aprendiam afazeres domésticos e a

religião católica. Mesmo com esses avanços, só a partir do meado do século XIX, e com muita determinação dos africanos na Bahia, é que o negro teria acesso à educação.

A primeira constituição brasileira data de 1824 e pregava o fim do analfabetismo, assim como a instrução primária para todos com gratuidade, criando colégios, universidades para ensinarem ciências e belas-artes. Foram instituídas também escolas primárias para alfabetizar, formalizando assim o ensino feminino, que só serviram para as mulheres e homens livres, excluindo os escravizados. Nas instituições de primeiras letras, nessa época, encontravam-se apenas poucas libertas:

No Rio de Janeiro, a Sociedade Amante de Instrução, fundada em 5 de setembro de 1829, acolhia crianças e jovens, “filhos dos sócios” e também “pobres e órfãos”, em uma “aula de meninos e mais duas de meninas” (SHUMACHER, p. 213).

Não foi possível para a autora descobrir quantos destes filhos eram filhos de escravizados ou ex-cativos que conquistaram a alforria. Alguns cursos noturnos foram criados para crianças e adultos, homens pobres livres e mesmo escravizados passaram a receber instrução preliminar. Os poucos dados obtidos sobre o assunto evidenciam a pouca mudança da situação dos cativos e libertos nesta época. Exclusivamente no final da década de 1870, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário, foi que a população negra obteve o direito ao ensino público (idem, p. 215). Ao final do século XIX, as instituições de ensino mistas foram se estabelecendo em várias cidades brasileiras, possibilitando, assim, um maior acesso da população negra à educação.

Em 1871, com a Lei do Ventre Livre, o assunto da escolarização dos escravizados foi tratada com mais seriedade pelo Império. Associações poderiam se responsabilizar pela instrução, até os 21 anos, dos filhos dos escravizados nascidos a partir da promulgação da Lei. Entretanto, o número de analfabetos diminuiu muito pouco.

A produção de conhecimento sobre o atual desenvolvimento de políticas públicas de educação pela perspectiva da redução da desigualdade de gênero no sistema público de ensino brasileiro é ainda escassa e segue a tendência geral das pesquisas de gênero na educação, caracterizadas pela precária divulgação (ROSEMBERG, 2001).

No Brasil tem sido insuficiente o esforço para ampliar a escolarização e redução do analfabetismo, o que seria importante, se não pela possibilidade de melhorar a inclusão no mercado de trabalho – seja na qualidade deste, seja no rendimento escolar que levaria a elevação da cidadania e renda para quem se escolariza.

As desigualdades de renda, trabalho e escolarização são temas centrais de toda a sociedade brasileira contemporânea. Nossa renda é desigual no espaço e entre as pessoas. O acesso ao trabalho é desigual, pois existem muitas pessoas sem emprego e muitos em trabalhos precários e mal remunerados. A escola não é para todos e nem de todos, pois existem milhões fora dela e nela não estão garantidas as condições de aquisição cultural que podem facilitar uma melhor inserção na sociedade de consumo.

Argumentam Picanço e Hita (1987) que nos anos 50 o índice de analfabetismo na Bahia era altíssimo e que os negros e, em particular, as mulheres deste segmento constituíam a maior parte desses números. Contudo, nos anos 80 esta situação da mulher negra modificou-se em pontos percentuais em relação às mulheres brancas (negras 3,7% contra 3,6% das brancas), levando a autora a cogitar a partir destes percentuais que as mulheres não-brancas, para romperem as barreiras da cor e se situarem social e profissionalmente, tenham recorrido a uma melhor escolarização. Essas mulheres permanecem mais tempo na escola modificando a situação discriminatória ao que estavam submetidas, onde na sua quase totalidade não terminavam o estudo básico e fundamental para ingressarem precocemente no mercado de trabalho.

Em algumas das entrevistas realizadas, que compõem o capítulo de campo, percebemos o quanto a persistência na continuidade educacional significou uma mudança de trajetória para essas descendentes de escravas que não desistiram

nem se acomodaram frente às dificuldades herdadas do passado escravocrata e caminhos “predeterminados” de exclusão para essa sociedade.

3.3 - Educação e ascensão no século XX

Ao mostrar uma evolução favorável na distribuição da educação por níveis no Brasil, no período 1960/1990, observa-se que a percentagem de analfabetos caiu de 46% para 22%; que a percentagem correspondente ao ensino fundamental de primeira fase caiu de 41% para 38%; enquanto a distribuição de educação do fundamental de segunda fase subiu de 10% para 19%, a do ensino médio passou de 2% para 13% e a do ensino superior de 1% para 8% (Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil- 1996 – tabela 2.7).

Como acontece em outros países da América Latina, a mão-de-obra feminina do Brasil tem alcançado nível de escolaridade maior que a masculina. Entretanto, em relação às mulheres negras, o acesso à educação ainda é demorado. A educação é um direito garantido na constituição brasileira para todos. Sabemos, entretanto, que o Brasil é um país extenso, onde as desigualdades sociais, econômicas e raciais são alarmantes. São necessárias, portanto, políticas que superem essas desigualdades.

Ainda são bastante reduzidos os estudos que tratam positivamente da ascensão da mulher negra no tocante à sua escolarização e profissionalização. Ao contrário, encontramos uma vasta bibliografia na qual se aborda a exclusão dessa mulher, temos como mostram os dados da PNAD e do Censo. Torna-se necessário dar visibilidade às mulheres negras que estão inseridas nas diversas áreas profissionais qualificadas, antes exclusivas das não-negras, e cursos no ensino superior, detalhando como ocorreu essa trajetória e quais os mecanismos utilizados para alcançar esse patamar profissional e social dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa e racista.

Quando se fala em mulher negra no Brasil é de suma importância construir seu perfil para que se possa dar visibilidade às diferenças estereotipadas atribuídas a estas mulheres. Através de pesquisas, observa-se que as mulheres negras brasileiras formam 25% da população, sendo na sua grande maioria analfabetas ou semi-analfabetas, recebendo, em geral, um salário mínimo. Tal relato demonstra que a maioria das mulheres negras vive em condição de pobreza.

Dados do censo de 1980 demonstraram que 80% das mulheres negras situavam-se na faixa das que tinham até quatro anos de estudos, enquanto as brancas, na mesma faixa, eram 67%. Dados da PNAD, em 1987, informavam que 62,7% das negras não terminavam o antigo curso primário, e que as negras analfabetas eram o dobro das brancas. As mulheres negras, segundo Piza (1994), analfabetas ou de baixo nível de escolaridade formavam um elevado número de empregadas domésticas ou empregadas em funções consideradas domésticas.

Em seus estudos, Queiroz (2004) pesquisa a realidade das desigualdades raciais no ensino superior. Elegendo para tanto a Universidade Federal da Bahia – UFBA como espaço para sua investigação, constatou que os negros – homens e mulheres – estão ali em desvantagem, tanto numericamente quanto em relação ao prestígio dos cursos por eles freqüentados. Podemos observar que os cursos onde o número de negros era maior, na sua quase totalidade eram os de pedagogia ou da área de humanas, ocorrendo o contrário nos cursos das áreas de exatas ou de ciências médicas.

Desde 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento público produz o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano mundial, no qual procura avaliar, em cada país, o estágio desse desenvolvimento. Para atingir este objetivo procura confrontar os indicadores que costumam avaliar o desenvolvimento econômico: em primeiro lugar a renda seguida de indicadores capazes de mensurar aspectos do desenvolvimento social – sobretudo nas áreas de educação e saúde, que se traduzem em indicadores de escolaridade e de esperança de vida ao nascer⁵.

⁵ Juntos, esses três indicadores - renda, escolaridade e esperança de vida ao nascer - compõem o Índice de Desenvolvimento Humano.

Esse estudo teve a coordenação do IPEA⁶ e a participação de especialistas em muitas áreas. O relatório permitiu verificar a situação dos componentes que influenciaram nas três variáveis citadas acima ao mostrar que o índice de desenvolvimento de 1991 do Brasil era igual a 0.797 (onde o máximo seria 1 e o mínimo 0), o que o situou entre os países de nível intermediário de desenvolvimento humano (0.800), comparável ao de alguns países do Leste europeu. O relatório mostrou que o país na verdade é composto por três sub-países, onde no primeiro estão as oito unidades da Federação com o IDH mais alto: RS, DF, SP, SC, RJ, PR, MS e ES (pela ordem de classificação). No segundo, 7 unidades de médio desenvolvimento: AM, AP, MG, MT, GO, RR e RO. No terceiro, 11 Estados: PA, AC, SE, BA, PE, RN, MA, CE, PI, AL e PB. Os nove índices mais baixos são de Estados nordestinos, onde podemos observar a situação da Bahia na tabela 1.1 (em anexo). O Tocantins não foi classificado por falta de estatísticas.

Analisando os dados do IPEA de 1996, constatou-se o aumento expressivo na parcela correspondente ao ensino médio. Isso faz supor que houve um aumento na proporção de pessoas que tiveram acesso à escola e que se reduziu a percentagem de pessoas que terminaram o ensino fundamental de primeira fase e não tiveram acesso à etapa seguinte. Os dados mostram como evoluíram as probabilidades de progressão no ensino para as pessoas no Brasil, indicam um aumento contínuo e crescente no acesso à escola e um crescimento significativo nas probabilidades de acesso à segunda fase e ao ensino médio – o que demonstra redução da probabilidade de retenção nos níveis anteriores. Já no ensino superior, a probabilidade de acesso cresceu na década de 70, mas reduziu-se na de 80 em função da pouca oferta de vagas nas Universidades federais. A expansão foi maior nos anos subseqüentes, sustentados principalmente pelas instituições universitárias que ampliaram as ofertas de vagas com suas participações (tabela 1.2 e gráfico 1 em anexo).

Numa consulta que fizemos aos dados da PNUD de 1996, observamos que os avanços no nível educacional afetaram os diferentes grupos da população. As mulheres se beneficiaram mais que os homens. Entre os grupos de cor, os amarelos

⁶ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

foram os que mais avançaram em números absolutos, passando da média de 2,9 para 8,6 anos de estudo. Porém, em termos proporcionais, o maior avanço foi dos pretos (266%), seguidos dos pardos (227%), dos amarelos (196%) e dos brancos (118%).

Em números absolutos, os brancos passaram de 2,7 para 5,9 anos de estudo (número médio); os pretos, de 0,9 para 3,3 anos; os pardos, de 1,1 para 3,6 anos; e os amarelos de 2,9 para 8,6 anos. A escolaridade média por unidades da federação, em 1990, era bastante desigual, variando de 2,7 anos de estudo no Piauí, para 7,5 anos no Distrito Federal. Com escolaridade acima de 5 anos aparecem ainda São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Na Bahia o nível de anos de escolaridade da população vem crescendo, mas no ano acima ainda está longe dos níveis observados nas grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, visto que no tocante ao analfabetismo funcional verificou-se que nos anos 90 a população baiana tinha uma taxa de 42% correspondendo ao 7º lugar no ranking nacional. No censo de 2000, o nordeste e particularmente a Bahia alcançaram melhoras significativas na educação e no combate o analfabetismo.

Ao analisar Informações dos dados da PNAD⁷ em 2001, observamos expressivas melhorias na Educação. Segundo a pesquisa, a taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos caiu pela metade, passando de 8,3% para 4,2%, de 1996 a 2001. Entre os meninos, a taxa é de 5,3% contra 3,1% das meninas. Entre as regiões, o Nordeste apresentou a maior queda (9,5%), seguido do Centro-Oeste (1,9%), Sudeste (1,2%) e Sul (1,2%). A pesquisa não é realizada na região rural do Norte do país, por isso não aparecem dados comparativos com as demais regiões.

Na PNAD 2001, foram pesquisados 378.837 pessoas e 126.858 domicílios em 851 municípios, distribuídos por todas as unidades da federação. A pesquisa revela também que a taxa de escolarização é maior entre as meninas. De 1996 a

⁷ A PNAD é uma pesquisa por amostra de domicílio realizada anualmente e que investiga, de forma permanente, os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais. A pesquisa cobre todo o Brasil, exceto a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, onde residem 2,1% da população brasileira.

2001, a proporção de meninas de 7 a 14 anos fora da escola caiu de 8,2% para 3,3%. Já entre os meninos, esta proporção passou de 9,3% para 3,7%. Este resultado é influenciado pelo fato de haver mais meninos trabalhando do que meninas.

Constatou-se que, no total da população de 10 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo vem caindo ao longo dos anos: em 1992 era 16,4%, em 1996 cai para 13,7%, chegando em 2001 a 11,4%. O nível de instrução da população também melhorou; em cinco anos, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinha, pelo menos, o ensino médio concluído (11 anos ou mais de estudo) cresceu de 16,3% para 21,7%. Entre os homens este percentual passou de 15,1% para 20,1%, e, entre as mulheres, de 17,3% para 23,2%.

Os dados acima se referem à população geral brasileira sem o recorte de raça. Ao analisarmos o comportamento das taxas de escolarização líquida do ensino fundamental, evidencia-se durante a década de 90 mudanças positivas nos valores de brancos e negros e de homens e mulheres. Entretanto observa-se que apesar do aumento da adequação da faixa etária dos estudantes às séries freqüentadas, o padrão de adequação é heterogêneo conforme é considerado separadamente as duas fases do ciclo de ensino fundamental. Em 1999, a taxa de escolarização líquida da 1ª fase do ciclo é de 88,8%, e a da 2ª fase é de 61,3%. Além disso, são distintas as intensidades dos processos de adequação de brancos e negros ao longo da década.

Em relação às populações de cor preta e parda, que correspondem a 5,4% e 39,9 % da população brasileira, as taxas de analfabetismo diminuíram de forma acelerada, entre 1992 e 1999, apresentando, respectivamente, decréscimos de 28,7% para 21%, e de 25,2% para 19,6%. No entanto, quando comparadas ao índice de analfabetismo alcançado pela população branca, de 8,3%, revelam ainda persistir a disparidade de raça no Brasil. (IBGE/IPEA, 1996).

Na 1ª fase do ensino fundamental, os brancos passaram de 85,8%, em 1992, para 90,8%, em 1999, representando uma variação relativa de 5,8%. A população negra, por sua vez, observou uma variação relativa de 23,6%, passando de 70,2%,

em 1992, para 86,7%, em 1999. Ao final da década, ambos valores são expressivos, apesar da taxa de escolarização dos negros, em 1999, ser equivalente a dos brancos, em 1994 (HENRIQUE, 2002).

Ao se considerar o recorte de gênero, temos que a taxa de escolarização líquida das mulheres é superior à dos homens nas duas fases do ciclo fundamental, permanecendo estável, no segundo período. Ao agregarmos raça e gênero observamos que mulheres brancas são 3,12% superiores em taxa de escolarização que as mulheres negras com 2,16%.

Os dados apresentados refletem que existe de fato uma disparidade na educação formal que incide principalmente sobre a população negra, indicando a falta de políticas públicas e governamentais para que esta população transite com iguais possibilidades de se desenvolver na sociedade; mostram, portanto, que há a urgência em implementar estudos que priorizem a questão de gênero e raça no Brasil, mas também que houve um acréscimo significativo no número de anos de escolaridade entre as mulheres.

Na população ocupada, na faixa etária de 10 anos ou mais, em 2001, 28,9% das pessoas tinham 11 anos ou mais de estudo. Em 1992, o índice era de 18,4%. Os dados da PNAD de 2001 confirmam a melhoria da situação educacional no país: cresceu a escolarização e diminuiu a taxa de analfabetismo. De 1996 até 2001 o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola caiu de 8,7% para 3,5%. Entre as regiões, o Sudeste apresentou a menor proporção de crianças fora da escola: eram 5,9% em 1996 e chegaram a 2,6% em 2001. Mesmo com o percentual acima das outras regiões, a queda no Nordeste foi expressiva: de 13,6% para 4,8%. No Sul, o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola passou de 6,4% para 3,0% e, no Centro-Oeste, de 7,0% para 2,9%.

No período da ditadura militar (década de 70), o quesito cor foi retirado do censo de 1970, contudo foi reintegrado aos questionários no censo de 1976, prática essa que passa a ser sistemática a partir de meados dos anos 80, permitindo assim um acompanhamento do desenvolvimento das desigualdades raciais no país,

apesar dos limitados dados da época. No relatório da Pnud/IPEA de 1996, referindo-se ao ano de 1990 constatou-se que as pessoas brancas representavam 85% da população do país, os pretos, 65% e os pardos, 66%.

Com a volta do quesito cor ao censo, foi possível analisar de forma comparativa o acesso das crianças pertencentes às categorias raciais acima citadas. A probabilidade de uma criança ingressar na segunda fase do ensino elementar, uma vez tendo ingressado na escola, era de 55% para os brancos, 40% para os pretos e 44% para os pardos. A probabilidade de uma criança branca que completou o Primeiro Grau chegar ao Segundo Grau era de 57%, ao passo que a probabilidade de um preto e um pardo fazerem o mesmo caía, respectivamente, para 36% e 46%. Diante dessa performance não seria de estranhar que o acesso à universidade fosse ainda mais restrito: somente 18% dos pretos e 23% dos pardos que completam o Segundo Grau apresentavam probabilidade de chegar a universidade, frente a uma probabilidade de 43% dos brancos com o mesmo perfil de escolaridade requerido para essa fase de formação (citado por SANT`ANNA, 1997, p.5).

A PNAD 2001 investigou a rede de ensino freqüentada, dos 51 milhões de estudantes de 5 anos ou mais de idade, cerca de 42 milhões estudavam em escolas públicas, o que corresponde a 82,1%. Freqüentavam a rede pública 75,1% dos estudantes do pré-escolar, 89,8% do Ensino Fundamental (antigo 1º grau), 78,5% do Ensino Médio (antigo 2º grau) e 30,1% do ensino superior. Um dado significativo é a queda da taxa de analfabetismo. Já na faixa de 15 anos ou mais, no período 1996-2001 o Nordeste continua apresentando o maior índice de analfabetismo, 24,4%, seguido do Norte com 11,2%, Centro-Oeste, com 10,2%, Sudeste, 7,5%, e Sul, 7,1%.

No total da população de 15 anos ou mais de idade, a taxa que vem caindo ao longo dos anos: em 1996 era de 14,7%; em 1998 caiu para 13,8%; e em 2001 foi de 12,4%. Diante desses dados, indaga-se como essas mulheres negras conseguem sobreviver em um sistema tão cruel e desigual e como será estruturado o espaço social para a mulher negra futuramente, uma vez que a menina vem se sobressaindo no processo de escolarização.

Dados obtidos no período de 2001-2003 a respeito da participação das mulheres no sistema educacional brasileiro tendo por base o recorte racial e étnico, evidenciou-se a baixa presença das mulheres negras. Veja-se, por exemplo, a taxa de analfabetismo, na tabela abaixo.

TABELA 1

Analfabetos e Taxa de Analfabetismo por gênero e cor/raça 2003							
Indicador	Total	Mulher	Homem	Mulher			
				Branca	Preta	Parda	Negra
População analfabeta							
15 a 19	452.746	135.589	317.157	35.048	7.249	91.693	98.942
20 a 24	684.947	257.622	427.325	67.203	19.960	170.459	190.419
25 a 49	5.388.434	2.411.068	2.977.366	682.011	203.389	1514.110	1.717.499
50 a 64	4.055.150	2.303.516	1.751.634	782.184	220.414	1289.377	1.509.791
65 ou mais	4.054.242	2.437.462	1.616.780	1.106.103	241.655	1080.761	1.322.416
Total	14.635.519	7.545.257	7.090.262	2.672.549	692.667	4146.400	4.839.067

TABELA 2

Taxa de analfabetismo

15 a 19	2,6	1,6	3,6	0,8	1,6	2,5	2,4
20 a 24	4,1	3,1	1,6	1,5	4,1	4,9	4,8
25 a 49	8,8	7,5	5,2	3,9	10,4	12,1	11,9
50 a 64	20,5	21,8	3,1	12,9	32,0	34,6	34,2
65 ou mais	35,2	37,2	10,1	27,3	54,1	54,5	54,4
Total	11,6	11,4	11,7	7,4	17,2	16,4	16,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE 2003

Tabulações: DAIE/SECAD/MEC

Entretanto, algumas estão conseguindo vencer essa barreira educacional, persistindo na sua escolarização.

TABELA 3

Total de pessoas ocupadas nas 6 principais regiões brasileiras no perfil de escolarização em porcentagem 2001/2

Gênero e Raça	1º grau completo e incompleto	2º grau completo e incompleto	3º grau completo e incompleto
Homem Branco	59,7	25,7	14,6
Mulher Branca	55,1	26,6	18,3
Homem Negro	76,9	19,3	3,8
Mulher Negra	71,7	22,0	6,3
Total	65,1	23,6	11,3

Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT. 2001- 2002 (apud, Pinto. 2006)

As mulheres negras viveram durante anos escondidas e quando reveladas, de forma mistificada foram descritas como amas-de-leite ou amantes, não sendo revelado por muitos anos o papel real dessas mulheres guerreiras, que resistiram aos açoites e apoiaram os seus nos quilombos e nas senzalas, contra a escravidão, preservando a cultura africana.

Dando como exemplo os cursos que os negros procuravam ao ingressar na universidade – cursos estes que lhes possibilitaram um acesso rápido ao mercado de trabalho – não devemos esquecer que o primeiro contingente significativo de negros a entrar na universidade só o fez no final dos anos 70, quando foram abertos os cursos noturnos e ampliado o número de vagas. Vale ressaltar que essa medida foi duramente criticada pelas elites, preocupadas com o que chamaram de massificação da Educação. Para os afro-descendentes foi um ganho, tendo sua entrada, alterado a “cara” de uma universidade até então exclusivamente branca.

Buscando outras referências, temos o estudo de Carneiro e Santos, “*Mulher Negra*” (1985) que está direcionado às mulheres negras que possuem uma trajetória de ascensão social, a partir da qual conseguiram quebrar o estigma de predestinação das suas vidas na sociedade brasileira. Observamos que essas trajetórias foram modificadas através de um esforço no tocante a uma melhor escolarização.

Novos estudos, como os de Bento (1995, p.480), vêm sinalizando novas articulações entre raça e classe, apontando que as desigualdades raciais não apenas se mantiveram como também se tornaram mais cruéis em alguns casos, a exemplo da região Sudeste, que registra as mais altas taxas de desenvolvimento econômico. As trabalhadoras negras continuam sendo exploradas, apesar de ser o segmento que mais investe na educação, ainda que com atraso. No entanto, nota-se a permanência do velho estereótipo, reforçado, sobretudo, pela imprensa, que atribui às desvantagens enfrentadas pela mulher negra à sua baixa escolaridade.

Gomes (1995, p.12) no livro "*A mulher negra que vi de perto*", analisa a trajetória escolar de professoras negras e a construção de sua identidade no contexto escolar. A pesquisa mostra o quanto é difícil canalizar os conteúdos dessa identidade em processo, pois foi construída com base em relações conflituosas e dialéticas entre raça e classe e entre homem e mulher. O resultado da sua pesquisa desnuda que a escola formal desempenhou e desempenha, ainda, um papel que freou e prejudicou o desenvolvimento do processo, considerando que essa escola foi pensada e orientada a partir dos valores machistas das culturas ocidentais hegemônicas. Mostra também as diferenças entre gênero e raça e o peso dessas diferenças.

Queiroz (1996) evidenciou que, para quebrar as barreiras étnicas, a mulher não-branca procura, através da escolaridade, fugir da posição discriminatória em que se encontra. Essa estratégia tem aparentemente servido para modificar o cenário nacional no que se refere a gênero e raça.

Segundo Corrêa (2000) as reformas neoliberais redefinem a educação segundo sua lógica própria, transferindo-a da esfera dos direitos para a esfera privilegiada do mercado, transformando-a de um direito social que o Estado deve garantir aos cidadãos, como consta na Constituição Federal, em um serviço, uma mercadoria que deve ser adquirida no livre mercado.

Existe um mercado globalizado que prega idéias neoliberais, fazendo com que o cidadão internalize isto como a única verdade e saída, gerando a exclusão social. No Brasil apenas 1% da população consegue atingir o ensino superior.

Assim, o cidadão/empregado, pagador de impostos, uma das maiores taxas de impostos do mundo, perde seu direito à educação gratuita, o direito ao trabalho, sua dignidade e auto-estima.

Bernardo (2005) ressalta que no Brasil há poucos negros no exercício do poder, seja em cargos eletivos, seja em profissões que dão visibilidade, apesar de 45% da população brasileira ser negra. Em seus estudos, Bairros (1991) comprova que nem sempre o aumento da escolaridade da mulher afro-descendente se traduz em maiores chances de competição com as brancas, pois a condição racial do trabalhador continua sendo decisiva na sua vida social e profissional. Entretanto, acredita-se que neste início do século XXI, parcelas de mulheres negras, utilizando-se da escolarização elevada, estão conseguindo a ascensão social, via educação.

Observa-se que em matéria de escolarização, as mulheres, independente da sua raça, têm superado os homens no tocante ao número de anos estudados. Diante desse dado, surge uma questão que exige análise a partir da reflexão de gênero: a mulher negra vem se destacado pela sua luta e resistência. Entretanto, não podemos esquecer que essas questões são interligadas ao trabalho e ao racismo, segundo Bernardo (2006), e também à Educação, na medida em que esta é um bem econômico.

Reiteramos que até o presente momento poucos trabalhos que privilegiam a temática das trajetórias de sucesso das mulheres negras brasileiras. Vale ressaltar o estudo de Maria Nilda (1999) e Eliana de Oliveira (2004). Os dois trabalhos referem-se às dificuldades vividas nas trajetórias de mulheres negras até alcançarem a ascensão social.

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME, implantada em 1980, tem sido um poderoso instrumento de produção de indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões do Recife, de Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, e, por extensão, para o planejamento econômico e social do País. A implementação da PME trouxe como um dos resultados grandes transformações no mercado de trabalho brasileiro. Sua modernização visou possibilitar a captação mais precisa e detalhada das

características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo, fornecendo, portanto, informações mais adequadas para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. As recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram seguidas no que diz respeito a conceitos e métodos. Os dados obtidos estão disponíveis desde março de 2002.

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua pesquisa mensal de emprego referente ao mercado de trabalho segundo a cor ou raça, relata que, em setembro de 2006, a população composta pelas pessoas declaradas pretas ou pardas representava 42,8% das 39,8 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade nas seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego, citada no parágrafo acima. A Região Metropolitana de Salvador apresentou a maior proporção de pretos e pardos (82,1%), enquanto a de Porto Alegre apresentou a menor (13,1%).

A população preta e parda em idade ativa era menos escolarizada que a população branca. Enquanto os primeiros tinham 7,1 anos de estudo, em média, os últimos tinham 8,7 anos. Foi apurado, também, que 6,7% das pessoas pretas e pardas com 10 a 17 anos de idade não freqüentavam escola (entre os brancos o percentual caía para 4,7%) e 8,2% dos que tinham acima de 18 anos freqüentavam ou já haviam freqüentado curso de nível superior (25,5% para os brancos). Verificou-se, ainda em relação à educação, que 20,1% dos pretos e pardos com 10 anos ou mais de idade tinham algum curso de qualificação profissional, enquanto na população branca este percentual subia para 25,3%. Observou-se que a população preta e parda era 3,8 anos mais jovem que a branca.

Ao longo da história a escolarização brasileira, no que tange os modelos oficiais, mostra que as camadas negras estiveram sempre lutando contra afirmações que apontavam para sua inaptidão para os estudos. Mesmo no período do Império registrou-se a ascensão de uma intelectualidade negra transitando em espaços nos quais os brancos eram absolutamente dominantes.

Pode-se perceber, em relação aos dados acima, que é urgente a necessidade de mudanças no quadro educacional da população negra brasileira. O processo de

exclusão efetua-se de forma constante, evidenciando uma sociedade desigual e injusta. É necessário promover a diminuição da desigualdade de gênero na educação. Sua persistência, quando se trata de grupos específicos, exige, agora, ações que levem em conta as questões de gênero, raça e etnia.

3.4 – Mulher Negra e Mercado de Trabalho Qualificado

Acredita-se que o curso de pedagogia foi a primeira porta utilizada pela mulher negra para ascender no mercado de trabalho especializado. Uma das principais alternativas de profissionalização feminina, entretanto, não deixou de ser um caminho árduo a percorrer. Em 1932, os requisitos para uma jovem ingressar no magistério público eram baseados na ideologia do branqueamento. Contudo, não foi suficiente para ofuscar a destacada presença de algumas professoras negras em instituições e outros espaços de ensino.

Outras áreas do mercado de trabalho demoraram a serem ocupadas também por mulheres negras. Acredita-se que além de serem cursos da elite e de alto custo, eram vistos como profissões onde a “boa aparência” era pré-requisito. Em seus estudos, Bairros (1980) comprova que nem sempre o aumento da escolaridade da mulher afro-descendente se traduz em maiores chances de competição com os brancos, pois a condição racial do trabalhador continua sendo decisiva na sua vida social e profissional. Entretanto, acredita-se que no início do século XXI algumas mulheres negras, utilizando-se da escolarização elevada, estão conseguindo ascender social, profissional e intelectualmente.

Quando se observa a luta do negro e, em particular, da mulher negra, afro-descendente, percebe-se o longo caminho que precisa ser percorrido para que essa “democracia” torne-se realidade. No cotidiano das negras, das afro-descendentes, os meios de comunicação, os instrumentos pedagógicos, a propaganda e a publicidade vinculam diariamente e de maneira sistemática, estereótipos que reproduzem o preconceito e legitimam as práticas discriminatórias.

Nos anos 90 ao início desta década, constata-se que as grandes áreas urbanas apresentam um número significativo de problemas no que se referem às principais variáveis econômicas (trabalho, renda e previdência) ou às culturais e de convívio coletivo. O aumento da violência é o reflexo maior da desagregação deste convívio. Neste sentido, existe um conjunto de variáveis, tais como acesso à renda, à ocupação e à escolarização, que podem fundamentar estudos sobre a exclusão sócio-econômica, seja ao nível do bloco econômico, seja ao nível de federação, estado ou região metropolitana. Tais estudos podem contribuir na formulação e avaliação de políticas públicas destinadas à promoção de uma maior justiça no acesso da população a bens de cidadania como forma de inclusão ou integração social da população de forma igualitária.

Em seus estudos, analisando a Cidade de Salvador em relação ao mercado de trabalho, Oliveira (1992, p.21) mostra que aproximadamente 52% da população da Bahia é constituída por mulheres e mais de dois terços (77,4%) de afro-brasileiras. Dados comprovados na expressiva presença no mercado de trabalho local, todavia com um alto padrão de segregação ocupacional e desigualdade salarial. O mercado de trabalho mostra assim como Telles (1994), que a cidade de Salvador tem um dos mais altos índices de desigualdade ocupacional por raça entre 74 regiões metropolitanas brasileiras, inclusive na área política. Diante dos dados expostos acreditamos que o sistema de exclusão implantado no cenário brasileiro no passado continua rendendo frutos nocivos nas classes menos favorecidas.

Observou-se que a diferenças entre os percentuais de desemprego da mulher negra e da não-negra é acentuado em Salvador. A desigualdade por cor é maior do que pelo rendimento mensal, pois a remuneração mensal menor é recebida pela mulher negra, sobre a qual incide uma maior jornada de trabalho. O rendimento médio real por hora auferido pelos negros correspondia a, respectivamente, 48,7% e 52,7% em relação ao dos não-negros.

No Fórum Mundial realizado em novembro de 2006 na Venezuela, apontou-se para as grandes diferenças entre homens e mulheres na participação política e educacional no mundo. Verificou-se que, apesar dos avanços sociais já obtidos no

Brasil, perpetua-se em grande escala as desigualdades de gênero, de raça e econômica. Um relatório do Fórum apontou que 34 países em todo o mundo, já acabaram com as diferenças de acesso à educação entre homens e mulheres.

O Brasil, entretanto, não alcançou ainda esse status, ocupando o 67º lugar no ranking mundial ficando atrás da maioria dos seus vizinhos sul-americanos: Colômbia (21º), Argentina (41º), Venezuela (57º), Peru (60º), Paraguai (64º) e Uruguai (66º). Saadia Zahidi, chefe do Programa de Mulheres Líderes do Fórum, relata que os índices apurados mostram que o mundo está acabando com as diferenças entre os sexos no acesso à educação e à saúde, mas há ainda muito a ser feito em termos de participação econômica e política das mulheres.

Na comparação entre homens e mulheres, os dados mostram que a taxa de escolarização feminina superou a masculina tanto no pré-escolar quanto nos níveis de ensino fundamental e médio. As exceções, no entanto, foram o Norte, onde havia mais homens do que mulheres na escola na faixa de 15 a 17 anos de idade e as regiões Sul e Sudeste, que apresentaram taxas semelhantes para homens e mulheres com idade entre 7 e 14 anos.

Os números coletados pela PNAD, em 2006, divulgados pelo IBGE, mostram que a educação brasileira continua muito abaixo dos padrões necessários para incrementar a presença do nosso país no mercado mundial e para a redução de desigualdades social e racial.

Aqui se observa que as mulheres negras vêm, aos poucos, conseguindo mudar esse quadro nacional de exclusão social, educacional e profissional. Na pesquisa que realizamos, há a preocupação em conhecer como, em face dessas condições adversas, os negros (as) construíram, no caminho da resistência, as suas próprias formas de inclusão. Como aprenderam os conteúdos escolares ou os conhecimentos necessários à sua vida cotidiana, à sua sobrevivência; como encontraram seu caminho de inclusão à cidadania brasileira e as relações que estabeleceram com o sistema escolar. Procura-se verificar, a partir de análise de histórias de vida de informantes selecionadas, a existência de um processo

consciente de construção de identidade negra e a relação deste processo com a escolarização, que será tratada no próximo capítulo.

Uma grande parcela de adolescentes entre 15 e 17 anos continua fora da escola. Em 2004, eram 17,8% de jovens que largavam os estudos para trabalhar e ajudar em casa. Em 2005 houve ligeiro crescimento, com o índice subindo para 18%. Embora o Brasil tenha universalizado o ensino fundamental no final da última década, ainda convivemos com uma rede pública que não consegue reter parcelas significativas de jovens na sala de aula.

3.5 - A Situação Das Trabalhadoras Negras em Salvador

O cientista Dr. Watson, renomado cientista que recebeu o prêmio Nobel de medicina em 1962 por haver descoberto o DNA, em entrevista publicada no Sunday Times⁸ se disse "pessimista a respeito do futuro da África", argumenta a respeito de que as políticas sociais mundiais são fundadas no pressuposto da inteligência do africano ser a mesma do branco, o que discorda ao argumentar que pesquisas mostram que os negros são menos inteligentes que os brancos e que o fato é confirmado por pessoas que trabalham com profissionais negros.

Estima-se que foram traficados para o Brasil aproximadamente quatro milhões de homens e mulheres africanos entre os séculos XV e XIX. Foram trazidos para exercer variadas atividades, entre elas a lavoura, a pecuária, plantações, extração mineral e ervas (SHUMACHER, 2007, p.39). As mulheres escravizadas tiveram presença ativa na produção e na manufatura. Nas Casas Grandes faziam todo o serviço doméstico como, por exemplo, arrumar e cozinhar. Trabalhavam dia e noite sob a vigilância de feitores, sendo-lhes garantida apenas uma refeição diária.

A abolição não foi pautada por políticas públicas com a finalidade de integrar os negros libertos à sociedade brasileira. O ganho alcançado com a Lei Áurea, ao

⁸

Voltaremos a abordar esta polêmica em outro momento mais oportuno durante o doutorado.

invés de incorporá-los de forma igualitária, reforçou as desigualdades. A população negra representou a maior força produtiva no cenário brasileiro, antes e depois do período escravocrata, entretanto essa população permanece sem a justa visibilidade e reconhecimento nos registros históricos brasileiros.

A desigualdade de oportunidades entre negros e brancos no Brasil vem se perpetuando de forma gritante, ano após ano, contribuindo para desmascarar a nossa “democracia racial”, que foi forjada no intuito de justificar a nossa convivência “pacífica” entre as raças formadoras da sociedade brasileira. Como Silvério (2004, p.323) têm observado, a democratização só se aprofundará na medida em que a sociedade brasileira reconhecer e procurar equacionar com medidas concretas sua dívida histórica com a população negra. Medidas que permitam a mobilidade educacional e econômica de parcela significativa da população brasileira, que têm segundo ele, sido retardadas ou simplesmente evitadas.

A situação da mulher negra é mais grave que a do homem negro: chegando ao Brasil elas operaram nos ciclos de açúcar, do café e do ouro. Presentes também nas fábricas desde o início da industrialização do País protagonizaram a implementação do trabalho doméstico e do comércio ambulante. Em nossos dias as diferenças de gênero e raça interagem de forma explícita discriminando, perpetuando antigos modelos de exploração. Dados do IBGE (2002) mostram que a população negra ocupa a base da pirâmide econômica, situação que se agrava no quesito gênero, onde a mulher negra recebe salários menores, assim como ocupa os postos mais desvalorizados quando comparada com o homem negro e, principalmente, com a população branca brasileira (SHUMACHER 2007 p.229).

Acompanhando a história da africana no Brasil observa-se que mesmo depois de um século da abolição da escravatura perdurava ainda um quadro alarmante de desigualdade racial no Brasil. Muitos estudiosos acreditavam que com o passar dos anos da época da escravidão as desigualdades entre as raças no Brasil desapareceriam. O sociólogo Guerreiro Ramos é um dos exemplos que nos anos 50 do século passado acreditava nessa possibilidade de igualdade racial no Brasil (cit. Oliveira, p. 61). Este equívoco perdura até os dias atuais, mascarados pelo senso

comum existente na nossa sociedade, onde convivemos harmônica e cordialmente, racialmente falando.

O mito da democracia racial brasileira embora desmascarado continua firme quando observamos que a cor da pele ainda é um entrave na ascensão no mercado de trabalho. Bento em seu estudo (2003, p. 53) confirma que quanto mais o negro ascende, mais incomoda. As práticas discriminatórias ocorrem com mais força e freqüência nos momentos ligados a promoção profissional e ocupação de cargos de comando, pois quanto mais aumenta a escolaridade do negro mais a discriminação se revela na discrepância da remuneração entre o profissional negro e o branco.

Rompendo as barreiras da escolarização dos negros no Brasil, será possível formar-se uma mão-de-obra especializada e assim abrir novos espaços no mercado de trabalho, visto que há pouco tempo aos negros eram reservadas as funções subalternas que na sociologia chamamos de “chão de fábrica”, dado seu pouco grau de escolarização. Logo, observa-se que no mercado de trabalho temos muito que andar.

O sistema de cotas implementado no Brasil recentemente para estudantes negros no ensino superior e em algumas universidades para professores negros, vem causando polêmicas e discursos contrários, formulados muitas vezes pela elite branca que durante anos se beneficiou estudando os negros e por alguns negros mal-informados acerca do sentido das cotas no Brasil e da urgência da mesma no sentido de reparação da dívida que o estado tem com essa população.

Em sua pesquisa desenvolvida pela Universidade de Brasília (UNB), Carvalho (2005, p.91) constata que nas maiores e mais importantes universidades públicas, consideradas como referência nacional o número de professores negros não passa de 1%, o mesmo ambiente de onde saíram todas as teorias que, segundo o autor, negam a existência de segregação racial no Brasil. Ele assinala que os negros são vítimas do preconceito desde os mais remotos tempos e que sempre enfrentaram dificuldades para chegar e permanecer na universidade, não só como estudantes, pois, também têm uma baixa representatividade do outro lado da sala de aula, como professores.

Ciente desse problema a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), foi a primeira instituição pública a reservar 40% das vagas a estudantes negros vindos da escola e que guarda o mesmo percentual para o mestrado e doutorado, de acordo com a descrição do pesquisador, um caso inédito no País e que, além disso, possui no quadro de funcionários negros ocupando cargos de alto escalão. O pró-reitor de pesquisa e ensino da UNEB, Wilson Matos, objetiva que 75% da universidade seja composta por afro-descendentes em oito anos, equiparando-se em percentual à presença negra na Bahia.

Ao entrevistar-se mulheres negras na cidade de Salvador procurou-se expandir a pesquisa para várias áreas de atuação do nível superior, acreditando poder assim ter uma visão ampla da inserção das mulheres negras em áreas antes impossíveis para as mesmas pela questão racial e escolar, entretanto, observou-se que na área acadêmica encontra-se, como será constatado no quarto capítulo, a existência de uma única mulher negra a ocupar o cargo de reitora de uma Universidade pública, dentre os mais de 1.000 reitores do conjunto de universidades públicas e privadas. Ressalta-se também que é a primeira reitora negra na história brasileira e da cidade do Salvador na Bahia, a cidade brasileira com o maior número de negros, chegando a 80%.

Para falar de reparação a danos de origem racial é necessário abordar os quase 400 anos de trabalhos forçados dos escravizados no Brasil, período onde o maior produtor da riqueza brasileira foi o (a) trabalhador (a) negro (a) (Bento, 2001, p.20). Para que essa ação torne-se efetiva surge a quebra do silêncio e a continuação do desmascaramento da farsa que é a “democracia racial” brasileira, conscientizando a população, mostrando que reparar erros históricos não significa premiar incompetentes e sim, fazer justiça com trabalhadores e seus ancestrais que carregaram este país e, ao longo de séculos, não foram reconhecidos como tais.

Ao falar-se de mercado de trabalho observa-se que o cenário mundial vem se reestruturando no sentido de tornar o trabalhador polivalente, obtendo assim maior lucro e menos despesas na contratação. Como resultado encontramos profissionais qualificados em subempregos ou desempregados ao dar lugar à informatização que vem crescendo assustadoramente no cenário mundial, principalmente para o

trabalhador negro, que já se encontrava fragilizado com a apropriação indébita do fruto de seu trabalho e do déficit cumulativo que cresceu ao longo dos séculos, pelo racismo (idem, p.21).

Os mapas mostram que crianças e jovens negros começam a trabalhar mais cedo e em seus empregos permanecem por mais tempo, com uma carga horária maior que a dos brancos e ao agregarmos o gênero, observamos que a situação no tocante à mulher negra agrava-se. Ela é atingida pelo gênero e pela raça, entretanto observamos que apesar da dupla discriminação sofrida, essas mulheres chamam para si a força de suas antepassadas e com constante luta vão aos poucos quebrando esse estigma, recebendo então o ônus resultante de seu esforço. São mostradas no próximo capítulo algumas histórias de mulheres negras que mesmo enfrentando a discriminação racial, de gênero e social, ousaram desbravar áreas profissionais historicamente de homens brancos e, no avançar dos anos, das mulheres brancas; hoje profissionais com carreiras consolidadas.

O DIEESE/Seade divulgou, em 2006, que os índices de desigualdade entre mulheres negras, não-negras e homens (brancos e negros) aumentaram desde 1998. Esta pesquisa revelou que a mulher negra continua sofrendo com a dupla discriminação – ora por sua condição feminina, ora pela cor de sua pele – e que sua inserção no mercado de trabalho é “nitidamente desvantajosa, ainda que sua participação na força de trabalho seja mais intensa que a de mulheres não-negras”.

Esse cenário persistente foi comprovado pela pesquisa “Negros nos Mercados de Trabalho Metropolitanos” através da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) realizada pelo convênio entre o DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), governos locais e o Ministério do Trabalho e Emprego/FAT em seis regiões brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal).

Na hipótese do presente trabalho está implícito que o número maior de anos de escolarização resulta em uma entrada mais fácil e melhor no mercado de trabalho. É justamente este aspecto que será abordado no terceiro capítulo.

Procura-se no quarto e último capítulo a seguir, elencar algumas trajetórias que confirmam essa hipótese, de que o alto grau de escolarização consegue mudar a trajetória posta para as mulheres negras, que nascem em famílias pobres e têm que começar a trabalhar cedo, conciliando com o estudo, muitas vezes precário em escola pública e de periferia, entretanto, superam todas as dificuldades raciais, econômicas e de gênero, vencendo as adversidades e modificando a trajetória das mulheres negras, tornando-se bem escolarizadas e grandes profissionais em suas respectivas áreas profissionais.

CAPÍTULO IV

AS “MARIAS”

Conceição (2004.p, 16) diz que “iniciar um trabalho de campo exige sempre uma dose de sacrifício, paciência e perseverança, posto que, por mais que nos pareça fácil há sempre algo desafiador”. Ao longo do trabalho ocorreram muitas dificuldades familiares, morte do meu pai e incentivador, depressão da minha mãe, melhor amiga e problemas físicos meu, além de outros problemas de ordem emocional e psíquica. Essas dificuldades me fizeram inclinar, quase cair, contudo serviu-me de amadurecimento pessoal, familiar, e intelectual.

Neste capítulo procuraremos responder as questões que deram origem á esse trabalho, mostrando várias trajetórias empregadas por essas mulheres negras na sua ascensão social, econômica, educacional, a elevação da sua auto-estima e principalmente o processo para entrada em um mercado de trabalho tão concorrido e de difícil acesso para essas mulheres negras que, além da problemática de gênero, tiveram e têm que enfrentar a questão racial dentro do gênero, o padrão estético que as excluem de determinados cargos e empresas, e os obstáculos vencidos. Analisando também o papel das suas famílias nessa trajetória e sucesso, evidenciando assim que essas mulheres conseguiram vencer as barreiras acima enumeradas, superando as adversidades e a marginalidade que suas mães e antepassadas sofreram e que muitas ainda sofrem.

Cheguei a Salvador na primeira visita no mês de dezembro de 2006 e fiquei até janeiro de 2007, como estava afastada dessa cidade desde final de 2005, perdi alguns contatos devido à mudança de residência. Essa minha primeira visita já estava alterada pelo olhar anterior que eu já possuía previamente sobre os sujeitos a serem estudados como cita Conceição (pg.16), assim como pelo espaço físico ao qual eu pertencia. Precisava segunda a autora fazer a junção entre o conhecimento doméstico e as teorias apreendidas sobre o fazer etnográfico, pois o momento do

campo é o tempo de buscar o rigor proposto nas disciplinas acadêmicas, citando como suporte Oliveira, quando diz que:

Seja qual for esse objetivo, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceptual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema-disciplinamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos – funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – se me é permitida a imagem [...] (OLIVEIRA. APUD, CONCEIÇÃO, 16, 2004).

Através de um desses amigos fui apresentada por telefone às minhas futuras interlocutoras. Apresentava-me e explicava o objetivo da minha pesquisa. Então elas perguntavam de onde eu era e qual era minha raça. Respondia que era baiana da cidade de Salvador, portanto soteropolitana, e que no momento estava residindo em São Paulo devido aos meus estudos e que eu sou negra. Elas respondiam que aceitariam conceder a entrevista por eu ser negra, pois, já estavam cansadas de dar entrevistas para mulheres brancas, e que não aceitavam mais brancos pesquisarem negros, assim, entrevistei oito mulheres.

Voltei ao campo em agosto de 2007. Ao colher as histórias-de-vida, escutei essas mulheres falarem de si em contato direto, no qual vi e ouvi entristecerem-se, aumentarem e diminuir o timbre de voz, emudecerem de repente, em virtude da emoção. Vi um caleidoscópio de sorrisos, choro, raiva, dor, perplexidade, revolta, vitória e muita esperança. É necessário ressaltar que o diálogo fluía quando nos encontrávamos, eu iniciava contando um pouco da minha história de vida, elas se sentiam próximas a mim, se desarmavam e relatavam toda sua estória sem nenhum entrave ou pudor.

Essas mulheres falaram da representação que o negro tem de si, das estratégias utilizadas e do preço da ascensão social. Esses três pontos caracterizaram as histórias-de-vidas das entrevistadas. Elas se autodefiniram como negras, falam do significado da condição de negra, contam o que é preciso fazer para alcançar essa ascensão e para manter o que foi alcançado.

Esse capítulo é dedicado aos seus depoimentos, emocionantes e vitoriosos. Os esforços utilizados para curarem as feridas adquiridas durante a trajetória de vida, ao mesmo tempo, de forma individual e coletiva.

Costa (2003 p. 136/7) relata que ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção de encarnar o corpo, os ideais e o ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro, que segundo ele é a espinha dorsal da violência racista. Na contramão deste pensamento, foi observado nas mulheres entrevistadas neste trabalho que essa violência a qual o negro é exposto sistematicamente, serviu de base para impulsionar a busca para auto valorização da cor e de trajetórias de vida.

Santos (2007) em um depoimento disse: “o fato de ser negro e a exclusão correspondente acabam por me conduzir à condição de permanente vigília”. Sua fala demonstra a sua consciência em relação à questão do preconceito e da discriminação que sofrem os negros no Brasil.

Observamos como é dolorido o caminho percorrido para chegar nessa aceitação do ser negra. No momento que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado pelo estigma da perseguição, ficando a partir daí em estado de alerta para a discriminação e humilhações que seu corpo sofre constantemente por ser negro e não fazer parte do ideal de beleza ao qual reina soberanamente o corpo branco. São feridas abertas que para curá-las são empreendidas lutas interiores e exteriores, de auto aceitação do nariz achatado e outras características.

Em uma sociedade forjadora de uma democracia racial e perpetuadora da mesma para encobrir o racismo histórico contra os escravos e seus descendentes, exalta constantemente a inferioridade do negro utilizando para isso conceitos depreciativos para essa raça e exaltando por outro lado os não negros como exemplo de perfeição fisicamente e intelectualmente falando, contribuindo para o sentimento de inferioridade de alguns negros. Segundo Fanon:

[...] negro, é escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos têm um comportamento neurótico. Esta

desvalorização de si mantém a pessoa em estado de insegurança interior profunda, e por causa disto inibe ou falseia qualquer relação com outrem. (FANON, 1979, p.65).

O roteiro baseou-se seguindo a linha de Oliveira (2007, p.68), nos seguintes temas considerados relevantes para os objetivos da pesquisa e investigação de aspectos das relações raciais na vida dessas mulheres (incluindo vida familiar, na sala de aula, no mercado de trabalho e relação interpessoal): identificação racial; preconceito e discriminação social; ascensão social; ascensão econômica das entrevistadas.

4.1 - Seleção das participantes

O perfil das mulheres pretas entrevistadas

Foram entrevistadas 20 mulheres na cidade de Salvador-Ba entre os meses de novembro de 2006 e de janeiro a setembro de 2007, das mais diversas áreas profissionais do nível superior. Como já foi sinalizado por mim o critério de escolha das entrevistadas deu-se com base nas características: serem negras, entre 30 e 55 anos de idade, ser oriundas da periferia de Salvador ou municípios da Bahia, ter pertencido à classe baixa e na sua maioria terem sido as primeiras de suas famílias a ingressarem na Universidade, e estarem vivendo um processo de ascensão social, percebendo-se sua mobilidade social ascendente numa sociedade multirracial e racista. Houve então necessidade de excluir quatro das vinte entrevistadas.

As mulheres sujeitas dessa pesquisa, na sua grande maioria estudaram em escola pública desde o ensino fundamental e as que estudaram durante um período em escola particular o fizeram graças a bolsas de estudo. Tiveram em comum o desejo de não conceder as entrevistas para mulheres brancas. E estas entrevistadas verbalizaram que só aceitaram me conceder entrevista por ser eu negra e ter trajetória semelhante à delas: “acho que a gente tem que, cada vez mais, demarcar esse território, não deixar... a gente não pode permitir de maneira alguma que as mulheres brancas falem por nós, porque elas não têm noção do que a gente

passa"... "Elas não têm noção do que é a nossa construção, do que é o dia a dia de uma mulher preta. Elas não conseguem ter idéia e nunca vão ter. Só a gente sabe a história que carrega na pele, a história que carrega no corpo, a história que carrega no cabelo. E só a gente sabe o que pode falar a respeito disso. Então eu acho que primeiro o orgulho, que a gente tem que manter acesso, e segundo é não permitir que outras pessoas, que mulheres brancas, os negrólogos, como chamam, falem da gente".

Todas foram unânimes ao afirmar que temos que falar por nós mesmos, e que era um prazer participar de um estudo como este, porque tinham certeza que o mesmo vai mobilizar outras mulheres, e que as mulheres que estão na periferia de alguma forma vão chegar para a comunidade. Que nós mulheres que avançamos na escolarização e conseqüentemente profissionalmente, temos essa responsabilidade, "a gente tem que mostrar para nossas irmãs e trazê-las para junto da gente, mostrar que é possível. Eu não estou dizendo que todas têm que ser médicas, têm que ser sociólogas, têm que ser mestras. Sejam o que for, mas que é possível ser respeitada como mulher negra, seja dona de casa, seja a mulher que faz a limpeza, seja uma mulher que é doutora. A gente tem que trazer as mulheres pretas para discutir o poder e para colocar no poder, esse poder que a gente já tem, mas que a gente não coloca em prática".

As entrevistas aconteceram em duas etapas: a primeira nos meses de Dezembro de 2006 a Janeiro de 2007 e a segunda em Agosto de 2007. A tabela a seguir mostra o perfil das entrevistadas:

TABELA 3

Perfil das Participantes

Nº	Nome Fictício	Profissão	Idade	Cor	Ensino Fundam/ Médio.	N. de Irmão	Moradia atual	Moradia Anterior	Local de Nascimento	Nível Escolar dos Pais.
1)	“Maria”	Socióloga	35	Preta	Escola Publica	09	Cajazeira C Media	Interior Pobre	Interior da Bahia. D' davila	Médio incompleto
2)	“Luisa”	Medica	35	Preta	Escola Publica /Particular com bolsa	03	Piedade C Media	Interior pobre	Rio G. do Sul. Mora em Salvador a 12 anos	Médio Incompleto
3)	“Telma “	Farmace	33	Preta	Escola Pública	02	Garcia		Santo Amaro	Fundamental
4)	“Selma”	Bioquimica Farmacêutica	52	Preta	Escola pública	04	V.Laura	Sete Portas	Sete portas *	Médio completo
5)	“Mônica”	Enfermeira e Medica	48	Preta	Escola pública	04	Rio Vermelho	Sete Portas	Sete Portas	Médio completo
6)	“Graça”	Contadora	50	Preta	Escola pública	06	Cabula	Iapi	Feira de Santana	Fundamental
7)	“Lucia”	Enfermeira	50	Preta	Escola pública	01	Pituba/ Pernambues	Bx dos Sapateiro	Madureira	Médio completo
8)	“Vilma”	Reitora	55	Preta	Escola pública	05	Itaigara	Bx. De Quintas	Bx d. quintas	Médio completo
9)	“Dina”	Historiadora	42	Preta	Escola Publica	04	Uruguai	Alagados	Subúrbio de salvador	Fundamental incompleto
10)	Lea	Advogada		Preta	Pub/Part-Bolc	06	V. Laura	P. Miúdo	Pau Miúdo	Médio completo
11)	“Nilma”	Medica pediatra	50	Preta	Escola Publica	01	V Laura	Engenho V. de Brotas	Eng. V de Brotas	Médio incompleto
12)	“Nice”	Enfermeira	48	Preta	Escola Publica	04	Barra	F de Sant	F. de Santana	Médio completo
13)	“Gisana”	Nutricionista	41	Preta	Escola Particular/ publica	02	Barra-	Barra Terreiro	Salvador- Terreiro	Médio completo
14)	“Mirna “	Terapeuta Ocupacional	55	Preta	Escola Publica	08	Cajazeira	Cidade Baixa	Curuzu	Médio completo
15)	“Geila”	Arquiteta	38	Preta	Escola publica	05	Uruguai	Cidade Baixa	Penisula Itapagipana	Médio completo
16)	“Rita”	Promotora	50	Preta	Escola pública;particular c/bolsa	06	Pau Miúdo	Pau Miudo	Salvador	Médio completo

Fonte: Pesquisa de campo

4.2 – Análise de dados coletados

Foi utilizada como técnica de coleta de informações a entrevista semi-estruturada. As entrevistas em forma de histórias de vida narradas eram gravadas em gravador digital e posteriormente transcritas. Os relatos foram analisados levando em conta que o sujeito é histórico, social e descentrado. Histórico, por que não está alienado do mundo que o cerca, social, por que não é o indivíduo, mas àquele apreendido num espaço coletivo.

Entretanto esse sujeito é definido pelo local de onde ele viveu, Foucault diz que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (2005, p. 139). Esse lugar é um espaço de representação social (ex: médico, pai, professor, motorista etc.), que é uma unidade apenas abstratamente, pois, na prática, é atravessada pela dispersão (Apud CARNEIRO E CARNEIRO, 2007).

Na história oral utilizamos o roteiro geral com algumas perguntas quando necessário. Após a transcrição das histórias, fizemos uma extensa leitura desse material comparando com o que estava gravado, posteriormente voltamos aos objetivos da pesquisa.

As respostas obtidas pela pesquisadora foram elencadas em grupos pré-definidos no roteiro de entrevista. Observou-se o envolvimento social das participantes, a consciência ou falta da mesma, em relação à trajetória percorrida. Também a consciência da discriminação sofrida, uma estratégia utilizada para superar sua condição social original e alcançar à atual.

O segundo subtítulo deste capítulo, foi dividido em quatro blocos:

4.2.1 - Trajetória de vida das “Marias” – como construíram vidas, de onde vieram, quem são suas famílias.

4.2.2 – Como se inseriram no nível superior de ensino - seu processo de escolarização no terceiro grau.

4.2.3 – Racismo e discriminação de gênero, raça e social. Conscientização e embate.

4.2.4- Inserção no mercado de trabalho - ascensão social e racial vencendo preconceito de gênero.

4.2.1 -Trajetória de vida das “Marias” – como construíram vidas, de onde vieram, quem são suas famílias.

As mulheres entrevistadas são oriundas de famílias negras e pobres. Entre elas, 80% dos pais não tiveram oportunidade de concluir seus estudos, na sua grande maioria começaram a trabalhar bem jovens e não concluíram o Ensino Fundamental, 15% concluíram o Ensino Médio. Essas jovens conseguiram depois de madura e com família formada, entrar na faculdade, confirmando as palavras de Abdias do Nascimento (Apud GUIMARÃES), que, ao negro não foi após a abolição, dado a eles condições dignas de sobrevivência:

[...] Tive uma infância bastante pobre somos sete irmãos, não tínhamos pai. Minha Mãe trabalhava para nos criar, eu morei com minha avó até os nove anos. Daí em diante minha mãe viu que eu já tava grandinha, que eu já podia tomar conta dos meus irmãos então ela me tomou da minha avó pra ir pra trabalhar mesmo em casa e cuidando dos outros irmãos. .(Nice).

[...] Meu pai não completou o segundo grau, e minha mãe estudou até a 3ª série do primeiro grau. Então casaram, tiveram os filhos, então a única possibilidade que ele vislumbrou para a família, para os filhos, foi a via universitária, a via da educação...(Rita).

[...] Meu pai e minha mãe vieram do recôncavo da Bahia, nascidos minha mãe em São Felipe, em Maragogipe e meu pai, em São Felipe, os dois da região do recôncavo. Ela só tinha apenas até o primeiro... Até a admissão, o ginásio,. E meu pai só teve, tinha o primário, mas a gente já ia pra escola alfabetizado... (Geila).

A possibilidade de desvendar o início da trajetória dessas marias para assim compreender sua força, nos animou a estudar suas vitórias. Encontramos famílias,

sem nome pomposo, mas que souberam ensinar a arte da sobrevivência e da perseverança.

[...] Meu pai e minha mãe tinham o 2º grau. Meu pai trabalhava em fabrica, ficou desempregado e minha mãe continuou trabalhando, como cabeleleira (Lucia).

[...] Meu pai e minha mãe tinham o segundo grau, ele era enfermeiro e minha mãe professora, ganhavam pouco, mas eu era feliz...(Vilma).

[...] Aí então meu pai ficou desempregado sem ter eira nem beira, minha mãe não trabalhava até então estudava, fazia curso, cuidava da família né? Nós já estávamos três filhos, aí ele ficou desempregado um tempo, aí ela começou a fazer doces, vender coisa na porta de casa até quando ele conseguiu um trabalho, foram momentos difíceis em nossa vida de privações...(Geila).

O estudo das histórias de vida foi escolhido como a melhor forma para entender o processo de ascensão dessas mulheres negras, suas respostas situacionais e incertezas diárias, que surgem devido ao seu passado familiar.

[...] Então, nasci em Dias D'Avila minha família... Éramos dez filhos de meu pai e minha mãe, dos dez, nove irmãos teve um filho que minha mãe criava porque achava poucos os nove, três mulheres e sete homens, sou encostada a mais velha, Lene. Meu pai é quase analfabeto e minha mãe tem o fundamental, não tiveram condições de estudar...(Maria).

[...] Nasci em um interior bastante pobre, fomos morar longe da cidade. Então aquele velho habito de aglomerados negros de tomarem conta dos filhos daqueles que morreram ou abandonaram e meu pai foi criado por um tios dele família negra, ele aprendeu a ler no núcleo familiar, o tio dele ia buscar em feira um professor para alfabetiza-lo ele e os primos todos negros pagavam o professores porque naquele tempo não tinha escola para criança negra, não tem hoje, imagine naquele tempo para alfabetizar...(Graça).

[...] Família pobre, todo mundo tem que se virar pra trabalhar, minha mãe é assim, ela costurava e meu pai tinha uma serralharia de porta, de ferro estas coisas e minha mãe costurava,mas minha mãe sempre foi assim,esse lado assim,ela sempre pensou,muito na educação dos filhos tanto foi que ela colocou os cinco na universidade,então,eu já estudava em um dos melhores colégios de Salvador que era Anfrisia Tiago, ela costurava 24 horas pra pagar a escola que a gente estudava... (Selma).

A identidade das marias foi construída como Hall define, preenchendo o espaço entre o interior e o exterior, logo. Portanto a vivencia familiar e todas as

experiências de vida de seus pais, contribuiu para fortalecer seus objetivos de uma vida melhor.

[...] Morávamos bem na periferia de Salvador, em um lugar chamado alagados, onde as casas são erguidas dentro d'água. Quando a água subia, inundava tudo. Minha mãe trabalhava vendendo frutas e verduras e nos seus filhos estudávamos e a ajudávamos na venda, sempre incentivou que nos estudássemos. Ela trabalhava muito nesse pequeno negócio. Na porta da nossa casa. Infelizmente só eu cursei o nível superior...(Diná).

[...] Tínhamos muitas dificuldades, minha mãe sofria muito, ela voltou do rio de janeiro comigo e meu irmão porque meu pai deixou ela lá sozinha. Tinha noite que a gente não tinha nada pra comer. Ela fazia uma garapa e dizia "tome e acabou". E a gente tomava. Ai depois ela conseguiu um emprego eu acho que foi em um hospital ai a vida da gente mudou um pouquinho... (Lúcia).

[...] Tinha a questão, assim, eu odiava trabalhar para família. Eu tinha, assim, eu trabalhava... Eu lembro que eu tive muita depressão na adolescência, entre 13 e 14 anos, porque eu trabalhava e era maltratada. Eu lembro que eu trabalhei numa casa que os filhos de minha patroa me batiam, chutavam, era terrível. Depois eu ia para a escola (*Choro*)...São feridas que ficam ali, que a gente...(Telma).

Essas Marias estudaram em escolas públicas e da periferia, algumas de mau qualidade de ensino, com raríssimas exceções no tocante a qualidade educacional, as que conseguiram estudar em escola particular, tiveram ajuda de parentes ou bolsa de estudos. Para Eduardo Telles (2003), o sistema educacional brasileiro é extremamente desigual, um dos maiores do mundo, e essa desigualdade é maior nas regiões de maior concentração dos negros:

[...] Estudei na escola pública do bairro onde eu morava ou perto do mesmo e em particular com bolsa de estudo, fiz letras na Católica com crédito educativo em 1977, me formei depois fui fazer o curso de direito, entrei com matrícula especial como portadora de diploma. No início meu pai pagou o curso quando não fui mais possível eu tentei o crédito educativo e consegui, me formei em 1989...(Rita).

[...] No colégio estadual da periferia tinham mais pessoas pretas. Quando eu cheguei nesse colégio particular, quando tinha uma ou outra pessoa preta, as pessoas definiam como o preto daquela turma, o preto daquela, o preto daquela outra a qualidade de ensino era melhor. Muitas vezes eu fui rejeitada por colega, por ser negra e pobre...(Luisa).

[...] Estudei até a 3ª série na escola pública do bairro onde eu morava, minha mãe me levou nessa época para fazer um teste em outra escola e tive que voltar para a 1ª série de tão fraca que eu era...(Diná).

Como se percebe a trajetória na infância de Rita, Luisa e Diná, foram bastante próximas no que se refere a precariedade material, educacional e de contato com a questão racial em plena infância. Contato esse que serviu de fator determinante nas suas caminhadas vitoriosas.

[...] Eu nasci num bairro chamada Cidade Nova, na Baixa de Quintas onde tem o Cemitério Quintas dos Lázaros, na época que eu nasci, era um bairro considerado, pobre, mas não era um bairro miserável. Estudei em uma escola do bairro onde minhas tias e minha mãe ensinava. Tive sorte. Como não tínhamos dinheiro para alugar uma casa minhas tias foram morar com minha família e ajudavam a pagar o aluguel... (Vilma).

A nossa casa era perto das palafitas. Então tava tudo em palafita, em 80 quando teve a enchente, lá já tava urbanizado, já tava com asfalto com tudo, e por conta dessa coisa da mudança, a rua subiu o nível e a nossa casa ficou abaixo do nível, então tinha que fazer um negócio de uma instalação de esgoto, conectar o esgoto com o sistema. E nesse, eu sei que nesse intervalo, teve essa chuva, foi final de ano, início de ano, janeiro eu acho, de 80 e alagou tudo e aí a nossa casa ficou submersa na água. Então a gente perdeu tudo...(Geila).

[...] Morava no engenho velho de brotas. Nos fomos assim levando a vida. Eu não tinha condições de comprar muitas calças tinha uma marrom e uma azul. Eu fiz a federal, copiava nas aulas era o ano da residência tinha que dedicar minha vida para ajudar, depois fiz outras. E aí eu escolhi fazer pediatria como eu gosto muito, aí eu comprei as apostilas de um cursinho pré vestibular e passei em nutrição fiz o curso...(Nilma).

A maioria das famílias é composta de homem e mulher, com no mínimo dois filhos e no máximo nove. Pais agricultores, mães empregadas domésticas que procuraram incentivar seus filhos a estudarem. Oportunidade que eles, como pais, não tiveram devido a necessidade de trabalho e a escassez de escolas, (Schumacher, 2007), mas, modificando com os estudos a trajetória das filhas, como é revelado por Telma, Luisa, Rita, Diná, Selma:

[...] Minha mãe era empregada doméstica, não tinha o 2º grau, éramos três irmãos...(Telma).

[...] Minha mãe foi dama de companhia de uma mulher branca No rio Grande do Sul... (Luisa).

[...] Meu pai era motorista e minha mãe doméstica, se esforçaram bastante para minha escolarização... (Rita).

[...] Minha mãe só tinha o primeiro grau completo, tinha uma barraca na frente da nossa casa onde vendia verduras e frutas. Ela procurava não deixar faltar uma roupa no nosso aniversário e o livro...(Diná).

[...] família pobre, todo mundo tem que se virar pra trabalhar, eu fiz um..agora minha mãe, minha mãe é assim,ela costurava e meu pai tinha uma serralaria de porta,de ferro estas coisas e minha mãe costurava,mas minha mãe sempre foi assim,esse lado assim,ela sempre pensou,muito na educação dos filhos tanto foi que ela colocou os cinco na universidade”...(Selma).

Alguns desses pais não vinham sentido no muito estudo, partindo do ponto de que eles não estudaram muito, mas estavam trabalhando:

[...] E eu lembro que minha mãe sempre me perguntava: “Minha filha, você não vai parar de estudar não?”. Ela ainda não entendia o que eu estava fazendo, porque a universidade, a faculdade, não faz parte da nossa realidade. Isso era para filho de branco, de doutor...(Telma).

[...] Ah sim, então assim, eu me lembro que meu pai dizia que pra ele a gente tinha que tirar o segundo grau ou fazer um curso técnico , arranjar um emprego pra gente poder se estabilizar por que ele não tinha condições de ta dando boa vida pra gente, então ele achava que o que ia dá, garantir, formar, ter família e tudo mais, era o emprego né? Então ele não... Até por que ele não teve uma formação também né? Então ele não via essa coisa da escola né? Então eu lembro que ele dizia: Não, vocês não podem ficar formando, fazendo carreira, vocês tem que formar... (Geila).

[...] Minha mãe não queria que eu estudasse, porem continuei saindo muitas das vezes escondida de minha mãe. Casei cedo, com 16 anos, fiz isso para fugir da vida que levava. Enganava meu marido para continuar estudando...(Nice).

Seguindo o caminho inverso, alguns dos pais viam a educação como prioridade, incentivavam apesar das dificuldades financeiras:

[...] Então a gente cresceu ouvindo que era importante estudar, estudar, estudar sempre. De todos os problemas que a gente tinha, a única coisa que não se admitia era faltar aula, era a única coisa. Meu pai visualizou pra gente como única oportunidade de crescimento social e profissional a educação. De todos os problemas que a gente tinha, a única coisa que não se admitia era faltar aula, era a única coisa, o estudo é fundamental. Então meu pai sempre pensou nisso pra gente...(Luisa).

[...] e ai meu pai sempre dizia que a gente tinha que estudar muito para passar em um concurso público, ser um funcionário público, pois era a chance que nos tínhamos de sair do sistema de discriminação Não tinha livro então eu ia para biblioteca e copiava o assunto. Eu cheguei a salvador em

1973 e em 1978 eu concluir meu segundo grau. Fiz o concurso publico para a fazenda...(Graça).

A transmissão do capital social ao qual Oliveira (2006), transmitido pelos pais dessas mulheres foi o fator decisivo para a persistência na caminhada. Seus pais vislumbraram desde cedo um futuro melhor para elas através dos estudos.

[...] Meu pai sempre me incentivou nos estudos, para ele essa era a porta de crescimento econômico, social e profissional, para uma mulher negra, pagou os meus estudo na Universidade católica como motorista, quando não pode mais eu consegui o credito educativo...(Rita).

[...] Meu pai, sempre incentivando a estudar, pra ter um padrão de vida melhor e pra ter uma... Cada um procurar seu caminho, ele ficou desempregado e ai começou a...(Geila).

O processo educacional das crianças e adolescentes negras e indígenas pobres é construído de forma sofrida desde as primeiras séries, pois, são excluídas. Na pesquisa de Rosemberg (2007), as crianças negras percorrem um caminho educacional desde a 1ª e 2ª série primária em piores condições que a branca de classe media. Entretanto, quando a escola pública esta melhor localizada a situação muda um pouco:

[...] Minha avô fazia marmita pra fora, era baiana de acarajé essas coisas todas. Então eu freqüentava assim a escola de branco, a rua de branco, a casa de branco e eu estava fazendo parte daquele contexto por acaso, não tinha livro para estudar. Então sempre foi assim, eles sempre fizeram sacrifício para me manter porque queriam me dar uma educação melhor do que eles tinham por eu ter uma vida melhor do que as que eles tinham ...(Gisana).

[...] Meu pai ficou desempregado e minha mãe continuou trabalhando. E ai eles não tiveram mais condições porque tinha meu irmão também de manter a gente em escola particular e ai nos fomos par a escola publica. ai nos fomo para a escola publica e ai eu senti a diferença, completamente diferente ...(Léa).

[...] Quando chegou a escola na cidade eu já tinha 10 anos, a escola polivalente a escola Argentina Castelo Branca, a primeira escola que teve na cidade, escola publica e qualidade e essa escola pegava meninos de primeiro ano ate a quarta, chamado o quarto ano que era o primário. Quando eu fui para o ginásio só tinha a escola do padre, era uma escola particular, tinha que pagar. Foi difícil, eu estudei quando chegou mais ou menos o mês de maio, meu pai tinha muitos filhos, ganhava pouco, ai meu pai pagava um mês, ficava naquela dificuldade...(Graça).

Essas Marias nasceram em bairro periféricos de Salvador ou no interior dessa cidade. Foram cedo para o mercado de trabalho, conciliando trabalho e estudo por necessidade financeira e com o propósito de mudar suas trajetórias:

[...] Esperava meu filho dormir, numa casinha, a gente morava lá no IAPI. Deixava ela dormir e ia estudar. E aí eu fiz vestibular para enfermagem eu queria ser enfermeira. Aí eu fiz vestibular na UFBA e na UEFS passei nas duas. Tive esse privilégio. Toda a minha vida foi assim. O curso na UFBA não foi uma coisa fácil. Dentro daquela universidade nós somos extremamente discriminados. Somos poucos...(Lúcia).

[...] eu nasci no Curuzu na Liberdade, me criei lá estudei no colégio Abílio da cesta do povo, era um colégio do governo, Trabalhar e estudar depois fui para o ginásio no colégio Duque de Caxias, mas aí quando eu fui para o D de Caxias eu já estudava à noite eu era adolescente e trabalhava para ajudar na casa, morava numa casa de um vózinho...(Mirna).

As maiorias dessas mulheres são oriundas de famílias com renda de um a dois salários mínimos na infância e trabalharam desde cedo para ajudar nas despesas, conforme relatos abaixo. Das 16 mulheres entrevistadas, observou-se que para concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio tiveram que trabalhar. Entre elas, 95% trabalhavam de dia e estudavam à noite, pois necessitavam ajudar na manutenção da família.

[...] Passei no concurso com 19 anos, ganhava meu dinheiro, dividia meu salário em dois, mandava a metade pra ajudar minha família, e a outra metade eu fazia misérias...(Vilma).

[...] Ajudei e ajudo os meus irmãos, ajudar a família como um todo, também há alguma ascensão, não a ascensão que dependesse do estudo, mas uma ascensão até dentro da própria atividade do trabalho que eles escolheram para sobreviver.(Lúcia)

[...] fui a primeira a fazer faculdade na minha família, aliás, infelizmente não se estendeu muito na família só eu e minha irmã Ivone tem faculdade, tem graduação. Procuro ajudar minha família financeiramente...(Maria)

As mulheres negras brasileiras, sempre trabalharam muito cedo, tanto no período escravocrata, quanto liberta. Bernardo (2003) salienta que essas mulheres tiveram mais oportunidades de trabalho que os homens negros, entretanto a pouca escolarização leva essas mulheres serem mão de obra barata:

[...] Então como empregada domestica a gente trabalha bastante. E eu era ousada ainda, que eu conseguia sair para estudar, porque muitas patroas não permitiam, eu tinha que colocar isso como condição para trabalhar, e aí eu voltava e às vezes ainda continuava trabalhando, como nessa primeira casa em que eu trabalhei...(Telma).

[...] Ajudávamos mainha na barraquinha estudávamos e nas horas vagas ficávamos no pequeno comercio. Meu pai morreu cedo então era minha mãe para tudo, para não faltar o alimento ou o livro...(Diná).

[...] Ao chegar a Salvador par trabalhar e estudar consegui através de uma conhecida trabalhar em uma creche em salvador, para tomar conta das crianças. A dona da creche era uma mulher branca e loura e me perguntou: “Você, sabe ler? Aprendeu como?” Eu disse: “Com meu pai.” Ai ela disse: “Você tem que morar aqui. Porque de manhã você tem que acordar limpar a escola toda, arrumar as mesinhas, o banheiro. Quando os alunos chegarem você receber.” E ai eu fiquei lá fazendo tudo na escola, não era só cuidar dos meninos. Sai procurando onde tinha uma escola e sai procurando a noite, pois eu não podia sair durante o dia para ver onde tinha uma escola. Encontrei uma mulher negra que foi minha amiga a vida toda. Ela era casada com um homem negro, e ela me falou da escola que ela estudava. Só que o salário que eu ganhava não dava para pagar. Fiz amizade com o porteiro que me deixava entrar mesmo com o pagamento da escola atrasado...(Graça).

Muitas pararam de estudar, conseqüentemente acabavam sendo inseridas em serviços subalternos e penosos por falta de escolarização. Esta barreira vem sendo vencida, pois, apesar de demorarem mais tempo para concluírem os estudos, as entrevistadas desta pesquisa mostram que a persistência tem sido sua estratégia para superar essas barreiras, reafirmando a pesquisa de Figueiredo (2002).

[...] Então para eu conseguir o dinheiro para o transporte, para o lanche o que é que eu fazia? Eu dava banca, o tempo todo eu dava banca para conseguir uma graninha e ajudar um pouco o que meus pais me davam que não era muito. Então assim quando eu terminei a escola técnica eu queria trabalhar, eu queria fazer vestibular, mas eu entendia que precisava trabalhar, não dava para eu me dar ao luxo de continuar estudando sem estar trabalhando ne?...(Gisana).

[...] A questão de dar suporte, sempre a gente que tinha que ganhar algum dinheiro para tentar dar suporte em casa, minha mãe já idosa, querendo parar de trabalhar, aparecendo doença, sem conseguir meter a mão dentro da água, não conseguia mais cozinhar. Aí ela foi parando, parando...(Telma).

[...] Se eu tivesse ficado lá no interior eu não tinha conseguido nada, eu não ia conseguir emprego numa cidade do interior como mulher negra, minha irmã, nem nenhum do meus irmãos conseguiram emprego em Euclides da Cunha, eles vivem hoje desempregados, botaram um pequeno negocio, que meu pai ajudou, mas as pessoas brancas não compram coisas em lojas de pessoas negras. Eu vim para estudar e vencer...(Graça).

Todas tiveram dificuldade na infância, algumas afirmaram que não passaram fome, mas passaram privações (Munanga, 2000) e tiveram que se afastar da família, fatos esses relatados por, Telma, Lúisa, e Selma :

[...] Nunca morei com meus irmãos (2), porque um foi criado com minha tia, em uma casa pequena, a casa não tinha espaço. E o outro morava com uma outra mulher num quarto e sala, também não tinha espaço. Então eu sempre tive que bancar um espaço para morar. Então, eu trabalhava, ganhava salário mínimo e ainda pagava aluguel, ate que eu juntei com uma prima minha e a gente comprou um pedacinho de terreno lá. Então eu aluguei um quarto, continuei morando de aluguel, e fui levantando um cômodo nesse pedacinho de terra que a gente tinha comprado. Era uma invasão nova, ali na estrada das Barreiras, não tinha documento, você não tinha nada... (Telma).

[...] nunca passei fome – já comi muito arroz e feijão e não me lembro de relato de passar fome –, nunca passei frio, passava dois ou três anos com o mesmo par de tênis, quando um filho comprava uma calça jeans o outro tinha que passar seis ou sete meses para comprar, às vezes só tinha uma calça jeans para ir para a aula, mas nunca tive nenhum problema...(Lúisa).

[...] família pobre, todo mundo tem que se virar pra trabalhar, minha mãe é assim, ela costurava e meu pai tinha uma serralharia de porta, de ferro estas coisas e minha mãe costurava, mas minha mãe sempre foi assim,esse lado assim,ela sempre pensou,muito na educação dos filhos...costurava 24 horas pra pagar a escola que a gente estudava...(Selma).

Esse estudo revela que essas entrevistadas são oriundas de famílias de classe trabalhadora, algumas com famílias grandes e cada qual com sua estratégia de sobrevivência, procurando superar as dificuldades financeiras e lutas diárias:

[...] Tenho um irmão, nasci no Rio de Janeiro em Madureira, vim pra (salvador) muito novinha devia ter uns dois anos, e aqui eu fui criada por minha mãe que voltou para sua família, porque meu pai deixou minha mãe no rio de janeiro e ela voltou para a família dela com dois filhos na mão. E nos moramos um tempo na baixa dos sapateiros, numa rua que vai para o Tabuão. Minha mãe, a gente, se mudou acho que fomos morar na Vasco da gama eram lugares muito pobrezinho, eu me lembro bem disso era um quartinho. Tínhamos muitas dificuldades, minha mãe sofria muito. Tinha noite que a gente não tinha nada pra comer. Ela fazia uma garapa dizia tome e acabou. E a gente tomava. Ai depois ela conseguiu um emprego eu acho que foi em um hospital ai a vida da gente mudou um pouquinho...(Lúcia).

[...] Não passamos fome, entretanto. Não tinha café com leite, era só o café preto. O pão era com margarina. Tudo muito básico...(Diná).

Algumas dessas Marias vieram do interior da Bahia, para se escolarizarem e trabalharem para o seu sustento, ajudando na manutenção dos pais e irmãos. Foram morar na periferia de Salvador, visto que ganhavam muito pouco para morar em lugares melhores localizados, mais centrais, mostrando assim a realidade da mulher negra brasileira como salienta Bernardo (2006), lugares esses longe do trabalho e sem infra-estrutura:

[...] Meus pais fomos morar longe da cidade, um pedaço de terra desse meu pai fez seu barraco e outras pessoas fizeram e eu cresci nesses 5 metros quadrados de terras, que era o limite das fazendas desapropriadas. Ai eu passei minha infância de luta e trabalho... depois, contra vontade de meus pais vim para Salvador, para estudar e trabalhar. Morei na periferia... (Graça).

[...] Então eu aluguei um quarto, continuei morando de aluguel, e fui levantando um cômodo nesse pedacinho de terra que a gente tinha comprado. Então eu fiz um quarto e um banheiro e morei lá, que era um quarto e um banheiro mesmo, por seis anos. : Era numa invasão. Era uma invasão nova, ali na estrada das Barreiras ...(Telma).

Na sua quase totalidade essas mulheres aqui entrevistadas são oriundas de famílias pobres e tiveram que conciliar estudo e trabalho para ajudar na manutenção da asa e da família, lembrando suas antepassadas ganhadeiras (Bernardo, 2003), não desistindo nunca.

[...] fui morar na baixa do tubo, lugar de muita violência. Eu morava em uma daquelas vielas. Eu fiz uma creche na minha casa e assim consegui ganhar dinheiro, já tinha experiência de cuidar de criança. Fui ganhando fama, e mudei para uma casa maior...(Graça).

[...] quando eu fui para o Colégio Duque de Caxias eu já estudava a noite eu era adolescente e trabalhava para ajudar na casa, morava numa casa de um vasinho só, contabilidade no Carneiro Ribeiro, depôs me casei mas antes de casar trabalhei muito, éramos pobres.. Eu trabalhava tomava conta de casa e estudava, estudava de noite, trabalhava de dia e ai no fim de semana era que eu cuidava da casa...(Mirna).

É interessante notar as semelhanças das trajetórias dessas mulheres no tocante a infância e escolarização, mesmo tendo escolhido áreas profissionais

distintas e serem vitoriosas nas mesmas. Outro fator importante foi a auto declaração como preta/negra, utilizando o sentido político da palavra (Gomes, 1995). Ainda traçando o perfil é necessário assinalar que a maioria das entrevistadas é nascida na cidade de Salvador, outras oriundas de municípios do estado baiano e duas de outros estados, porém residentes em Salvador há mais de 10 anos. Elas tinham em comum também a certeza que precisavam estudar muito para mudar e alcançar seus objetivos:

[...] desde que eu comecei a trabalhar já não era a melhor aluna. Fazia tudo direitinho, mas não era mais a melhor aluna. Eu sempre que podia ia à biblioteca, folhava os jornais, eu vi o anuncio de vários concursos públicos,...(Graça).

[...] Eu sempre gostei de ler. Eu lia tudo. Eu sou viciada em leitura. Eu gostava de estudar aquilo para mim era natural. Dentro de minha cabeça sempre ouve a necessidade de não viver a vida igual a da minha mãe. Sempre ouve sempre foi claro isso pra mim, portanto era necessário estudar muito e melhor... Às vezes eu chegava à sala de aula e eu dormia, dormia literalmente.. Mas, apesar de tudo isso eu fiz meu curso nunca fiz final nunca fui reprovada em nada eu fiz meu curso todo... (Lúcia).

[...] Eu tenho oito irmãos e a única pessoa que fez faculdade fui eu. Eu sou uma nega muito ousada. Eu sempre fui a melhor aluna era a mais estudiosa, sempre tive boas notas e nunca escondi minha origem...(Mirna).

Essas mulheres se dedicaram aos estudos, procurando sempre ser uma das melhores alunas e aproveitar todas as oportunidades para ascender socialmente, se distanciando do passado familiar.

4.2.2 - Como se inseriram no nível superior - seu processo de escolarização no terceiro grau.

Em uma sociedade racista e preconceituosa, estava historicamente posto o lugar da mulher negra, como foi visto no capítulo de escolarização. Era muito terminar o Ensino Fundamental para saber ler e escrever, casar ter filhos, cuidar

deles e morrer, dentro de uma sociedade profundamente desigual (Bento, 2003). Essas mulheres por mim entrevistadas ontrariaram esse caminho “traçado”:

[...] A mulher negra tem uma força... Eu acho que tem uma coisa fantástica que... Primeiro, assim, eu acho, eu reconheço a força que nós, mulheres negras, temos. A formação que a gente tem é muito importante. A formação que eu digo é a educação, as referências que a gente tem, são muito importantes, em casa, no núcleo familiar. Mas eu acho que a gente é dotada de uma força... Isso tem se mostrado com grandes personalidades, grandes mulheres negras. Isso tem se mostrado. A gente tem Luiza Mahin, a gente tem Lélia Gonzáles, tem outras pessoas que a gente conhece a história, Ângela Dayse e tal. São referências e constroem... ajudam a gente a construir nossa história...(Lúisa).

[...] Então esse de você ser negro, procurar ser não o melhor em termos de ter dinheiro, mas o melhor em termo de moral, o melhor de todos, que se tem umas obrigações religiosas, você tem obrigação com sua família, essa foi a tônica da minha família, então foi meu legado, foi minha herança, esta foi minha herança, não tem dinheiro mas tem herança moral que é impagável, Concluí o curso de Letras em 78 eu me formei Letras Plenas...(Vilma).

Continuar os estudos, terminar o Ensino Médio e entrar na Universidade era uma aspiração quase impossível, então observamos a força da mulher negra, encarando as diversidades e continuando a andar, seguindo o exemplo de suas antepassadas africanas. Como relata alguma dessas mulheres:

[...] Fiz vestibular e passei Fiz para nutrição na federal e na católica Terapia ocupacional, já tinha 2 filhos pequeno, e ai ficava olhando os meninos meu marido ganhava pouco enquanto meu marido trabalhava, Depois de cinco anos eu me formei a troncos e barrancos eu me formei eu era conhecida na faculdade como a mãezona porque eu era a única mãe que levava os filhos, eles assistiam aula comigo, ficavam na sala, e ai depôs que eu me formei procurei trabalho na área e ai depois surgiu uma vaga no Sanatório São Paulo, e em outros hospitais...(Mirna).

[...] Na graduação foi muito difícil porque eu trabalhava no Hospital à noite ganhava muito pouco pra sobreviver em Salvador, então quando vim pra Salvador acho que eu já estava no 4º semestre da Faculdade foi quando realmente surgiu... Já dava pra conciliar estágio, no 3º semestre eu já comecei, mas eu ainda nem morava em Salvador, comecei a estagiar aqui, mas aí no semestre seguinte consegui alugar uma casinha muito pequena, muito precária na Santa Mônica que eu vim primeiro morar com uma colega aí ela me ajudou a arrumar essa casinha, e aí comecei a morar aqui sozinha com o salário do HGC com ajuda de custo do estágio dava pra ir pagando o aluguel...(Maria)

Levando-se em conta que para alcançarem esse objetivo de se integrarem na sociedade de classes (Fernandes, 1965), tendo que driblar o preconceito, racial, sexual e econômico, e trilhar um caminho de tripla jornada de trabalho, que era trabalhar, estudar, e muitas vezes cuidar dos filhos, contrariaram as expectativas e conciliaram as jornadas para adentrarem nas Universidades. Como Florestan discute no seu livro “*A interação do negro na sociedade de classes*”.

[...]eu fui morar em Sussuarana, que eu juntei com uma prima minha e a gente comprou um pedacinho de terreno lá. Então eu aluguei um quarto, continuei morando de aluguel, e fui levantando um cômodo nesse pedacinho de terra que a gente tinha comprado. Então eu fiz um quarto e um banheiro e morei lá, que era um quarto e um banheiro mesmo, por seis anos. Era numa invasão. Era uma invasão nova, ali na estrada das Barreiras, porque é colada em Sussuarana. Era uma invasão que tinha e, assim, você comprava, mas você não tinha documento, você não tinha nada Até que eu passei na faculdade e dois anos depois que eu passei fui morar na residência universitária convocava a mudança 1... (Telma) .

[...] Enfim, ter uma vida razoável uma vida. Eu, uma mulher negra, pobre que nasci no interior, na situação que eu estou lhe dizendo, de todas as minhas amigas que eu conheci lá no interior e que eu conheci na luta aqui em Salvador, nenhuma delas conseguiu o que eu consegui. Cinco delas ganham o salário mínimo e uma que eu conheci no escritório de contabilidade hoje é empregada domestica. As minhas colegas de infância, até mesmo as branquinhas continuam lá no interior, casadas, cheias de filhos...(Graça).

[...] Desejo de entrar numa escola de medicina, de estudar medicina, de fazer um curso em São Paulo, você ta entendendo? Então eu não achei essa dificuldade talvez por isso, porque minha mãe na sabedoria dela, que foi que fez? Colocou a gente na melhor escola que tinha aqui: Anfrisia Santiago. Costurava dia e noite para isso, então a gente cresceu vendo tudo isso, com naturalidade, sem medo...(Mônica).

Guimarães (2002), demonstra um importante aspecto de diferenciação no mercado de trabalho brasileiro, que é a posição desvantajosa que os pretos e pardos ocupam, eles estão presentes, na sua grande maioria, em ocupações de menor prestígio social e que não exigem grande qualificação profissional. Entretanto ao pesquisarmos a mulher negra na cidade de Salvador, observamos que este quadro tem se modificado, o seu lugar de trabalho atualmente está além do emprego doméstico ou de vendedoras ambulantes.

[...] O ingresso na faculdade foi um momento fantástico, importantíssimo na minha vida, era a única mulher negra na minha sala de aula do curso de medicina. E a formatura, a cerimônia de formatura, o último dia de aula, que eu me lembro que eu olhei para trás e disse: “Gente, acabou essa fase”. Quer dizer, “eu consegui chegar até aqui”. E eu passei a ter consciência, até mesmo porque a gente fica meio anestesiada...(Luisa).

[...] Quando eu cheguei no Instituto de Letras, para mim foi um choque, que dizer um choque não. Eu já sabia, eu já sei, eu fui preparada por meu pai para viver e um mundo discriminador de gênero e raça. Na Universidade eu deparei com o racismo contra o negro na literatura. Quando a professora perguntou qual a área que você vai se concentrar eu disse eu vou me concentrar em literatura ela disse: “Em literatura? Olhe a literatura é uma arte muito sofisticada não é todo mundo que dá para estudar literatura”. O discurso é racista... (Graça).

[...] o ingresso na faculdade de direito foi um momento importantíssimo na minha vida como mulher e negra, apesar das discriminações sofridas...(Rita).

Observamos que nossa pesquisa de campo confirmou o que muitos estudiosos vem afirmando em relação à mudança de cor na universidade (Santos e Queiroz, 2005) e conseqüentemente no mercado de trabalho tido como profissões de *elite*. Para conseguirem cursar e concluir o curso escolhido necessitaram de estratégias de sobrevivência que são enumeradas nos depoimentos abaixo.

[...] E aí eu resolvi encarar, começar... quer dizer, eu já tinha iniciado antes, mas não tinha tido sucesso, E aí fiz vários vestibulares para Medicina, até que em 1996 eu tive êxito. E aí ingressei numa faculdade federal de Medicina. E não houve surpresa em saber que eu era a única negra da turma... E nesse espaço – o meio médico é extremamente elitizado, elitista – isso é muito visível. Então, em alguns momentos eu era tratada como ‘a diferente’: “Tu conhece aquela pessoa que faz Medicina, que não pertence a esse grupo?”, ou seja, aquela negra. E em alguns momentos era o mérito: “Pôxa, viu como a população negra tem condições, ela não chega porque não quer”. Várias vezes eu ouvia isso de: “Se der condições, olha só, até consegue chegar. Agora a questão não é só dinheiro, a questão é que têm muitos negros que preferem ficar fazendo festa, ficar bebendo ao invés de estudar”. Muitas vezes eu ouvia isso e aí ia para o confronto, ia para o debate...(Lúisa).

[...] Eu sempre fui de observar os outros, eu tinha dificuldade de falar, de dicção. Fui à fonaudióloga. Fiz curso de auxiliar de enfermagem, digitação, fiz estagio sem ganhar nada depois fui trabalhar na Ótica Teixeira como digitadora. Sentia-me humilhada porque eu não ocupava outro cargo porque não tinha o nível superior.. Mas não desanimei. Resolvi fazer vestibular e passei. Recebi parabéns dos colegas universitários do meu trabalho, já os colegas de profissão não me parabenizaram. Foi um tempo difícil. Meu marido ficou desempregado aí vendíamos cachorro quente na Faculdade...(Diná).

A conscientização e orientação familiar da questão racial funcionam como estratégia de enfrentamento no processo de socialização no ambiente escolar. Historicamente o ambiente escolar do negro sempre foi as escolas da periferia onde eles encontravam os seus iguais. Quando através de estratégias familiares conseguem freqüentar escolas ou faculdades onde se torna minoria étnica o direcionamento adquirido na família possibilita o enfrentamento diário nesses espaços.

[...] Na faculdade de Farmácia, eu era uma negra entre vários brancos. Você contava de dedo um ou outro também negro, então, não eram muitos negros. Eram, no máximo, três na turma toda. É aquela coisa assim, colega da faculdade, estudar junto, não-sei-quê. Mas saía do portão da faculdade, acabou a relação. Você não era chamado para nada. Eu lembro que quando eu ia na casa de uma amiga estudar ou fazer alguma coisa assim, tinha sempre aquela apresentação: “Essa aqui é minha colega da faculdade”. Como se estivesse dando uma justificativa para você estar lá. O sentimento é exatamente esse: justificando porque está com você, negra...(Telma).

[...] Na faculdade de Farmácia e Bioquímica eram duas negras ou três. Na minha sala de aula, eu era a exceção do Ensino Médio também no colégio particular...(Selma).

[...] O valor do negro, muitos negros ainda não sabe. Na academia é lugar de conflito. E o único caminho que a mulher negra tem é a escolarização, eu era uma das poucas negras na faculdade de Economia. O Brasil moderno tem que mostra essa saída, porque ela disse que a saída é o saber... (Graça).

[...] quando UFBA eram pouquíssimos negros no meu curso, na minha sala da faculdade. Era muito segregador, então assim, eu tinha uma turma em que mais assim, eu desde o primeiro dia de aula eu me agreguei a algumas pessoas que é... A gente criou um vínculo de amizade que a gente levou assim, consegui levar no pulso e as outras pessoas que iam se agregando eram pessoas que se identificavam com a gente. Esse primeiro grupo, eu era a única mulher...(Geila).

Chegar ao terceiro grau, e na Universidade era para muitas avós e mães dessa geração de mulheres as quais entrevistei, um sonho. Seu destino estava traçado com a abolição da escravatura (Guimarães, 2005), que era nascer, cuidar dos irmãos, da família, ajudar nas despesas, casar, ter filhos e ajudar o marido nas despesas. Estudar e ter um título era para os brancos, e os filhos dos brancos. Essas mulheres não se acomodaram a esse “destino” e conseguiram o “impossível” que era passar no vestibular, e muitas delas em Universidades Públicas, depois de

algumas tentativas, porém não desistiam. Entrar na Universidade foi para elas uma vitória grandiosa,

[...] Mas, enfim, foi um dia muito especial, acho que tem momentos que, obviamente... antes e depois. O ingresso na faculdade foi um momento fantástico, importantíssimo na minha vida, depois de derrotas, a vitória...(Luisa).

[...] Já estava casada e com um a filha quando passei no vestibular, momento único, de orgulho, eu entre meus irmãos que desistiram de estudar...(Diná).

Distanciadas do universo de origem, do seu referencial familiar, aprendem a valorizar cada conquista, passaram por experiências de luta como negras e pobres em uma sociedade racista. Estão vencendo o sofrimento e a luta pela vida digna:

[...] Na graduação você encontra negros, na pós, cadê o negro?. Você faz a prova de inglês é eliminatória, aí já exclui. Foi uma alegria imensa passar na Graduação e depôs na pós onde o funil é bem menor, é um sentimento de vitória...(Jovina).

[...] a universidade me tirou da condição de miserável e me colocou como elite. Uma mudança, assim, radical, porque a partir do momento que eu entrei... que eu comecei a ensinar e que eu entrei no Aliança, aí mudou radicalmente. Porque a renda da nossa família é muito baixa...(Graça).

[...] fui a primeira pessoa da família a cursar, que estava entrando na universidade publica, pôxa, foi aquela comoção familiar. Meu irmão nessa época tinha parado de estudar já tinha um filho, era aquilo que geralmente acontece com os jovens negros, estudam ate o segundo grau aí já começam a ter filhos, começam a trabalhar eu não estava estudando e eu queria mais e estava conseguindo...(Gisana).

Marias que se sentem orgulhosas de si mesmas, deixando de ser cidadãs de “segunda classe”, parafraseando Abdias Nascimento, acabando com uma liberdade de fachada, que impera desde a abolição.

4.2.3 - Racismo e discriminação de gênero de raça e social. Conscientização e embate.

Verifica-se que a cor ainda é em alguns casos preponderante no momento de definir a sua posição dentro da empresa e qual cargo ocuparia (Figueiredo, 2002). Foi observado no depoimento de Jovina: “eu vim procurar emprego, entretanto quando fui para entrevista e descobriram que era negra a vaga ‘já’ tinha sido preenchida, no entanto não desisti, fui atrás de outro emprego, qualificação eu tinha,”. Em função das leis impostas no Brasil, nos anúncios de jornais não encontramos mais o quesito “a boa aparência”, nem a exigência da foto no currículo, entretanto, a não existência não elimina o racismo, apenas encobre e se revela em momentos específicos:

[...] Ao discutir literatura na Faculdade de Letras, se estabeleceu uma serie de conflitos, e eu tive muitos problemas com meus colegas com meus professores, até que eu resolvi criar um grupo de estudos sobre a literatura negra, sobre as representações, e aí resolvi estudar tudo, sistema de discriminação, e criei esse grupo de estudo que foi um problema em minha primeira tentativa no mestrado, não consegui, fiz a segunda, passei na terceira tentativa.. Desde minha graduação que estudo as questões raciais, a questão do negro na sociedade, as situações identitárias...(Graça).

[...] Hoje, olhando para trás, é aquilo, tinha dias que eu dizia: “Gente, eu não vou conseguir”. Eu tinha quatro, cinco provas durante aquela semana, eu tinha quatro plantões no Estado para trabalhar. Teve uma época que eu tive uma chefe, negra, e aí fui muito perseguida pelos colegas. Se eu saísse dez minutos, meus colegas colocavam no livro de ocorrência que eu havia saído dez minutos. Se eu chegasse vinte minutos atrasada, colocavam. Então, não tinha nada de... Eu encontrei muitas pessoas parecidas, que se não fosse por elas eu não teria segurado a onda. Agora, teve muita gente que quis me ver desistindo de tudo...(Telma).

A discriminação e o racismo sempre foram algo presente em nossa sociedade (Hasenbalg, 1979), mascarados com a nossa tão famosa “Democracia Racial”. Enquanto, os negros e seus descendentes continuavam perpetuando o lugar posto para eles como pessoas fracas intelectualmente e sem condições econômicas e psíquicas para modificar essa trajetória, logo, não incomodavam. No momento que iniciaram uma mudança de trajetória e invadiram áreas promissoras, profissional, econômica e social, aflora então, nos brasileiros “cordiais” o racismo submerso,

disfarçado (Bernardes, 2006). Revelando o racismo brasileiro, reconhecido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como é relatado abaixo:

[...] me formei em professora em 1970. Sim, no ICEIA eu fiz parte do grupo folclórico, tenho prêmio de melhor atriz coadjuvante secundarista no primeiro festival de teatro, mas também tive algumas frustrações de estudante negro, por que eu queria fazer parte da ginástica rítmica, mas não podia por que não tinha porte, eu tinha 38 kg, sempre fui muito magrinha e baixinha e negra. Então, não tinha o perfil das candidatas a fazer parte de um grupo de ginásticas rítmicas. É...Querida participar da banda mas também não tinha altura, eu era baixinha e negra...era um pontinho negro no conjunto da quadrilha, todas as quadrilhas, a única negra que tocava em todas as quadrilhas...(Vilma).

[...] meu grande problema sempre foi as questões de racismo. O maior problema da minha infância, realmente, que eu me lembro, foi quando, na adolescência, eu ingressei nessa escola – e na escola do bairro também –, que foram as questões de racismo que começaram a aparecer, o cabelo, o nariz., na Universidade não foi diferente: E o grande assombro das pessoas quando eu dizia que queria ser médica. Aí as pessoas diziam: “Mas médica, é tão difícil ser médica. Eu nunca vi ninguém médico assim”. E aí eu me perguntava: “O que as pessoas estão querendo dizer com ‘assim’? É tudo pobre! Mas tudo bem, vamos lá!”. (Luisa).

[...] a gente percebe que existe o preconceito veladamente, mas existe. Se eu perceber eu vou lá questionar. A aceitação de uma mulher negra é coisa de doido. Nós temos dificuldade no lidar com o paciente, eu lembro no INSS a gente tem uma postura bem igual assim do médico, porque tudo que ele faz a gente faz consulta, a gente faz exame, então assim, todas as vezes que um paciente vem pra minha sala. Adriana é a médica da minha equipe ela é loira, loira mesmo dos olhos verdes. Todas as vezes que o paciente vem pra minha sala e aí dizia eu sou enfermeira. E o paciente dizia e a médica? E eu dizia você que ser atendida por ela, ou hoje como você está aqui vai ser atendida por mim. A primeira percepção dela qual foi? Foi que eu não era competente. Depois gosta do seu trabalho e digo não, eu não quero mais ela não, quero ficar com você...(Lucia).

O efeito dos atos discriminatórios que sofrem no ambiente profissional, de forma velada ou aberta, questionando de sua capacidade profissional são situações que ainda frequentes, o que requer uma construção diária de uma consciência crítica contra os mecanismos utilizados contra elas para bloquear sua ascensão profissional:

[...] como Arquiteta negra são poucas assim, então eu já fui, eu fui confundida umas duas vezes com integrante do movimento social que tava buscando moradia, da Associação de Moradores em reuniões. Eu lembro uma vez que eu tava com o secretário de planejamento, tava indo pra reunião com a secretária de habitação lá do Município e ela perguntou se eu era a representante da Associação dos Moradores, Aí que o próprio secretário foi que disse: Não, não, ela é a minha técnica, a minha assessora, aí ela pediu

desculpa, fez aquela, ficou aquela coisa, aquele clima assim na sala, mas... Eu acho que Salvador tá mudando um pouco isso...(Geila).

[...] No mercado de trabalho, alguns pacientes sim, ficavam surpresos, eu andava arrumada, mas via a surpresa estampada nos rostos quando eu chegava para atendê-los. Eu fazia tudo direitinho e eles diziam agora eu quero ser atendido pela doutora, teve um que disse que não queria ser atendido por mim. Agora uma coisa que aconteceu, eu estou de plantão aqui no hospital pela noite e quando alguns pacientes chegam, eles se dirigem a outra colega (branca) não se dirige a mim...(Nilma).

Conforme as falas acima, adentrarem em um ambiente, mas prestigiado socialmente se comparado ao de origem, não é suficiente para livra-las de atitudes discriminatórias, pelo contrario, tornam-se alvos fáceis de atitudes preconceituosas.

4.2.4 – Inserção no mercado de trabalho, vencendo preconceito de gênero, ascensão social e racial.

As mulheres negras acreditavam que por meio do alto grau de escolarização elas estavam conseguindo vencer barreiras históricas raciais, entretanto ao avançar nas leituras começamos nos conscientizar que o racismo institucional é uma barreira vencida por pouquíssimos negros brasileiros (neste momento, especificamente, deixamos de nos referir apenas à mulher negra por ser a raça um entrave, ao nosso ver, superior ao gênero).

[...] Aí, depois que eu formei, que eu fui trabalhar no Aliança, eu era a única farmacêutica negra que tinha lá. E para andar nos corredores era complicado, porque as pessoas se viravam muito para olhar minha função no crachá. Me viam, assim, negra, de jaleco, só quem usava jaleco era médico. Nossa farda passou a ser jaleco, nossa farda era igual a da enfermagem no começo, depois passou a ser jaleco. Então as pessoas ficavam incomodadas, os clientes ficavam incomodados de ver uma pessoa negra lá e ficavam sempre olhando. Porque negro no Aliança, só as pessoas que cuidavam da limpeza, da segurança e as auxiliares de enfermagem, no máximo. Para você encontrar uma enfermeira negra era uma dificuldade, era uma ou outra. Médico, então, nem se fala. Eu acho que esse tempo todo que eu trabalhei lá eu só vi dois médicos negros, nesses quatro anos que eu trabalhei no Aliança. Uma empresa elitizada demais ...(Telma).

[...] Hoje eu trabalho em vários lugares, tenho dois empregos públicos e trabalho na clínica dos meus irmãos, coordenando o laboratório e como bioquímica...(Selma).

[...] Hoje sou dona dessa clínica de Mastologia, com sociedade com meu irmão também negro, eu sempre digo, vocês não conhecem nesse lugar nenhum até aqui mesmo na Bahia nem se fala, profissionais negros, empresários, não existe, não existe por que eu estudei em livro de capa dourada e corri atrás do meu objeto. Eles (os brancos) aprenderam nesse livro, eu também aprendi, qual a diferença?, Você tem que saber onde você quer chegar...(Mônica).

[...] Tenho meu escritório de contabilidade e um emprego público, minha casa. Impor-me na minha profissão como mulher negra foi difícil, mas tenho conseguido. Hoje eu relaxei, pois eu tenho uma vida de classe média. Eu tenho carro e viajo quando eu quero. Ajudei meus pais que também passaram a ter uma vida melhor. As mulheres negras, a sua grande maioria retorna para ajudar seus pais...(Graça).

Foi evidenciado por Queiroz (1997) que, para quebrar as barreiras étnicas, a mulher não-branca procura, através da escolaridade, fugir da posição discriminatória em que se encontra. Documentos históricos de diferentes formações acadêmicas, como medicina, mostram mulheres negras que foram pioneiras nessa área, trajetórias que certificam o rompimento de papéis e padrões a elas impostos. Destaca-se Olga Conceição, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1931, mulher que conseguiu driblar as duras malhas de um sistema social que historicamente a marginalizou por ser mulher e negra, abrindo caminho para outras negras brasileiras:

[...] Então, tudo que eu tenho hoje é por que eu estudei efetivamente, se eu não tivesse estudado, com certeza eu não teria, não teria um terço das coisas que eu tenho hoje. Se hoje eu tenho um mínimo de tranquilidade, projetar minha vida, tá pensando um pouco a idéia do doutorado com uma certa tranquilidade e eu sei que isso é atípico dessa conjuntura que nós temos, é porque eu consegui estudar. O Mestrado impactou minha vida, mas o Doutorado hoje concretamente eu não sei em que ele impactaria, pelo menos a curto prazo, mas há uma possibilidade quando você tem algumas portas abertas, dizem que fica abertas né?...(Maria).

[...] Eu passei muitas e muitas discriminações no mercado. Preferiam ser atendidos pela branca, mas isso não me intimidava, pois o paciente tem toda liberdade de escolha, ele tem direito a isso. Só que eu não deixava eles saírem sem que eu realizasse consulta, que isso também era demais, eu tinha que mostrar pra eles que eu sou tão competente quanto outra pessoa. Toda preparação que ela tem eu tive, a exceção é que ela é médica, ela tem um curso que um pouquinho diferenciado do meu. Claro, ela tem outro nível

de preparação, mas naquele serviço nos temos tarefas iguais, isso acontecia muito...(Lúcia).

A invisibilidade da mulher negra obscurece a sua trajetória e luta. O não reconhecimento de seu avanço social e profissional diminui todo seu esforço de opondo-se ao que lhe foi oferecido de dominação e interiorização:

[...] mas o que mais marcou foi o fato de, em vários momentos, ser confundida, nunca ser reconhecida como médica. Nem tanto a questão de ser confundida, mas não ser reconhecida como médica. Então, a gente como aluno usa jaleco, estetoscópio, toda a aparelhagem de um profissional médico, e aí chega na hora de abordar um paciente, mesmo que eu diga que meu nome é Andréa, estudante de medicina, que eu gostaria que ele permitisse que o examinasse; mesmo se identificando, no meio da conversa ele pergunta: “Tu é enfermeira? Tu é auxiliar de enfermagem?”. Então é um processo sempre de auto-afirmação, um espaço que a gente tem que ocupar, principalmente num estado como a Bahia, onde tu tem mais de 80% da população da capital negra. E tu vai ver o sindicato representativo e tu tem dois médicos negros...(Luisa)

[...] muitas das vezes eu era confundida com o meu auxiliar, não era reconhecida como a advogada, ou promotora, se eu estava com um auxiliar homem ou mulher brancos, eles eram tratados como doutores. (Rita).

[...] Eu me lembro bem que na época que eu ia fazer Arquitetura, esse era um dos motivos que os meus professores achavam que eu não ia fazer. Arquitetura é profissão de rico, e ainda você negra nessa profissão? Mas é o que eu quero fazer, então por que eu vou mudar por que; “Ah, mas Engenharia é mais fácil, de você conseguir uma projeção, você conseguir emprego...”...(Geila).

Analisando os depoimentos acima, constatou-se que a mulher negra como personagem central no cenário social, ainda causa surpresa e demonstrações de incredulidade, acredita-se devido ao imaginário social, que acreditar ser o “lugar” dessa mulher negra o de coadjuvante, subalterna, as estratégias dessas mulheres guerreiras visam modificar esse imaginário.

4.3 - Relacionamento com os colegas de trabalho brancos

Essa pesquisa constata a dura vivência na área de trabalho dessas mulheres que rejeitaram ser a empregada doméstica da patroa branca, que desejaram e lutaram para cantar com elas nos bancos das universidades, disputar a

mesma vaga porque são capazes, racial e intelectualmente para tanto e por fim dividir os mesmos espaços profissionais. Não é muitas vezes uma convivência pacífica, porém possível (Gomes, 1995). Afinal cordialidade é o que se acredita existir no nosso país, real ou forjada. Nos seus relatos elas falam dessa realidade diária:

[...] Eles tratava com muita cordialidade, mas é como eu te falei, é ali dentro. Uma vez ou outra que a gente saia, mas é muito dentro da empresa. Fora de lá você não faz parte desse mundo, você não faz parte desse universo. É sempre você com a sensação de que você é um ET dentro desses universos. Tem muito disso (Luisa).

[...] São várias farmacêuticas, somos cinco na equipe. A relação de coleguismo é o seguinte: tem aquela relação de trabalho... Eu sei que eu sou uma pessoa que sempre me impus. E aí eu via algumas resistências para aceitar minha liderança, minhas determinações, por eu ser mulher e negra, sei que me respeitam, ali dentro, lá fora é diferente...(Telma).

[...] Fui sócia de um laboratório, só que minha sócia era assim, ela era mais clara do que eu, mulata. Mas ela era assim, depois que fui descobrir depois de muito tempo com ela, eu descobri que ela era muito racista e eu negra sócia dela, todo mundo que chegava ao laboratório, ela nunca me apresentava como sócia dela, foi uma fase muito difícil...(Selma).

Os efeitos dos atos discriminatórios se refletem na postura de enfrentamento e valorização da sua imagem, para serem respeitadas como seres humanos e profissionais competentes independentemente da raça, aniquilando essa situação perpetuada desde a chegada dos africanos no Brasil:

[...] As pessoas quando chegam na clinica ficam admirados por eu ser a dona. Mulher negra, a discriminação maior é justamente ai...(Hilda).

[...] a luta é diária, não termina não viu? Assim eu tive que fazer o mestrado. O mestrado foi um salto de qualidade para minha vida profissionalmente falando, foi um salto de qualidade mesmo, de eu me sentir mais segura, mas eu, forte, de ter meu trabalho reconhecido, mas mesmo assim dentro da instituição (Universidade, como professora ou hospital como nutricionista), tenho que provar para meus colegas brancos por segundo que eu sou competente pra esta ali, que sou competente pra fazer parte daquele quadro de professores brancos, liderar funcionários brancos que se resentem por serem liderados por uma mulher negra. Estão a todo momento querendo puxar o meu tapete. Que sou competente pra estar em sala de aula, por segundo, eu tenho que esta provando isso diariamente...(Gisana).

Eu como primeira mulher negra, reitora de uma Universidade Pública, fui eleita com 75% dos votos e reeleita por 45% por mais 4 anos, sofri muita discriminação e perseguição. Essa discriminação além de ser uma discriminação de gênero, além de ser uma discriminação racista é uma discriminação política, então o negro quando ele se sobressai da forma que

eu me sobressaí ou ele é copitado para servir de trampolim para alguém ou ele e perseguido... Olha eu tive pessoas do meu lado para saber qual seria o meu próximo passo, olheiros do meu lado se fingindo de amigos...(Vilma).

Ainda é reduzido o número de mulheres negras altamente especializadas ocupando cargo de chefia e, como ressalta Bento (1995), quando isso acontece mais intensa e visível se torna a discriminação. Entretanto isso não tem impedido que se qualifiquem cada vez mais, vencendo assim a barreira da não qualificação e se inserindo em áreas que historicamente não lhes eram reservadas ou possíveis. As maiores queixas de discriminação ainda ocorrem no mercado de trabalho, entretanto, atualmente, em outro nível:

[...] Quando eu fui coordenadora de enfermagem do Hospital, eu lembro sim que quando eu cheguei, eu fui convidada pra trabalhar com um grupo da higienização do hospital, eu ia treiná-los para que eles compreendessem porque eles tinham que ter maior cuidado com a higiene. A menina que era diretora de enfermagem foi convidada para outra coisa e ela disse: "Meire, eu não vejo ninguém aqui para o meu lugar, só você." Aceitei, tive muitos problemas, mas muitos de dizer assim: "Como é que eu vou deixar essa neguinha mandar em mim?" Assim mesmo sabe, uma discursão dessas com uma enfermeira, porque ela achava que por ela ser branca, pelo menos no discurso dela foi o que eu entendi. Ela achava que por ela ser branca, era ela que deveria ser a diretora de enfermagem do hospital...(Lúcia).

Eu estou num meio elitizado, para a população branca, e estou num meio que é para homens, que o cara tem que ser médico, branco e de olho azul, não tem jeito. Então eu estou enfrentando dois problemas, até judicialmente sendo resolvidos. Um foi de um médico que não me reconheceu como médica, questionou a minha formação, por conta de eu ser negra, de eu ser mulher, e de um outro, no local onde eu trabalho atualmente, que ele não me reconheceu; ele foi me identificar e disse: "Aquela negra de tranças, que eu acho que é técnica de enfermagem, onde é que ela está?". Obviamente não existe nenhum problema em ser técnica de enfermagem, só que não sou técnica de enfermagem, eu sou médica. Ele tem que reconhecer isso. Talvez outras pessoas, que sejam iguais a mim, possam até não reconhecer isso, agora ele, que é homem, que é branco, tem que reconhecer que eu sou médica. Para ele é importante me chamar, inclusive, de doutora, é importante que ele reconheça, que existe essa relação entre a gente, que vai até aí...do reconhecimento e respeito, é minha militância...(Luisa).

A mulher negra foi estigmatizada pelo seu passado histórico como escravizada e incapaz e não merecedora de alcançar um destaque profissional e

social por seus esforços e méritos. As entrevistadas mostram como foi constatado por Gomes(1995), o quanto a construção dessa identidade, construída de forma dolorida e conflituosa.

4.4 - A família como base de apoio

Algumas dessas Marias admitem que sem o apoio da família sua trajetória teria sido seria bem pior do que foi. O apoio moral, sentimental e fraternal serviu de base e bússola. A escolarização mesmo que só até o Ensino Médio era muito importante para suas famílias:

[...] Meu pai sabia ler e escrever. No lugar onde morávamos não tinha escola. Aí meu pai foi conversar com os professores, assistir aula na cidade, e aí ele aprendeu como alfabetizar e aí ele criou um escola lá na nossa casa, aí ele me alfabetizou, a mim e a meus irmãos e outras pessoas...(Graça).

[...] a única possibilidade que meu pai vislumbrou para a família, para os filhos, foi a via universitária, a via da educação. E ele sempre dizia, e hoje eu vejo o quanto isso foi importante, que ele não tinha a mínima preocupação em deixar um legado material, ele queria mesmo que a gente aprendesse a se virar, que a gente aprendesse... Partindo do pressuposto, para ele, que inteligência é saber se adaptar a novas situações, sejam elas quais forem, e se adaptar, entenda-se, sobreviver, viver, produzir e ter frutos disso... Minha família sempre me apoiou, me deu estrutura...(Luisa).

[...] Mas, assim, a família, meu pai, um grande guerreiro. Meu pai em nenhum momento... Nos meus momentos de fraqueza, meu pai estava ali o tempo todo, levando, buscando, compartilhando, discutindo, mostrando caminhos, dizendo exatamente como as coisas eram, fazendo sacrifícios – porque ele também abriu mão de muita coisa passando por cima de coisas que ele achava importantes para ele, mas para depois poder vir a vitória...(Graça).

A família tem papel fundamental na formação da personalidade dessas mulheres. É no ambiente familiar que na sua infância são despertados os valores e absorve-se orientações positivas ou não. Felizmente, particularmente, para essas personagens funcionou de forma positiva em sua trajetória de vida, quebrando barreiras étnicas, como observa Queiroz (1996).

4.5 - Trajetória de sucesso e opção de moradia

Para essas Marias, sair de seu local de origem, enfrentar dificuldades econômicas, de moradia, foi muito difícil, entretanto, atualmente olhar para trás e perceber o quanto andaram e pertencerem a uma classe que por nascimento “não lhes pertencia”, e poderem optar onde desejam morar é uma trajetória de sucesso (Nilma, 1999; Oliveira, 2004). Por definição, ascensão social denota crescimento econômico, mudança ascendente territorial.

Se você conseguiu chegar em determinada situação, em determinado lugar, é por que você é competente e totalmente capaz de fazer muito mais do que você... Até você mesmo, do que você pode prever que faça, eu jamais imaginei na vida chegar aonde cheguei. Eu vou dizer viu? Eu tenho três filhos, sou mulher, pobre, professora, divorciada, três filhos, e a estatística diz que você não pode dá certo e graças a Deus eu sou mulher e meu objetivo maior já fiz que é ser professora de português, ensinando...Aí oh o que Deus me deu, a oportunidade de ser Reitora de uma Universidade... E foi uma coisa que Deus me deu oportunidade de fazer, de vez em quando eu vou à formatura, vou ver agora Salinas, de cem professores a evasão é quase zero, noventa e oito se formaram, e quando você olha, negros...(Vilma).

[...] Então eu não poderia nunca chegar a ter essa autonomia financeira que tenho hoje, se continuasse no lugar que nasci, antes eu passava fome, só tinha um sapato, porque o dinheiro não dava, comia ovo com arroz a semana inteira, nas baixadas, no meio dos ratos. Eu acordava era 4:30h da manhã para receber os alunos. Depois que eu saí da escolinha fui morar nas baixadas, com mulheres que apanhavam dos maridos, que lavavam de ganho e eu tomava conta das suas crianças por 10 contos por mês. Aqui em Salvador foi que eu fui ver como viviam os negros, vi a desunião dos negros na cidade, me chocou.. Para chegar aonde cheguei tive que matar muitos leões...(Graça).

[...] Mulher negra necessita ser forte. Assim, hoje eu vejo que a gente é mais forte do que acha que é, mas, foi um tempo muito difícil. Trabalhando, dando plantão, e nesse meio tempo, vivendo. Eu abri mão de muitas coisas que eu acho que não eram necessárias mesmo: festas, saídas. Tive que cortar, muitas coisas, entretanto, hoje moro em um bairro de classe média, tenho carro e condições para escolher o que fazer no lazer...(Luisa).

Em todos os casos a vivência da discriminação é admitida e revelam que com muita determinação e direcionamento, conseguiram chegar ao final dos seus cursos com dificuldades e exercer suas profissões, vitoriosas, tendo condições de escolha de moradia:

[...] Morei na periferia. Hoje moro em um bairro de classe média, o Garcia, perto do Teatro Castro Alves (O mais importante em Salvador), muito diferente dos que eu morei quando vim para Salvador, realizei esse sonho. Não tenho carro por medo de dirigir, mas posso comprar quando eu quiser. Que mudança, heim? (Telma).

[...] Da periferia, com o status que possuo, vim morar na Vila Laura que é um bairro de classe media, viajo quando quero, para fora do Brasil, com minha filha, que graças ao meu trabalho tem acesso a tudo...(Selma).

[...] Eu moro no bairro do Rio Vermelho, um bairro de classe media, com minha filha, vou para onde eu quero, quando quero, assisto teatro, cinema, ópera. Eu posso. Minha filha fala muito bem o inglês, como fala português...(Mônica).

[...] Agora eu moro em Pernambues, por opção, para ter área livre para minha mãe. Eu tenho uma propriedade lá de 90 a 96. Pra morar em uma casa com quintal que imita minha região rural. Eu não tenho condições de dar uns 300 mil reais pra isso e morar em um condomínio, que nem me agrada morar em um condomínio desses. Mas, tenho condições financeiras para morar, eu tenho. Estou aqui por opção...(Graça).

Nos relatos percebe-se que os obstáculos encontrados foram superados a partir de estratégias individuais, no ambiente que se incluíram e conseguiram obter uma ascensão territorial e social, obtendo uma reparação racial:

[...] Mas a minha vida mudou muito, muito, muito, muito. Tenho esse apartamento aqui (No bairro do Cabula), tenho outro na Vila Laura, tenho terreno não sei onde, um carro do ano, minha vida mudou muito com minha formatura. O que eu quero dizer pra você é assim toda minha luta, todos os momentos de fome que passei e não foram poucos, eu lembro que meu filho tinha assim uns quatro anos e eu olhei e não tinha dentro de casa nada, eu estava estudando e a UFBA era demais, pensei que não ia conseguir e eu consegui...(Lucia).

[...] hoje eu moro em um bairro de classe media, sou advogada e promotora, tenho bens e nome, foi difícil, mas cheguei...(Rita).

[...] morei na palafita (casa erguida em cima de madeira na maré), atualmente tenho meu apartamento grande, acabei de reformar, carro do ano, casa de praia. Meus filhos estudam nos melhores colégios particulares aqui de Salvador, tenha a tristeza de minha mãe não esta mais nesse mundo para ver minha vitória...(Diná).

Um dos aspectos que chamaram a atenção foi o retorno de algumas dessas mulheres, que alcançaram projeção social, profissional e econômica a moradia de origem, as relações construídas e os parentes são motivos suficientes para o seu retorno, como manutenção de suas raízes:

[...] Então eu quero continuar morando no Uruguai, tenho condições econômicas para morar na Pituba (Bairro classe media alta), o Uruguai tem as condições de infra estrutura, de beleza a parte de estética, de tudo, que as pessoas que moram na Pituba também usufrui, né? Mas, essa coisa da vivência do lugar e das relações que a gente cria é fundamental pra mim, então, não adianta eu sair de um lugar que eu tenho, que eu vejo que eu posso contar com o vizinho, pra poder ir morar num lugar que seja desconhecido que eu tenha de criar todas as relações. Elas são importantes...(Geila).

[...] Eu tenho muito orgulho de mim mesma de onde eu vim e o que consegui, meus irmãos não, porque não tentaram. E nunca meti vergonha a ninguém, aonde eu chego, eu sou lara. Por que eu valorizo hoje tudo que eu tenho? Porque eu passei por muitas dificuldades e sei o que eu passei para ter tudo que eu tenho. O nível intelectual, social, econômico. Tenho tudo que eu quero, tenho bens e uma ONG que trabalha com doentes mentas...(Mirna).

[...] Passar no mestrado foi... mas, pra mim, foi um salto, um salto na minha vida, um salto de qualidade. De ter conseguido isso. Teve um professor de mestrado que começou a aula dizendo assim: "Que ele se sentia muito feliz por esta me vendo ali e ao outro colega africano, porque nós éramos os únicos negros ali naquele mestrado, nós dois éramos os primeiros negros a estarem fazendo o mestrado ali e era já a oitava turma de mestrado." Então ele estava dizendo o quanto se sentia feliz por isso, de perceber que a gente estava rompendo essa barreira...(Gisana).

Nos depoimentos percebe-se a importância desse avanço educacional e profissional para essas mulheres, o quanto sua estima esta em alta pelo resultado obtido em meio a todas as barreiras que se apresentaram, em sua trajetória e foram vencidas:

[...] Então, eu sou a primeira mulher negra que tem estudado nesse Instituto de Saúde Coletiva, e saiu para fazer um "doutorado sanduíche". E aí estudar inglês pra passar no TOFEL, pra poder ter direito a bolsa de mil e cem dólares, e pra minha sorte eu já era professora da Universidade, então eles me liberaram pra cursar o Doutorado, com ônus pré instituição, pagando meu salário, mesmo eu afastada, então juntando a bolsa da CAPES com o salário, deu pra eu ir levar meus filhos também, levei os dois mais novos, eles tiveram oportunidades lá de estudar, né? Já tenho alguma experiência acumulada na área de pesquisa e essa experiência me rendeu inclusive o convite da Secretaria de promoção da igualdade do Governo do Estado para assessorá-los em um projeto agora, que visa fazer o diagnóstico de saúde das comunidades Kilombola...(Nice).

[...] Tive uma trajetória de sucesso. Eu adorava Farinha Láctea e eu não pude tomar, agora meus sobrinhos com 20 anos já têm carro, é uma outra trajetória. Hoje posso comprar, tenho meu emprego, coordeno um hospital e tenho bens, nunca me esqueço de onde eu vim. Ajudo meu irmão e meus sobrinhos...(Nilma).

Olhe, as dificuldades elas continuam postas ainda, acho que estamos abrindo caminhos ainda, o lugar da mulher negra na sociedade ainda está muito *aquém*, há as exceções, felizmente, nós ainda somos as grandes

exceções, né? Ainda falta muito pra... deixarmos de ser exceções em todos os espaços da sociedade que não estamos. Predominamos em determinados espaços, e espaços dito de inferioridade. Então eu acho que nós estamos batalhando, construindo dentro das nossas gerações e as gerações delas, os desafios estão dados, continuam ainda, precisam construir muito. Mas eu acho que precisam construir muito no sentido de que na nossa geração parece que tem um compromisso maior. Isso não é só questão do negro, valores ideológicos, há um compromisso maior não só com a gente, mas com o grupo, com o grupo étnico que estamos participando, com as pessoas que estão ao nosso redor. Então, se não só com a família, que é a tendência da gente, que vem com a questão financeira ser muito *aquém* é que a gente ajude a moça família, né? ...(Maria).

Essas personagens da história racial brasileira tem a consciência de seu papel como pioneiras e ao mesmo tempo herdeiras da força de suas antepassadas, e precursoras de uma nova geração de vencedoras.

4.6 - Engajamento político perante a construção da identidade da nova geração de mulheres negras:

Devido aos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores mais recentes como Hall (1992) e Charles Taylor (1992), entres outros autores contemporâneos, a identidade, segundo Oliveira, tornou-se um dos temas mais debatidos na literatura antropológica e nas ciências sociais. Esse conceito como fenômeno social permeia a construção e reconstrução das relações sociais as quais estamos sempre expostos, ele vem preencher o espaço na nossa vivência social. Essas identidades produzidas entre consciência individual ou coletiva são construídas segundo Novais (1993), dentro de um contexto histórico.

[...] Eu acho que sou uma boa referencia, reconheço a responsabilidade que eu tenho, me preocupo muito com o grupo. Essas pessoas que trabalharam comigo elas estão na minha história de vida, todos. E hoje algumas delas que trabalharam comigo estão estudando, todas elas do meu grupo de trabalho voltaram a estudar, uma esta fazendo curso de pré-vestibular, outra curso de radiologia, outra técnica de enfermagem e assim eu fico brigando com elas dizendo tem que ler, tem que batalhar, a vida da gente é assim mesmo, mais a gente vai sair disso, temos todas as possibilidades pra sair disso. Esse é o exemplo da minha vida eu não tenho nenhum problema de dizer a ninguém de onde comecei, como comecei, das

dificuldades que tive, eu acho ótimo, eu lutei pra minha vida e eu acho que tenho tudo que preciso...(Lucia).

[...] Me deparei com várias situações de discriminação, chegava em casa acabada, pensando porque que eu tinha que passar por aquilo, porque eu tinha que carregar na pele aquela marca. Porque a consciência não vem assim: “Pôxa, como é bom ser preto”. A consciência vem quando a gente começa a negar, porque a gente não quer ser preto, é muito difícil. É muito difícil ser negro, ser apontado o tempo todo, é muito difícil carregar essa discriminação. E aí essa consciência veio se construindo com o passar do tempo, quando eu comecei a abrir esse sentimento para o meu pai, que ajudou a construir estratégias para sobreviver ao racismo, porque é difícil mesmo. Hoje me considero uma referência no combate ao racismo...(Luisa).

Se deparar com as atitudes discriminatórias, não foi suficiente para desanimar e minar a resistência dessas mulheres, em meio as marcas psíquicas e emocionais encontraram apoio dos entes queridos e próprio para continuar a jornada, a meta é, não desistir nunca:

[...] Desde minha graduação que estudo as questões raciais, a questão do negro na sociedade as situações identitárias. Dentro do grupo que eu fundei, vários colegas foram despertados para estudar as questões raciais. Então, minha luta dentro do trabalho é grande contra discriminação e pra não fazer os conchavos que você é chamado a fazer. Eu não tenho um discurso pacífico, eu sou a problemática. E agora que comecei meus estudos de pós, estou ficando pior. A responsabilidade do intelectual negro que hoje está na academia é muito grande, e grande demais, eu acho que nesse momento a resistência negra vai passar por isso, se a atuação do intelectual negro for pacífica, for adequada, nos vamos entrar em um período de escravidão perpétua, porque a escravidão do corpo é fácil de se livrar como meus ancestrais, meu bisavô, meu tataravô conseguiu, mas a dor fica aqui (apontando para a cabeça e o coração)...(Jovina).

[...] Nunca pertenci a partido político algum, mas sempre fui uma líder nata e sempre procurei vencer o racismo que sofremos. Coloquei nomes africanos nos meus filhos (Djara Main, Tansir e Omoni), como forma de resistência, de identidade política, toda vez que eles explicarem para os colegas o significado, eles tiveram que mostrar a sua descendência africana... Evidentemente meus filhos foram discriminados, e evidentemente que todas as vezes que eles foram discriminados nós soubemos, nós intervemos...(Vilma).

É dentro desse contexto que a identidade dessas mulheres negras foram construída no lado profissional, social, familiar, de gênero e político. Servindo de engajamento dessas mulheres, nas lutas sociais coletivas para uma melhora no meio em que convivem. Levando a uma tomada de consciência da responsabilidade que cada uma tem com a sua trajetória individual para com o coletivo:

[...] Então, não encontro ninguém para dividir, então essas conquistas são solitárias, porque as pessoas do nosso meio, elas não vêm com a gente. Quando eu passei no vestibular, eu fiquei feliz, mas não tinha ninguém que ficasse feliz comigo. Diferente da família de Henrique, que o filho ganhou um carro, ganhou uma festa, falou para todo mundo... Eu não tinha ninguém. Eu falava com meu irmão e ele: "Que legal". Mas não tinha a dimensão do que era, do que significava você passar num vestibular que não tinha as brechas de hoje, que você já consegue ter, e era assim, complicado demais...(Telma).

Então assim, eu fui a primeira a entrar numa Universidade, na história da minha família, tanto do lado do pai como do lado da mãe, eu fui a primeira filha, a primeira neta a entrar na Universidade, né? Tem um compromisso, de servir de exemplo para os meus, e aquelas que eu encontro. Meus irmãos vieram através de mim.. Através da Universidade apurei minha visão política, sempre participei dos movimentos sociais, antes mesmo de entrar na Universidade...(Geila).

[...] A nossa luta é diária, é sim, muito grande sim e nós pagamos um preço diário. Às vezes eu me sinto tão cansada, mas a gente não pode parar. Meu sobrinho foi aquele que quando nasceu teve tudo e não aproveitou, agora acordou, depois de apanhar. Temos que passar valores políticos e raciais para nosso descendentes...(Gisana)

[...] Já era militante de um movimento de jovens trabalhadores, já participava das comunidades de base da Igreja Católica, já tinha uma percepção da desigualdade da sociedade e isso também me fez fazer Sociologia pra me fazer entender porque temos uma sociedade tão desigual, já... E tinha vontade de fazer faculdade justamente pra vencer o lugar comum que é destinado ao negro...(Maria).

O engajamento no movimento social e na militância negra, faz diferença no tratamento das questões raciais, possibilitando um reconhecimento das atitudes racistas as quais são submetidas e posicionamento contra as mesmas.

4.7 - Ascensão solitária

Essas mulheres entrevistadas, como já foi dito, nasceram na periferia de Salvador e de outras cidades, moraram em bairros pobres, sem estrutura, ascenderam na escolarização e economicamente. Algumas trocaram de bairro devido aos seus novos recursos financeiros, foram criticadas por essa atitude, porque estavam esquecendo "seus pares". Mas não se intimidaram por acreditar que merecem essa mudança. Entretanto a solidão foi para algumas, difícil de lidar,

optando por voltarem as seus antigos bairros, reconhecendo que eram poucas em meio a uma multidão e sentimento de ausência de seus pares:

[...] Mas era até aí. As minhas grandes paixões da infância, o início da vida amorosa para a gente só vai se efetivar muito mais tarde que a maioria das meninas, não tem dúvida. Tanto é que quando a gente começa a perceber isso, na pré-adolescência, que a gente começa a procurar os iguais, começa a ver quem são seus iguais. Começa a perguntar: “Quem são seus iguais?”. E eu em Porto Alegre, ainda, quem eram meus iguais? Então sempre éramos duas ou três, e à medida que eu vou estudando, que eu me mantenho estudando, e ascendendo, e seguindo o caminho que não é predestinado para a gente, mas que a gente vai perfurando as barreiras, eu vou me tornando cada vez mais a diferente e sozinha...(Luisa).

[...] Eu obedeci às regras todas, eu internalizei o discurso de meu pai e de minha mãe, usei muito as estratégias. Tentei ajudar os irmãos, mas meus irmãos pararam de estudar, não entenderam as orientações de meu pai de como lidar com o sistema discriminatório. Eu só a primeira e até agora a única da minha família a ter curso superior... Nós negros temos que nos unir para vencer essa batalha. Não precisa gostar da mesma comida, nem andar um na casa do outro, mas tem que saber quem são seus inimigos e lutar juntos, senão minha filha a gente vai ficar sempre nessa: “Um pingo ali outro pingo aqui.” Um grita ali outro grita aqui.” Isso não vai adiantar.. Pessoas que nunca se entregaram, pessoas que lutaram e venceram, pessoas que trabalharam, pessoas que trouxeram valores, pessoas que trouxeram uma ética, temos que nos unir...(Graça).

Construindo um novo capítulo na história brasileira, encontramos mulheres negras que com determinação vem rompendo essas barreiras raciais, em várias áreas, fazendo-se presentes na academia também, continuando trajetórias de suas antepassadas:

[...] somos seis irmãos, só eu cursei o nível superior, sinto um desejo muito grande de ver minha família ao meu lado, a solidão é grande...(Rita).

[...] Eu queria que muita gente viesse comigo, até para você viver, para você compartilhar. Porque hoje você adquire um poder aquisitivo, mas as pessoas que você gosta, que você quer estar perto, elas não têm dinheiro. Você tem que gastar uma energia que é o dobro de qualquer pessoa, entendeu, porque socialmente você está condicionada a seguir essa trajetória, porque é muito difícil você romper com isso. Então eu fico olhando em volta e me sentindo realmente solitária...(Telma).

Observa-se nos seus depoimentos o quanto é comvente o sentimento de solidão vivenciado por essas mulheres guerreiras, a comprovação da ascensão solitária, seus medos e angústias por esse isolamento, e ausência de seus pares

étnicos, familiares e constatação do quanto a população negra brasileira terá que andar para encontrar seus pares étnicos em posições de comando:

[...] quando meu sobrinho começou a faculdade eu já tinha anos de formada, então assim eu tenho que dar suporte para essa minha família. Eu tenho uma família que é assim, eu tenho dois tios que já são idosos, meu pai já tem mais de sessenta anos, tá aposentado e depois que ele se aposentou o salário dele reduziu três vezes. Quem trabalha? Eu, meu primo que tem um filho e meu irmão que está fazendo faculdade ...(Gisana).

[...] Ascensão social e entrei pro Doutorado e cada vez com maior sentimento de que eu deveria ter alcançado a ascensão que eu alcancei, que eu deveria não esquecer de olhar pra trás, pra todo meu passado, toda a minha trajetória e não somente olhar o meu passado, mas olhar ao meu redor da situação de exclusão dos negros...(Nice).

[...] Sempre militei a ponto de mudar conceitos na escola e tal, que foi toda essa trajetória de educação para melhorar a condição do povo negro, alguém tem que começar isso, eu fiz durante minha vida toda, nunca me curvei, ou seja, em todos os lugares que eu estive, as pessoas quisessem ou não, tenho que conviver com a presença efetiva, alguém que não estava ali pra somar, que não estaria ali pra baixar a cabeça, não vou estar nunca mais, minha presença, eu sei que minha presença mesmo antes de ser reitora, depois de reitora é outra história, mas antes de ser reitora minha presença sempre foi uma presença. Eu sempre cheguei... (Vilma).

As mulheres negras soteropolitanas estão aqui representadas. As suas, lutas, expectativas, perdas, emoções, sonhos, conflitos, e conquistas foram registrados aqui nesse trabalho, que procurou visibilizá-las, nessa nossa tão falada e mentirosa democracia racial. O caminho percorrido por ela foi árduo, que me fez lembrar constantemente dos obstáculos enfrentados por mim e por nossas antepassadas, que foram as primeiras a percorrerem essa estrada de luta, discriminação, abdicção e vitória. Foram mulheres que nos deixaram o legado da bravura, da persistência e da coragem de não se deixar abater totalmente e são vencedoras. A elas nossas antepassadas, o louvor pelo caminho percorrido e a vitória que alcançamos. Somos agora, professoras, engenheiras, médicas, arquitetas, sociólogas, farmacêuticas, juízas, advogadas, fisioterapeutas, enfermeiras, psicólogas e Reitora. Tantas outras profissionais que não foram possíveis entrevistar. Trilhamos e estamos trilhando um caminho ainda cheio de dificuldades raciais e de gênero, mas somos mais que vencedoras. Estamos construindo nossa identidade e nosso legado para outras gerações que despontam.

É fantástica a historicidade que a mulher negra carrega. Elas vieram sendo responsáveis pela manutenção da população negra nesse país durante a escravidão e na pós-escravidão. Conhecer essa história é fundamental. As mulheres que ficaram nas Senzalas e que conseguiram manter relações de educação com os filhos; as que perderam os filhos e não desistiram da luta; aquelas também que durante a vinda do continente africano acharam, que decidiram que a melhor saída era a morte e se mataram, pularam dos navios com seus filhos; as que não se submeteram aos caprichos do branco europeu, do escravizador, que apanharam, que foram estupradas e que mesmo assim sobreviveram a toda essas lutas. As mulheres negras carregam isso, que as fazem ter orgulho de ser mulher preta e serem felizes apesar de todas as dificuldades que carregam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusão

Foi proposto nesse trabalho comprovar mudança no cenário racial no tocante à elevação da auto-estima das afro-descendentes. Através de pesquisa realizada, encontramos ainda maciço grau de exclusão racial, entretanto encontramos um número maior de mulheres pertencentes a essa categoria, elevando-se profissionalmente, socialmente e principalmente no nível educacional, quebrando com isso barreiras seculares envolvendo raça e gênero.

Com o levantamento teórico, suscitou-se a hipótese de que a inclusão da mulher negra, ou melhor, afro descendente, no mercado de trabalho, antes exclusivo das brancas, esta sendo possível graças ao elevado grau de escolarização das mulheres não brancas, eliminando aos poucos a imagem que historicamente se criou, onde se vê o (a) negro (a) excluído desse mercado e com uma imagem associada a estereótipos negativos no sentido de baixa escolarização, portanto, sem instrumentos para competir em pé de igualdade.

Ao analisar as mulheres negras, profissionais de nível superior, objeto dessa pesquisa, percebe-se que as mesmas podem chegar a determinados espaços, ocupar variadas funções e são capazes para tanto. A mulher negra tem uma trajetória histórica de luta, pois, o racismo está todo dia operando, e mostrando: “Você chegou até aqui, mas teve esse preço. E atrás de você e ao teu redor quantas pessoas que não chegaram?”. Como foi relatado em todos os depoimentos que nos emocionaram e nos mostraram quanto sofrida e vitoriosa foi essa trajetória.

Com a sistematização das teorias e discussões a respeito da discriminação racial existente no Brasil durante anos, foi possível perceber em primeiro lugar que pouca coisa mudou para melhor em relação à segregação racial não institucionalizada, ainda existente no mercado de trabalho brasileiro. Em segundo lugar que as mulheres negras estão conseguindo vencer as barreiras utilizando-se

do aperfeiçoamento educacional para, assim, inserir-se no mercado profissional mais elevado.

Constatou-se que na incorporação ao mercado de trabalho, as negras sofrem maiores sanções em relação a sua aparência física, seus traços fenotípicos, demonstrando que o gênero e a raça fazem bastante diferença na construção da auto-imagem da população *não branca*. O que “para um gênero e etnia pode ser uma vivência e um percurso de afirmação de uma auto-imagem, para outra etnia e gênero pode ser um percurso traumático deformador” (Gomes, 1995: 18). Percebe-se que ser *mulher negra* no Brasil, representa um acúmulo de lutas, indignação, avanços e um conflito constante entre a negação e a afirmação das origens.

É preciso ressaltar que esse estudo se realizou entre um pequeno grupo de profissionais ligadas às áreas de educação, medicina, enfermagem, direito, engenharia, arquitetura, em uma cidade de uma capital brasileira, em virtude do tempo reduzido do mestrado, não foi possível estender para outras áreas ocupadas atualmente por essa etnia e outros estados, estudo que pretendo me dedicar no doutorado.

Com a realização do projeto de pesquisa, destacam-se diversos aspectos importantes, dentre estes: adquirir-se uma visão mais abrangente sobre o mercado de trabalho no qual pode-se ingressar, seja como empregadores ou como empregados; é possível analisar de forma mais profunda a questão do racismo brasileiro, com suas particularidades mais intrínsecas e também toma-se conhecimento das atitudes e projetos desenvolvidos pelo governo. De forma geral, as mulheres negras revelaram em seus depoimentos que são alvos constantes de atitudes discriminatórias, por parte de colegas ou na área educacional ou no local de trabalho. As mulheres negras vêm confirmando o passado de luta das suas ancestrais africanas, a garra para vencer grandes adversidades.

Relativo à comprovação das hipóteses e alcance dos objetivos, pode-se dizer que o trabalho foi muito bem sucedido. Estudando a sociedade brasileira tendo por base a área de Salvador, na Bahia. Comprovada a hipótese apresentada,

ressalvamos o fato de que o estudo, para as mulheres entrevistadas, funcionou e funciona como aliado na luta para a ascensão profissional, social e racial.

Nesta pesquisa constatamos que no empenho da mulher negra para conquistar a ascensão social, acaba-se pagando um preço diário para a preservação da sua identidade, pois há sucessivas tentativas externas para massacrá-la. É necessário está sempre em guarda, na defensiva, para assim evitar ser atacada, discriminada. É fazer-se perceber como detentor de valores, de pessoa digna de respeito. Para isso, procura ser melhor para se afirmar, para ser aceito, ser o melhor é dado unânime observado nesse trabalho pelas historias de vida assim como ocorreu na pesquisa de Souza (1990).

Na contramão da perpetuação de situações de exclusão e desigualdade, observa-se ao longo da história, que uma parcela das mulheres negras brasileiras está conseguindo vencer as barreiras educacionais e alcançar projeção no mundo acadêmico e no mercado profissional. É sem dúvida um número ainda pequeno, mas que, acreditamos, funciona como referencial para outras mulheres. Por esse número ser ainda minoritário, não aparece nas estatísticas, dificultando a possibilidade de visibilidade de uma sociedade marcada pelo preconceito racial camuflado e perverso, com um persistente processo de exclusão que insiste em ignorar as diversidades raciais, regionais e culturais dessa nação múltipla.

A abolição da escravatura, fruto do interesse burguês, pôs no mercado de trabalho a mão-de-obra não especializada do negro. Isso contribui para a gradativa sub valorização de seu grupo racial ao longo da história, o que reflete no mercado de trabalho atual. Este se apresenta camufladamente racista e excludente. Através das realizações apontadas no decorrer de nossa investigação, acreditamos em melhoras em longo prazo.

No entanto, a pequena recuperação não significou diminuição significativa das diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Tanto que, a população feminina continua a ter maiores taxas de desemprego e de inserção em postos de trabalho vulneráveis e nem mesmo o fato de ter nível de escolaridade maior garante às mulheres salários compatíveis com os dos homens. No

depoimento da entrevistada Maria, que foi faxineira, e agora tem um emprego público e é socióloga, percebemos que a afirmação acima é coerente: “meu salário não acompanha o dos homens na mesma função apesar de ter estudado mais que eles”. Discutiremos esse assunto em outro momento no doutorado.

A história brasileira esqueceu-se de mulheres como Mônica de Meneses Campos, a primeira mulher negra a cursar o Instituto Rio Branco e fazer carreira diplomática (Haag, 2006). Na pesquisa feita pela Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para a segunda edição do *Retrato das Desigualdades, no ano de 2006*, observou-se que as mulheres negras são no Brasil 43 milhões, o que equivale a 24,1% da população e segundo a pesquisa, são elas que sofrem o fenômeno da dupla discriminação de gênero e de raça.

Conhecer a nossa história é fundamental. As mulheres que ficaram nas senzalas e tentaram ou conseguiram manter relações de educação com os filhos; as que perderam os filhos e não desistiram da luta; aquelas também que durante a vinda do continente africano decidiram que a melhor saída era a morte e se mataram, pulavam dos navios com seus filhos; as que não se submeteram aos caprichos do branco europeu, dos escravizados, que apanharam, que foram estupradas e que mesmo assim sobreviveram a toda essa luta. Eu acho que a gente carrega isso, e isso me faz ter orgulho de ser mulher preta. Eu tenho muito orgulho, eu sou muito feliz, com todas as dificuldades que a gente carrega. (Luisa).

É fantástica a historicidade que a mulher negra carrega. Elas são responsáveis pela manutenção da população negra nesse país durante a escravidão e na pós-escravidão.

Como resolução para todos os pontos vinculados à pesquisa, formulou-se importantes sugestões, tais como:

- a principal forma para conter a discriminação racial no mercado de trabalho seria a reforma educacional.
- a efetiva aplicação da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.
- uma conscientização de que a cor da pele, ou determinadas características humanas, não interferem na capacidade das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIRROS, Luiza. H. *Mulher Negra: o reforço da subordinação*. In: LOVELL P. (org) *Desigualdades raciais no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 1991.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em preto e branco – discutindo as relações raciais*. São Paulo: Ática/2003.

- “Institucionalização da luta anti-racismo e branquitude”.
In: Rosana Heringer (ed.). *A Cor da Desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ierê/IFCS-UFRJ, 1999.

- *A mulher Negra no mercado de trabalho* - Estudos Feministas Vol,3 n.2/95 p.479-488.

BENTO, M. A. S. (Org.) ; CASTELAR, M. (Org.) . *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. v. 1. 223 p. p. 20.

BERNARDO, Teresinha. *Os Herdeiros da Diáspora: Racismo e Educação*. 2006.

- *Racismo no Século XXI*. Paulus, São Paulo, 2005.

- *Memória em Branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: UNESP. 1998.

- *Negras, Mulheres e Mães - lembranças de Olga de Alaketu*.
1. ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Educ / Pallas, 2003. p. 41
v. 1. 194 p.

- *Os Herdeiros da Diáspora: Racismo e Educação*. II
Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. 2006.

BHABHA, H.K. *A questão do "outro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo*. In: HOLLANDA, H.B. de. (org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.p.177-203.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. "*Mulher negra*". In: *Mulher negra; política governamental e a mulher..* São Paulo: 1985.

CARNEIRO, Sueli. *Gênero, Raça e Ascensão Social. Trabalho – Estudos Feministas* V.3 Nº2/95. Rio de Janeiro: Editora IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ p.545-552

CARNEIRO, Eduardo de Araújo e Carneiro, Egina Carli de Araújo Rodrigues: *Notas Introdutórias sobre a análise do discurso*. Parte 4 – Fundamentos da Análise do Discurso. Publicado em 11.07.2007.

CARVALHO, José Jorge. *Negros e Negras afrodescendentes são excluídos (as) do mundo acadêmico*. Retirado do site: Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos em janeiro de 2006.

CONCEICÃO. Joanice Santos. Dissertação de Mestrado: *Mulheres do Partido Alto Elegância, Fé e Poder. Um estudo de Caso sobre a irmandade da Boa Morte*. São Paulo: 2004

CORRÊA, Vera. *Globalização e neoliberalismo: o que é isso professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

COSTA, Jurandir Freira. *Violência e Psicanálise*. 2003 p. 136/137. Ed. Graal.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Autonomia universitária mais uma vez: subsídios para o debate*. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *Educação superior: velhos e novos desafios* (Org.). São Paulo: Xamã, 2000, p. 179-196.

FIGUEIREDO, Ângela - *Novas Elites de Cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: CEEA, Annablume, 2002,1ª ed, p. 117.

FRANTZ, Fanon. *Os condenados da terra*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.134.

FORQUIN, Jean-Claud. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 208.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha. B. G. e . *Movimento Negro e educação*. Revista Brasileira de Educação, SÃO PAULO: v. 15, n. 15, p. 134-158, 2000.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GRIN, Mônica. *Auto-confrontação racial e opinião: o caso brasileiro e o norte-americano*. In: *Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural*; Fundação Casa de Rui Barbosa. (Org.). *Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, v. , p. 219-250.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. HASENBALG, C. Valle Silva, Lima, M. *Educação e deferências raciais na mobilidade ocupacional no Brasil*. In: _____ et al. (Org.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. P. 218-234.

- *Classes, Raças e Democracia*. Ed. 34, 2002.

- *Raça', racismo e grupos de cor no Brasil*. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 27, abr. 1992, p. 45-63.

- *Preconceito e discriminação - Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*, Salvador: Novos Toques, 1998.

- *Raça, gênero e Educação superior na Bahia*, 2001. p.302.

- *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005. v. 1. 254 p.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. 1992. Traduzido pela, 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A,2002.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Editora Vozes 9. Edição2003.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. *Raça E Gênero no Sistema de Ensino: Os limites das políticas universalistas na Educação*. Brasília: UNESCO. 2002.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues * *Monographia, Porto Alegre, n. 1, 2005*.
Disponível em:<<http://www.fapa.com.br/monographia>

MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Racismo: da desigualdade à intolerância*. Apud SEADE. São Paulo em Perspectiva, v, n.2. 51-54, abr./jun. 1990.

- *Construção da identidade negra no contexto da globalização*. Cadernos PENESB. Relações raciais e educação; temas contemporâneos/UFF, Niterói: p. 61-83, 2002.

OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves. *Persistência da Dimensão de Vivência Racial de Pessoas Brancas: Representações de Branquitude entre Indivíduos Brancos*. Salvador – Bahia.: 2007, p. 68.

PAIXÃO, Marcelo J. P. *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Coleção Políticas da Cor. DP&A editora. 2003.

PICANÇO, Iraci S. e HITA, Maria G. *Bahia - cor e analfabetismo nos censos de 1950 e 1980*, CRH/FINEP, Salvador: 1987.

PINTO, Gilene - abep.nepo.unicamp.Br. 2006 PDF] *Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais*.

PIZA, Edith. *Contaminação de práticas no trabalho de magistério: notas para reflexão*. Projeto História, São Paulo: n.11, p.79-90, 2003.

POUTINAT, P. & Streiff-Fernat, J. *Teoria da Etnicidade – Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Baeth*. São Paulo: UNESP. 1998, p.27.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas - *Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas*. Salvador Ba: Coleção Novos Toques, 1997.p.47-84.

-*Mulher negra: Trabalho e Educação*. Salvador-Ba: 1996.

-*Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior*. Líber- Brasília: 2004.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas & SANTOS, Jocélio Teles dos. *Cotas Raciais no Brasil: A primeira avaliação*. Coleção Políticas da Cor. – *Sistema de cotas e desempenho de estudantes nos cursos da UFBA*. DP&A editora. 2007.

ROSEMBERG, F. *Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica*. Educação e Pesquisa, São Paulo: v.27, n.1, p.47-68, 2001/07.

SANSONE, Lívio. *Da África ao Afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX*. Salvador-Ba: Estudos Afro-Ásia, n. 27, 2002, p. 249-269.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Idéias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2 , p.275-289, 2002, p.277.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Moderna. 61 p. 2005.

SANT'anna, W.; Paixão, M. *Desenvolvimento humano e população afro-descendente no Brasil: uma questão de raça*. Proposta, Rio de Janeiro: Fase, n.73, p.38-41, jun./ago.1997.

SANTOS, Milton – *O novo não se inventa, descobre-se* – Revista Fórum. Por Glauco Faria . Quarta-Feira, 7 de Novembro de 2007 às 21:31hs.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*, Porto Alegre: v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SILVA, Maria Nilza da. *A Mulher negra : O preço de uma trajetória de sucesso*. PUC/SP 1999.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação dos direitos*. In: Joaze Bernardino. (Org.). *Levando Raça a Sério*. 1ª ed. Rio de Janeiro: DPA Editores, 2004, v. 1, p. 39-69.

- Ação afirmativa: percepções da. In: Valter Roberto Silvério; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Lucia Maria de Assunção Barbosa. (Org.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. 1 ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos- EDUFSCAR, 2003, v. 1, p. 321-341.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. *Gênero no mundo do trabalho*. Mimeo. 2000. 9p.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social 2*. Edição 1990 Editora Edições Graal LTDA

TEIXEIRA, Moema Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

ANEXOS

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTADOS BRASILEIROS SEGUNDO O IDH

Estados da Federação	Valor do IDH	IDH	PIB per capita	Esperança de Vida	Escolaridade
Rio Grande do Sul	0.871	1	4	2	3
Distrito Federal	0.858	2	1	6	1
São Paulo	0.850	3	2	11	2
Santa Catarina	0.842	4	6	5	5
Rio de Janeiro	0.838	5	3	12	4
Paraná	0.827	6	5	10	6
Mato Grosso do Sul	0.826	7	8	7	7
Espírito Santo	0.816	8	9	4	8
Amazonas	0.797	9	7	9	15
Amapá	0.781	10	13	3	10
Minas Gerais	0.779	11	10	13	11
Mato Grosso	0.769	12	11	8	12
Goiás	0.760	13	12	15	9
Roraima	0.749	14	16	1	14
Rondônia	0.715	15	14	17	13
Pará	0.688	16	18	14	16
Acre	0.665	17	17	16	20
Sergipe	0.663	18	15	20	19
Bahia	0.609	19	20	19	21
Pernambuco	0.577	20	21	23	17
Rio Grande do Norte	0.574	21	19	25	18
Maranhão	0.512	22	25	21	22
Ceará	0.506	23	23	22	24
Piauí	0.502	24	26	18	23
Alagoas	0.500	25	22	24	26
Paraíba	0.466	26	24	26	25

http://200.130.7.5/spmu/docs/indic_sociais2006_cor.pdf

TABELA 5

**Evolução da Matrícula por Nível de Ensino
Brasil - 1970 -1998**

Ano	Total	Ed. Infantil ⁽¹⁾	Fundamental	Médio	(em mil)
					Superior ⁽³⁾
1970	17.814	374	15.895	1.119	425
1975	23.124	566	19.549	1.936	1.073
1980	28.130	1.335	22.598	2.819	1.377
1985	31.635	2.482	24.770	3.016	1.368
1991	39.823	5.284	29.204	3.770	1.565
1996	46.453	5.714	33.131	5.739	1.869
1997	48.319	5.719	34.229	6.405	1.965
1998 ⁽²⁾	49.891	4.918	35.488	6.962	2.085

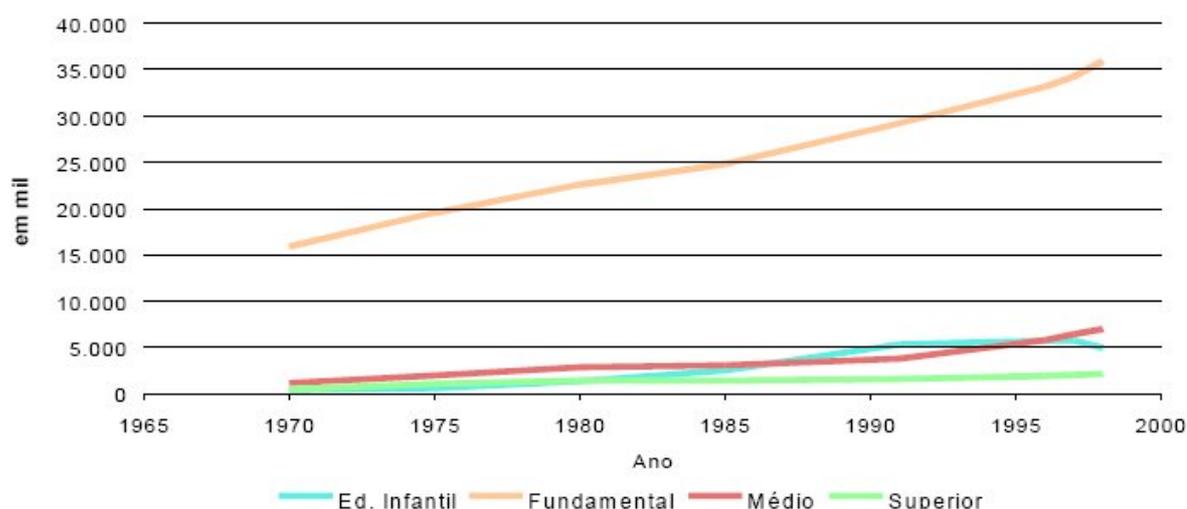
Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas (1) - Inclui crianças matriculadas na pré-escola e em classe de alfabetização

(2) - Dados preliminares para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio

(3) - Dados estimados para 1997 e 1998

**Gráfico 1: Evolução da Matrícula por Grau de Ensino
Brasil - 1970 - 1998**



Fonte: MEC/INEP/SEEC

TABELA 6

Pessoas de 5 a 17 anos de idade, total e ocupadas, por grupos de idade e gênero

BRASIL				
	Total	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
	TOTAL			
1999	43.807.409	15.778.116	17.395.446	10.633.847
2001	43.125.753	16.152.455	16.664.591	10.308.707
	Ocupados			
1999	6.634.770	383.251	2.587.281	3.664.238
2001	5.482.515	296.705	1.935.269	3.250.541

Homens				
	Total	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
	TOTAL			
1999	22.201.458	8.051.641	8.757.933	5.391.884
2001	21.780.021	8.168.612	8.441.876	5.169.533
	Ocupados			
1999	4.364.321	259.995	1.725.220	2.379.106
2001	3.570.216	213.282	1.292.734	2.064.200

Mulheres				
	Total	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
	TOTAL			
1999	21.605.951	7.726.475	8.637.513	5.241.963
2001	21.345.732	7.983.843	8.222.715	5.139.174
	Ocupadas			
1999	2.270.449	123.256	862.061	1.285.132
2001	1.912.299	83.423	642.535	1.186.341

TABELA 7

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho (R\$) (1)

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Simples									
Total	526	462	499	644	663	655	649	603	595
Até 10	43	37	34	63	69	64	68	63	61
Mais de 10 a 20	96	84	86	135	139	137	141	136	136
Mais de 20 a 30	119	147	147	158	167	165	171	167	183
Mais de 30 a 40	160	171	160	218	231	229	231	222	221
Mais de 40 a 50	216	209	213	285	296	296	301	286	283
Mais de 50 a 60	292	271	278	362	379	378	375	355	351
Mais de 60 a 70	392	359	355	477	494	490	486	458	444
Mais de 70 a 80	551	501	496	664	682	675	663	622	598
Mais de 80 a 90	862	759	775	1043	1067	1056	1038	967	933
Mais de 90 a 100	2527	2083	2444	3032	3102	3057	3018	2759	2 745
Mais de 95 a 100	3612	2965	3568	4319	4402	4346	4302	3911	3 925
Mais de 99 a 100	7295	6055	7747	8620	8711	8652	8592	7532	7 923

IBGE/PNUD- 2000



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC SP

ANEXO

Roteiro de entrevista

1. Qual a sua idade?
2. Auto declaração da cor.
3. Endereço atual
4. Endereço na infância
5. Escolaridade:
6. Graduação
7. Pos Graduação
8. Caso se identifique negra. A partir de quando você passou a se identificar assim?
9. Já sofreu algum tipo de preconceito no mercado de trabalho?
10. Qual a sua expectativa para o mercado de trabalho?
11. Qual a sua classe social na infância?
12. Qual a sua classe social atual?
13. Como você explica sua ascensão no mercado de trabalho?
14. Como você explica sua ascensão social? O que ajudou?
15. Qual a importância da sua escolaridade?
16. Qual o seu trabalho anterior ao atual?
17. Você acha que a cor tem alguma influencia no exercício do seu trabalho?
18. Em caso afirmativo explique o porque.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC SP

TERMO DE CONCENTIMENTO INFORMANDO

Pesquisa sobre a trajetória da mulher negra na cidade se Salvador-Ba

Sou estudante do Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e estou realizando, sob a orientação da Prof. Dr. Terezinha Bernardo, eu estudo (entrevistas) sobre representações sociais das mulheres negras em Salvador-Ba.

Gostaria que colaborasse nesse estudo, fornecendo algumas informações o objetivo do estudo não é de avaliar os seus conhecimentos acerca do tema da pesquisa, ma de analisar e descrever as representações sociais a partir das informações fornecidas. Sendo assim, não há respostas certas ou erradas, interessa-me uma informação sincera.

Garanto que todas as informações serão mantidas em sigilo, assegurando o seu anonimato e me comprometo ao final do trabalho fazer devolução dos resultados encontrados.

Caso aceite participar dessa pesquisa, peço que assine este documento, atestando a sua concordância.

Salvador (Ba) ----- de Janeiro de 2007

Assinatura -----

Nome:

RG:

Fotos

Fotos

Figura 1: Historiadora em sua residência



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto 2: Empresária no seu trabalho



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto 3: Economista, Biqumica e Eu



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto4: Nutricionista, no seu trabalho



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto5: Promotora em Seu local de Trabalho



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto6: Medica em seu trabalho



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto7: Farmacêutica em sua residência



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto8: Socióloga em sua residência/ Foto 9. Enfermeira



Fonte 8: Edilene Machado Pereira



Fonte9: Edilene Machado Pereira

Figura 10: Enfermeira e Chefe de departamento no local de trabalho



Fonte: Edilene Machado Pereira

Foto11: Reitora em seu local de Trabalho



Fonte: Revista Raça 2007

Foto12: Pintora capa de seu livro



Fonte: acervo particular

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)